

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**A INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA NA CIDADE DE PELOTAS (RS) E SUA
PARTICIPAÇÃO NA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO NO RIO GRANDE
DO SUL: O CASO DO BENEFICIAMENTO DE ARROZ**

Josuan Ávila da Conceição

Rio Grande, 2015

JOSUAN ÁVILA DA CONCEIÇÃO

**A INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA NA CIDADE DE PELOTAS (RS) E SUA
PARTICIPAÇÃO NA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO NO RIO GRANDE
DO SUL: O CASO DO BENEFICIAMENTO DE ARROZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande
(FURG), como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Análise Urbano-Regional

Orientador: Prof. Dr. Solismar Fraga Martins

Rio Grande

2015

Banca examinadora:

Prof. Dr. Solismar Fraga Martins (Orientador)

Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI)

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Prof. Dr. César Augusto de Ávila Martins (Avaliador)

Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI)

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Prof. Dr. Aldomar Arnaldo Ruckert (Avaliador Externo)

Instituto de Geociências (IGEO)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Jefferson Rodrigues dos Santos (Suplente)

Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Rio Grande

Ao Deus supremo

Toda a honra, toda a glória, todo o louvor!

Sem Ele, nada disso seria possível!

Até aqui me ajudou o Senhor!

AGRADECIMENTOS

Não são poucas as pessoas às quais devo a minha gratidão pela finalização desta etapa primordial em minha vida, após dois anos e meio dedicados à pesquisa e produção do presente trabalho acadêmico. Em meio a idas e vindas no eixo “Bagé-Pelotas-Rio Grande”, pessoas entraram e saíram da minha convivência, mas cada uma deram a sua ajuda ao meu trabalho, ainda que involuntariamente.

Para início de conversa, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FURG, pelo aprimoramento de meus estudos geográficos. Serviu como um amadurecimento enquanto profissional da área, ajudando desvelar a realidade geográfica, indo além de meras constatações óbvias.

Ao professor Solismar Martins, meu orientador, por aceitar este desafio, ainda que o tema indústria não fosse, exatamente, de sua especialidade acadêmica no recorte deste trabalho. Seus conselhos e embasamento teórico oportunizaram-me novos horizontes na minha trajetória geográfica.

Ao professor César Martins, que acompanhou todo o processo de minha pesquisa e participou das bancas de qualificação e de defesa da dissertação. Deu valiosas contribuições ao direcionar-me para o foco que decidi à defesa central de nosso trabalho, dando luz para a coleta de resultados relevantes.

Ao professor Jefferson Santos, integrante da banca de qualificação, pelas devidas críticas e sugestões dadas. Apontou nossas limitações e defeitos teóricos, ao mesmo tempo em que valorizou o nosso esforço em trazer um tema para o debate da organização industrial no território.

Ao professor Aldomar Ruckert, da UFRGS, por fazer parte da banca de nossa dissertação, enquanto avaliador externo, dando as suas profundas análises e críticas em seu conteúdo, visando ao amadurecimento de nosso trabalho.

Ao Geógrafo Ivan Tartaruga, da FEE-RS, que instruiu-me sobre o funcionamento do RAIS, dando a oportunidade de acessar de um poderoso instrumento de coleta de dados que embasaram os argumentos desenvolvidos.

À professora Rosetta Mammarella, que “me abriu as portas” para a visita de campo, aos institutos pelos quais desenvolvi a coleta de dados, por meio de apenas uma conversa informal que tivemos via e-mail. Direcionou-me aos contatos a serem feitos na cidade de Porto Alegre, nos institutos e órgãos governamentais.

Ao presidente da JUCERGS, Sr. Paulo Mazzardo, pela sua autorização para a coleta de dados e informações sobre as indústrias pelotenses nos materiais disponíveis por esta Junta. Também sou grato à Sra. Silvana Ferreira, atendente da JUCERGS, geógrafa também como nós, que repassou os procedimentos necessários para a confecção do ofício ao presidente da Junta.

Aos trabalhadores do STICAP, Adelina Macedo, Elton Lima e André Carvalho, pela disposição em fornecer-me as informações relacionadas aos empregados das indústrias alimentícias em Pelotas e apresentar o SINTEGRA, no qual consegui a coleta das informações gerais referentes às empresas pelotenses.

Aos meus colegas de Mestrado, presentes ao longo de dois anos de aulas, no transcorrer das cadeiras desenvolvidas ao longo do tempo. Em especial, registro um agradecimento à colega de profissão Natália Sá Britto, cujas sugestões foram essenciais para o pontapé inicial de nossa dissertação, desde a escolha do professor orientador, até o início de nossa produção científica.

Aos meus colegas do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) – Campus Bagé, por terem me facilitado a conciliação entre o meu trabalho pedagógico nesta instituição e as atividades na FURG. De uma maneira ou de outra, cada um de vocês deu forças para seguir viagem, mesmo que fossem apenas uma palavra de conforto e de estímulo. Não irei dizer nomes, para não ser injusto com ninguém. Mas, sintam-se agraciados, caros parceiros! E, não posso esquecer, de todo(a)s o(a)s meus(minhas) aluno(a)s, por me oportunizarem, em meio aos erros e aos acertos, a possibilidade do crescimento enquanto profissional. Ensino-lhes, na medida em que aprendo, e aprendo com vocês, na medida em que lhes ensino!

Sem dúvida, é muitíssimo importante registrar o agradecimento aos meus parentes mais próximos, ao meu porto seguro de todo dia, de todo momento. Aos meus pais Altamir e Rosane Conceição, meus verdadeiros amigos e apoiadores de toda minha jornada de estudo. Seu amor e carinho são imensuráveis! Também ao meu irmão, Ruhan Conceição, pelo companheirismo desde... sempre.

E, por último, aos(às) leitores(as) deste trabalho, pelas considerações que virão a fazer sobre as palavras escritas nesta dissertação.

Lembro-me muito bem do efeito que causou em mim minha primeira visão de Manchester, quando olhei para a cidade pela primeira vez no final da linha férrea que vinha de Liverpool, e vi uma floresta de chaminés expelindo vapor de fumaça, formando uma cobertura escura que parecia abraçar e envolver todo o lugar... Muitos anos se passaram desde aquela manhã, mas repetidas visitas a Manchester não diminuíram os efeitos daquela primeira impressão.

*(DECCA, E. de. & MENEGUELLO, C. **Fábricas e homens.** São Paulo: Atual, 1999).*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIA – Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação

ABIAP – Associação Brasileira das Indústrias de Arroz Parboilizado

ABIARROZ – Associação Brasileira da Indústria do Arroz

AGR – Setor Agropecuário

ALICEWeb – Sistema de Análise das Informações do Comércio Exterior via Web

APL – Arranjo Produtivo Local

AUSUL – Aglomeração Urbana do Sul

AZONASUL – Associação dos Municípios da Zona Sul

BCB – Banco Central do Brasil

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CIEMSUL – Centro de Incubação de Empresas da Região Sul

CIENTEC – Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul

CIPEL – Centro das Indústrias de Pelotas

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COI – Custo com as Operações Industriais

CONCLA – Comissão Nacional de Classificação

COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul

D.T.T. – Divisão Territorial do Trabalho

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FEDEARROZ – Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul.

FEE-RS – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul

FEEVALE – Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental

FIERGS – Fundação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul

FMI – Fundo Monetário Internacional

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IMP – Impostos Sobre Produtos

IND – Setor Industrial

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPEADATA – Base de Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IRGA – Instituto Rio-Grandense do Arroz

JUCERGS – Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MTE – Ministério do Trabalho e do Emprego

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PDET – Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PUCRS – Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SCP – Secretaria de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul

SEFAZ-RS – Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SER – Setor de Serviços

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SIF – Serviço de Inspeção Federal

SINTEGRA – Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços

STICAP – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias e Cooperativas da Alimentação de Pelotas

UCPel – Universidade Católica de Pelotas

UFPeI – Universidade Federal de Pelotas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ULBRA – Universidade Luterana do Brasil

USP – Universidade de São Paulo

VAB – Valor Adicionado Bruto

VBPI – Valor Bruto da Produção Industrial

VTI – Valor da Transformação Industrial

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Localização do município de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul	31
Figura 02	Delimitação do espaço urbano do município de Pelotas	31
Figura 03	Conteúdos temáticos da Geografia Industrial: inter-relações indústria-território	46
Figura 04	Modelo de Isodapana, por Weber	47
Figura 05	Dinâmica da Substituição de Importações	68
Figura 06	Área urbana de Pelotas, com a localização da Zona do Porto e do Distrito Industrial	83
Figura 07	Área da “Zona do Porto”	83
Figura 08	Área do Distrito Industrial	84
Figura 09	Mapa do Rio Grande do Sul com a divisão das três regiões socioeconômicas	94
Figura 10	Tamanho do PIB dos municípios do Rio Grande do Sul, ano 2010	103
Figura 11	Participação dos municípios no PIB do Rio Grande do Sul, ano 2010	104
Figura 12	Valor Adicionado Bruto da Indústria, por Município, no Rio Grande do Sul, ano 2010	107
Figura 13	Número de estabelecimentos de fabricação de produtos alimentícios, ano 2012	109
Figura 14	Número de empregados na fabricação de produtos alimentícios, ano 2012	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Características da Região Econômico-Política, por Oliveira e Lipietz	40
Quadro 02	Charqueadas pelotenses e respectivas localizações	54
Quadro 03	Relação de indústrias surgidas em Pelotas, entre os anos 1860 e 1900, e seus respectivos anos de fundação e ramo de atividade	57
Quadro 04	Ranking das indústrias gaúchas entre as 100 maiores manufaturas do Brasil, ano 1907	62
Quadro 05	Relação de indústrias surgidas em Pelotas, entre os anos 1900 e 1930, e seus respectivos anos de fundação e ramo de atividade	66
Quadro 06	Relação de indústrias em Pelotas, de acordo com o Cadastro Industrial do IBGE de 1959, com seus respectivos ramos de atividade	72
Quadro 07	Indústrias de beneficiamento de arroz surgidas em Pelotas entre os anos de 1930 e 1970	77
Quadro 08	Indústrias de beneficiamento de arroz surgidas em Pelotas a partir do ano de 1970	85
Quadro 09	Relação de aglomerações industriais do setor alimentício no Rio Grande do Sul, por COREDE	98
Quadro 10	Relação de indústrias alimentícias em Pelotas e sua respectiva inserção na divisão “Fabricação de Produtos Alimentícios” – CNAE/IBGE	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	PIB real dos municípios de Caxias do Sul, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, segundo participação no PIB real do Rio Grande do Sul entre 1939 e 1970 – em milhões de R\$	71
Tabela 02	Evolução da participação relativa do PIB real setorial no PIB real de Caxias do Sul, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, entre 1939 e 1970 (%)	71
Tabela 03	Número de estabelecimentos, por grupo de operários, nos municípios gaúchos, conforme o Cadastro Industrial do IBGE	75
Tabela 04	Participação por gênero de indústria no valor da transformação industrial da Indústria de Transformação do Rio Grande do Sul – 1970.	87
Tabela 05	Evolução da participação relativa do PIB real setorial no PIB real de Caxias do Sul, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, em 1970 e 1980 (%)	88
Tabela 06	Evolução da participação relativa do PIB real setorial no PIB real de Caxias do Sul, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, em 1970 e 1980 (%) – em milhões R\$	89
Tabela 07	Evolução da participação relativa do PIB setorial no PIB de Pelotas entre 1980 e 2009	90
Tabela 08	Evolução da participação relativa do setor industrial no PIB de municípios gaúchos selecionados em 1980 e 2009	92
Tabela 09	Distribuição das 170 aglomerações industriais no estado do Rio Grande do Sul, por COREDE	97
Tabela 10	Valor da Produção Industrial (VTI), segundo os grupos de atividades estruturados pelo CNAE, Estado do Rio Grande do Sul – 2002 a 2012, em mil reais e em porcentagem (%)	99
Tabela 11	Número de unidades locais no Rio Grande do Sul e porcentagem, segundo os grupos de atividades estruturados pelo CNAE, Estado do Rio Grande do Sul – anos 2007 e 2011	101
Tabela 12	Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Bruto (PIB) dos 10 maiores municípios, segundo o PIB total do Rio Grande do Sul em 2012	105
Tabela 13	Número de estabelecimentos cadastrados em Pelotas pela FIERGS, por Divisão da Seção “C” Indústria de Transformação –	

	CNAE/IBGE	111
Tabela 14	Relação de municípios brasileiros com maior número de estabelecimentos de beneficiamento e fabricação de arroz	114
Tabela 15	Distribuição dos estabelecimentos de beneficiamento e fabricação de arroz, por UF	114
Tabela 16	50 maiores indústrias de arroz no Rio Grande do Sul – ranking de beneficiamento	115
Tabela 17	Ranking dos 25 maiores municípios por beneficiamento de arroz do Rio Grande do Sul: sacos de 50 kg	118
Tabela 18	Número de empregados gerados nas indústrias de transformação em Pelotas, conforme as divisões estabelecida pelo CNAE-IBGE	119
Tabela 19	Número de empregos gerados nas indústrias de fabricação de produtos alimentícios em Pelotas, conforme as subclasses estabelecidas pelo CNAE-IBGE	121
Tabela 20	Número de empregados nos estabelecimentos de beneficiamento de arroz no Rio Grande do Sul, ano 2013	122
Tabela 21	Valor bruto do PIB setorial industrial em Pelotas, entre os anos de 1939 e 2009 – R\$ de 2000 (em milhões)	123

RESUMO

A presente dissertação de mestrado analisa o processo de industrialização na cidade de Pelotas-RS, quanto à participação deste setor econômico na Divisão Territorial do Trabalho (D.T.T.) no Rio Grande do Sul. Tem como foco a indústria alimentícia, precisamente no beneficiamento e fabricação de produtos do arroz, com o qual Pelotas desponta como um dos principais polos industriais do Estado e do país. Mediante este fato, associado aos estudos teóricos sobre Território e Divisão Territorial do Trabalho, esta produção acadêmica avalia o contexto espaço-temporal da industrialização pelotense, estudando a partir da transição “charqueada-industrialização” até a atualidade, e apontando para os momentos de ascensão e de recuo das atividades industriais. A ideia central da dissertação é o fato do município de Pelotas estar passando por processos de reestruturação e especialização produtiva nas últimas décadas, na qual, ao mesmo tempo em que se visualiza o fechamento de outros ramos industriais, se percebe o direcionamento para a cadeia produtiva arrozeira, e isto reflete tanto na produção de arroz beneficiado, quanto no número de estabelecimentos em atividade, bem como na geração de empregos por estes. Assim posto, defende-se que Pelotas não enfrentou, exatamente, um processo de “desindustrialização”, mas sim de reestruturação e especialização produtiva dentro de sua matriz industrial.

Palavras-chave: Território. Divisão Territorial do Trabalho. Pelotas. Indústria. Beneficiamento de Arroz. Pelotas.

ABSTRACT

This dissertation presents an analysis of the industrialization process in the city of Pelotas, mainly on the participation of this economic sector at the territorial division of labor in the Rio Grande do Sul state. This work focuses on the processing and manufacturing of rice products, which Pelotas emerges as a one of the main industrial centers of the state and the country as well. By this fact, associated with the theoretical studies about territory and territorial division of labor, this dissertation evaluates the Pelotas industrialization space-temporal context studying it from the “jerked beef-industrialization” period until current days while highlighting the moments when the industrialization activities rises and retreats. The main idea of the dissertation is the fact that Pelotas has been passing through a restructuring and production specialization process in the last decades. This way, there is the closing of some industrial sectors whereas it is possible to notice the guidance to the irrigated rice production chain. Thus, it reflects on the processed rice production, the number of establishments in operation and in the number of jobs created by them. For this reason, this work argues that Pelotas did not pass through a “deindustrialization” process but it passed through a restructuration and productive specialization inside its industrial matrix.

Key-words: Territory. Territorial Division of Labor. Industry. Rice Processing. Pelotas.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	7
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE QUADROS	11
LISTA DE TABELAS	12
RESUMO	14
ABSTRACT	15
1 INTRODUÇÃO	18
1.1 O problema da pesquisa	18
1.2 Dos Objetivos	26
1.3 Técnicas de pesquisa e escolha de variáveis	27
2 EMBASAMENTO TEÓRICO	32
2.1 Território	32
2.2 Divisão Territorial do Trabalho (D.T.T.) e Indústria	38
3 A INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA EM PELOTAS-RS	53
3.1 A transição charqueada-industrialização em Pelotas: 1860-1900	55
3.2 A estruturação do capital industrial em Pelotas através da industrialização dispersa: 1900-1930	59
3.3 A integração do território nacional: 1930-1970	67
4 A INDUSTRIALIZAÇÃO DO ARROZ EM PELOTAS-RS E D.T.T NO RIO GRANDE DO SUL: O CASO DO BENEFICIAMENTO DO ARROZ	79
4.1 A Constituição do Distrito Industrial e a reestruturação produtiva industrial em Pelotas: 1970-Atualidade	79
4.2 As características da D.T.T. e as Aglomerações Industriais do Setor Alimentício no Rio Grande do Sul	93
4.3 A indústria alimentícia em Pelotas na D.T.T. do Rio Grande do Sul	106
4.4 A industrialização do arroz em Pelotas e a participação na D.T.T	113

do Rio Grande do Sul

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 125

6 REFERÊNCIAS 128

7 SITES PESQUISADOS 133

8 APÊNDICES 135

9 ANEXOS 139

1 INTRODUÇÃO

1.1 O problema da pesquisa

Há uma brincadeira no meio popular que denomina Pelotas como a cidade da “latinha”, em relação à sua estrutura industrial. Pois os habitantes locais, ao verem as fábricas atualmente desativadas, apontam-na dizendo: “lá tinha um frigorífico”; “lá tinha um moinho”; “lá tinha uma cervejaria”; “lá tinha uma empresa do beltrano de tal”...

Enfim, esta construção de cacofonia com palavras, a despeito de sua criatividade, demonstra algo que é evidente na paisagem urbana de Pelotas, quanto à relação de antigos edifícios – ora em completo abandono, existindo as denominadas friches industrielles, demonstrados anteriormente por Sá Britto (2011), ora em funções divergentes de sua inicial utilidade.

Sabe-se que, em qualquer ponto ou local da superfície da terra transformado e produzido pelo trabalho humano, há toda uma sucessão de objetos, ações e redes a influenciarem o movimento das sociedades. Mediante ao fato de que a ciência geográfica vai além da simplória descrição de aspectos construídos natural e socialmente, como se estes fossem imutáveis.

Enquanto fruto de uma (re)produção feita coletivamente, construído com base em uma formação social e econômica, o espaço é desigualmente apropriado pelas diferentes classes. A partir da aplicação do capital, observamos espaços ou territórios diferenciados no planeta, acentuando-se mais estas diferenças na medida em que aprimoram-se as técnicas que o produzem, isto repercutindo na própria organização espacial.

O trabalho humano é continuamente acumulado na escala temporal e constantemente reproduzido pela sociedade, que não perde os seus avanços tecnológicos. Braverman (1987) demonstra que este trabalho humano, tão diferentemente dos animais, vem carregada de intencionalidades, usando os homens a sua consciência na produção das coisas. Ele nos permite pensar o

trabalho enquanto agente na produção do espaço urbano, no sentido de que os seres humanos o fazem de maneira proposital, carregado de consciência e intencionalidade, possibilitando a continuidade e a reprodução das técnicas de construção dos objetos e sistemas. Braverman (1987) aponta que o trabalho, ao ultrapassar o instinto, é que criará a espécie humana, bem como o mundo o qual conhecemos.

É mediante a ação do trabalho que Santos (1988) defende que a produção do espaço – e, em extensão, dos territórios nele organizados – é fruto da atuação dos trabalhos morto e vivo, respectivamente os sistemas de objetos construídos temporalmente e os sistemas de ações, que “animam” tais objetos, levando à constante (re)produção do espaço urbano, com as suas formas, estruturas e funções. O trabalho está intimamente interligado com a ação humana no espaço geográfico, na medida em que o artificializa, tornando os instrumentos de trabalho “indivisíveis” e complexos, sendo o espaço urbano um locus do sistema, cada vez mais artificializado, integrado às dinâmicas globais do modo de produção capitalista.

A despeito das iniciativas para explicar o porquê da existência e do fechamento de tais indústrias – inclusive, com a produção significativa de trabalhos voltados para este objeto de estudo –, ainda predominam uma apropriação inadequada do contexto espaço-temporal em que elas ocorreram, que termina por empobrecer a essência das coisas, quando não mistificá-las.

É o que vemos, por mero exemplo, em discursos político-partidários eleitoreiros, nos quais aborda-se o fechamento de várias indústrias em Pelotas nas últimas décadas. Certas “lideranças” políticas (tanto da direita, quanto da esquerda), assim como alguns órgãos de imprensa, acusam tanto a omissão ou incompetência do Poder público local na manutenção dos investimentos privados no município, exigindo deste que adote uma série de políticas de incentivo para atração de empresas industriais, como se esta “desindustrialização” sofrida fosse apenas de inteira responsabilidade de “determinado prefeito” ou de “certo governo”, e não de uma própria lógica da organização industrial.

Contudo, vemos que isto não passa de um discurso vazio de conteúdos e de ideias, sem qualquer preocupação com os reais motivos que levaram a tais mudanças na cidade. E este discurso vago chega justamente à população em geral. E, como se não bastasse esta carência, ainda observamos que tal “desvantagem”

industrial de Pelotas tem servido para a promoção de ideias que visem mais ao atendimento de seus interesses político-eleitorais do que às reais necessidades socioeconômicas da população como um todo. Ideias estas que propõem a formação de novos territórios, unidades federativas “legalizadas”. Aproveitam-se de uma situação produzida espaço e temporalmente para, através da mistificação mediante o discurso ideológico, expor seus valores que, na realidade, mais servem para atender aos seus próprios interesses políticos, explorando a questão de uma possível desindustrialização em Pelotas nas últimas décadas.

À primeira vista, afirmamos, com todas as letras, que Pelotas vem sofrendo um processo de desindustrialização, no qual as atividades industriais estão deixando de ter importância para o desenvolvimento socioeconômico, que isto estaria refletido na redução dos postos de trabalho, na perda da arrecadação de tributos, no empobrecimento do município como um todo, cujas atividades econômicas estariam restritas à agropecuária e/ou ao comércio. Ora, a realidade empírica nos tenta a chegarmos esta conclusão, e não estamos aqui negá-la, até porque existe um certo fundo de verdade no que estamos percebendo a nossa volta. Não obstante, é fundamental o desenvolvimento aprofundado nas análises desta realidade, desvendando aquilo que não estamos (ou, muitas vezes, não queremos) enxergando e evidenciando as razões daquele processo estar ocorrendo.

A propósito, o tema desindustrialização é bastante caro para alguns economistas, como Cano (2012), por exemplo. Fatores como a política cambial – mediante a valorização excessiva do real perante o dólar; a desregulamentação nas exportações, implicando em uma balança comercial desfavorável; a elevação das taxas de juros; os investimentos do capital estrangeiro em bens especulativos (como títulos da dívida pública); a “desaceleração” no crescimento da economia mundial levariam a sérias consequências na indústria brasileira. Tais como: queda na participação da indústria de transformação no PIB; e a perda de competitividade dos produtos industriais brasileiros no comércio exterior, juntamente com o aumento no volume da importação destes mesmos, além da redução, pelo Brasil, na total da produção mundial de bens industrializados nas últimas décadas.

As contribuições de tais atores não podem ser menosprezadas, pois dão um norte à compreensão dos movimentos de agentes e organizações industriais nos territórios. Contudo, há que se registrar aqui sobre até que ponto este discurso

possui a sua validade, se seus argumentos realmente trazem um embasamento científico, ou se tal discussão serve apenas para escamotear, atender a determinados setores ou classes sociais.

O presente trabalho aponta para uma discussão dos fatores que possibilitaram/levaram às diferentes participações de Pelotas na organização industrial no Rio Grande do Sul ao longo do tempo histórico. Em virtude das limitações presentes no desenvolvimento da dissertação – quanto ao tempo disponível para a pesquisa, bem como à abrangência do tema proposto –, propomos a abordagem sobre a industrialização do arroz instalada no presente município.

Trata-se de um resgate, de uma contribuição ao debate dos estudos já então desenvolvidos, sendo que parte significativa dos mesmos já foram encaminhados através de trabalhos anteriores no Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), destacando-se o trabalho de Sá Britto (2011) e de Al-Alam (2011), que trabalham a industrialização pelotense como pano de fundo que baseiam as temáticas pelas quais se propuseram, ainda que estas dissertações apresentem focos diferenciados da proposta de nossa abordagem.

Como em toda atividade de pesquisa em uma pós-graduação, um rigor metodológico, devidamente limitado em suas abrangências epistemológicas, é muito mais do que fundamental. Poder-se-ia trabalhar com o “espaço geográfico” enquanto um elemento central para o desenvolvimento da dissertação, Porém, pensamos que, apesar de sua abrangência, haveria o iminente risco do empobrecimento teórico-metodológico, devido à desenfreada reprodução de seu emprego.

Na verdade, há uma “dependência” metodológica deste termo na Geografia, como se todos os problemas conceituais e analíticos pudessem ser resolvidos. E esta “dependência” é uma questão epistemológica crônica, fruto da falta de alguma resolução clara sobre o que se propõe a ciência geográfica quando de sua sistematização, a partir de inícios do século XIX com os trabalhos precursores de Von Humboldt e Ritter. A Geografia, por muito tempo, sempre procurou alcançar um objeto de estudo pelo qual se basear. E o espaço seria esta “tábua de salvação”.

De certa forma, a definição do espaço como objeto de estudos da geografia, ou daquilo que iria conferir identidade e marca geográfica a um fenômeno, não significou uma verdadeira ruptura com o projeto clássico da disciplina. Em outras palavras, a escolha de um objeto, largo e sem muitas delimitações, significou a possibilidade de continuar a manter as idéias da geografia como ciência de síntese, de relação entre o natural e o cultural, ou

ainda, do espaço como um reflexo da sociedade, mantendo assim, em todas essas formas, a economia de uma reflexão teórica própria ou o desenvolvimento do debate epistemológico dentro da geografia. (GOMES, 2009, p. 25).

Posto isto, o que poderia ser um objeto de estudo capaz de promover uma inovação no pensar e no fazer a Geografia, acabou permitindo o aprofundamento de uma (ab)uso do espaço como único eixo norteador dos trabalhos de pesquisa e de campo. É fundamental refletir a respeito do papel epistemológico a ser exercido pela categoria de espaço no conjunto das obras acadêmicas produzida na universidade. Se necessário, deve-se colocar a questão espacial em um segundo plano, optando-se por outros conceitos que realmente possibilitam esta relação entre a teoria com a realidade que encontramos neste “espaço”.

Não trata-se de menosprezar ou renegar os fundamentos da ideia espacial para o conhecimento geográfico, tampouco ter a arrogância de propor uma nova alternativa epistemológica. Contudo, havendo a necessidade do uso de um dos conceitos básicos da Geografia que permita esclarecer a dinâmica dos agentes da indústria de alimentos, entendemos que o território vem a apresentar uma construção teórica mais adequada para responder aos nossos questionamentos a respeito da formação das estruturas industriais.

O desafio proposto por este autor, estimulado com as provocações nas aulas da disciplina de Conceitos Geográficos, do mesmo Programa de Pós-Graduação, é procurar outros meios, mais adequados à explicação da realidade que se propõe investigar, pois “existe vida além do espaço”. E creditamos ao território como um meio analítico possível de se abordar a organização industrial (embora não seja o único), quanto à dominação realizada pelos agentes da indústria alimentícia na produção espacial, mediante o trabalho desenvolvido por estes, pois é nele onde se inscreve a atuação do poder político e econômico na transformação do espaço, por meio de agentes (econômicos, no nosso caso) que concretizam este jogo de forças, seja por meio da coerção, seja por meio da regulação legal via Estado.

Outra questão que procuramos clarificar neste estudo é quanto à “confusão” que possa haver entre os conceitos de território e o de região, este bastante abordado por autores trabalhados nesta dissertação. Sem este devido alerta, é bem possível que o(a) leitor(a) fique confuso em relação ao foco proposto para o objeto de estudo. Mas, tem-se em vista que, não raras vezes, sociólogos, economistas,

cientistas, e até geógrafos aplicam o termo região como conceito – ou até como categoria de análise – como um gêmeo siamês de conceito de território, como se um termo pudesse ser facilmente substituído pelo outro, sem nenhuma complicação epistemológica.

Conforme o Dicionario Akal de Geografía Humana (2000), região vem a ser um “segmento diferenciado de la superficie de la tierra” (Johnston, p. 483), diferenciação esta causada por determinados aspectos e/ou fenômenos, naturais e/ou sociais, que caracterizam uma determinada área específica da superfície terrestre em relação às demais, principalmente aquelas do seu entorno. Nesta abordagem, o tamanho, a área de determinada região pode ter uma dimensão bastante variável, indo desde uma escala local – cidade ou município –, até global – envolvendo continentes, blocos econômicos etc. Os critérios de “separação” e “diferenciação” entre regiões são inúmeros, conforme a metodologia escolhida por este ou aquele pesquisador ou instituição científica.

O conceito de região é um dos mais aplicados dentro da ciência geográfica. Uma referência na tida “Geografia Tradicional”, verá na escola possibilista uma expressão da influência humana sobre o ambiente natural, passando a ser unidades do saber pelas quais se busca explicar questões caras ao possibilismo, como o gênero de vida em cada localidade. Com o advento da “Geografia Crítica”, a região passou a perder destaque nos estudos científicos, chegando-se inclusive a anunciar a morte da região, pois sua abrangência estaria “inadequada”, “ultrapassada” pelas intensidades com que ocorrem os fluxos entre o planeta, tornando-o um “espaço homogeneizado” pela globalização.

Compreendemos que a região pode ser um resultado da divisão territorial do trabalho empreendida pelos agentes econômicos, que organizam um determinado território, através da mobilização dos recursos existentes no lugar em questão. Ainda que esta definição traga algumas limitações epistemológicas, tal análise oportuniza uma aproximação com o eixo norteador a partir do qual esta dissertação partirá, em busca da compreensão de como os agentes econômicos apropriam-se e (re)produzem territórios, em seus movimentos previamente planejados.

Feita estas ressalvas iniciais sobre os usos dos conceitos norteadores na dissertação, parte-se para a sua estrutura textual. O primeiro capítulo é dedicado a debater os elementos teóricos e metodológicos dos eixos norteadores, a saber o

território e a divisão territorial do trabalho – em sua relação com a industrialização –, aqui entendidos como resultado da dominação de grupos empresariais, em esferas econômico-espaciais. A partir do elemento “poder” em seus mecanismos de manifestação, são expostos os pressupostos teóricos que esclarecem a relação da produção e transformação do papel dos territórios pelos agentes econômicos, especialmente pelas indústrias. Isto leva à configuração daquilo que Santos & Silveira (2006) denominou de “território usado”, construído pelas empresas (no caso, das indústrias alimentícias em Pelotas) na operação de suas cadeias produtivas.

Inter-relacionando o uso do território por agentes econômicos e a divisão territorial do trabalho, analisa-se a questão da industrialização como um processo que reforça, modifica, constrói e/ou destrói as particularidades socioeconômicas no espaço. A organização e a concentração industrial são influenciados por fatores existentes nos territórios, sendo variáveis no decorrer do tempo, quando as mudanças – nos âmbitos do domínio da técnica e da reestruturação produtiva nas empresas –, provocam o reordenamento das fábricas no espaço, provocando à (re)estruturação de novos territórios onde estas empresas atuam.

São trazidos autores que desenvolvem esta temática, destacando-se as análises de Mendéz (2004), Mendéz & Caravaca (1999) e Manzagol (1985), expondo as lógicas territoriais das empresas industriais desde a localização próxima a elementos naturais indispensáveis (matérias-primas, recursos energéticos), até a localização flexível característica do modo de produção pós-fordista, possuindo uma dependência menor dos fatores físicos.

Por seu turno, o segundo capítulo elenca o processo de estruturação da indústria alimentícia no município de Pelotas, partindo-se da transição do sistema charqueador para a atividade industrial, no período compreendido entre o fim do século XIX e início do século XX. Da mesma forma, aplica-se a metodologia de periodizações, objetivando-se esclarecer aos leitores a dominação territorial realizada pelas empresas, no contexto de sua organização. Aborda-se três períodos para este estudo, organizados da seguinte forma: a transição charqueada-industrialização (1860-1900); a estruturação do capital industrial através da industrialização dispersa (1900-1930) e, por último, o processo de “substituição de importações” e a integração do território nacional (1930-1970).

Aqui, é importante frisar o fato das periodizações não serem tratadas como partes com início, meio e término, meras etapas de um tempo histórico “linear”, ou previsível. Considerando-se a (re)produção do território, na medida em que se dá a formação econômica e social visualizada em Pelotas, estas periodizações visam esclarecer aos leitores as rupturas, as transformações que sofre a cadeia produtiva dos empreendimentos locais. Santos & Silveira (2001), em seus estudos sobre o Brasil no entrar do século XXI, apontam para esta necessidade da devida aplicação da periodização enquanto metodologia que organiza o movimento da história, ao permitir a inter-relação das partes. Porém, os mesmos autores colocam que a periodização não é feita tão somente mediante as relações sociais.

É preciso, então, pensar paralelamente as técnicas como formas de fazer e de regular a vida, mas ao mesmo tempo como cristalização em objetos geográficos, pois estes também têm um papel de controle devido ao seu tempo próprio, que modula os demais tempos. (SANTOS & SILVEIRA, p. 24).

Em uma relação de fatores que abrangem tanto a escala geográfica local, quanto à escala global, pretende-se trazer aos leitores os contextos histórico-geográficos que levam ao surgimento e à extinção das unidades industriais alimentícias, considerando-se as três fases ou períodos que englobam os processos de (re)estruturação da indústria, repercutindo na organização do setor localmente. Assim, inicialmente aborda-se a afirmação da indústria como um setor econômico predominante em Pelotas, trazendo os fatores que ocasionam à decadência das charqueadas enquanto núcleo socioeconômico dominante.

Na última parte, analisa-se a participação da indústria alimentícia de Pelotas na produção da divisão territorial do trabalho, em relação à participação deste no total do Rio Grande do Sul, dentro das periodizações trabalhadas ao longo do segundo capítulo. Continua-se na análise do contexto temporal, partindo da década de 1970 até o tempo presente, mediante a análise da constituição do Distrito Industrial e a reestruturação produtiva industrial em Pelotas.

Apontamos para os fatores pelos quais houve o processo de reestruturação industrial em Pelotas, bem como interligando-o com os reflexos na divisão territorial do trabalho, perante o Estado do Rio Grande do Sul na atualidade, encaixando o processo de beneficiamento e fabricação do arroz neste contexto, enquanto atividade principal. E, assim posto, pretendemos responder às questões sobre qual o

real papel deste ramo industrial na D.T.T. no Rio Grande do Sul, bem como a possibilidade de estar havendo algum processo de desindustrialização em Pelotas em função das transformações apontadas no contexto temporal e territorial.

1.2 Dos Objetivos

O objetivo principal deste trabalho é analisar o papel desempenhado pela industrialização pelotense na divisão territorial do trabalho no Estado do Rio Grande do Sul por meio da indústria alimentícia, detendo-se na cadeia produtiva industrial – beneficiamento e fabricação – do arroz na realização deste projeto.

Para atender a este objetivo geral, alguns objetivos específicos foram buscados:

- Identificar a evolução espaço-temporal da indústria alimentícia em Pelotas ao longo do século XX, a partir do processo da decadência do término da estrutura charqueadora até à atualidade.
- Identificar a relação de empreendimentos industriais no ramo da alimentação no município de Pelotas, buscando dados referentes à sua fundação e fechamento, situando-as nas periodizações com as quais este trabalho se baseia.
- Analisar a participação da indústria pelotense em relação ao total da produção do setor no Rio Grande do Sul.
- Comparar a situação da indústria alimentícia em Pelotas com outras organizações territoriais no estado do Rio Grande do Sul.
- Comparar a situação da indústria arroseira em Pelotas com outras organizações territoriais no estado do Rio Grande do Sul.
- Mensurar, com dados e análises estatísticas, a contribuição das indústrias alimentícias na economia pelotense como um todo, detendo-se especificamente na indústria arroseira, dentro dos períodos propostos nesta dissertação.

- Relacionar as mudanças e avanços tecnológicos que ocorrem na organização industrial com a inserção de Pelotas na divisão territorial do trabalho no Rio Grande do Sul.
- Analisar se está ou não ocorrendo desindustrialização em Pelotas, justificando o posicionamento adotado neste trabalho.

1.3 Técnicas de pesquisa e escolha de variáveis

Embora a dissertação fuja de uma análise meramente quantitativa do peso industrial na produção do território usado, vetores e critérios específicos serão aplicados como auxiliares. Dentre as múltiplas possibilidades de abordagem, priorizar-se-á os dados referentes ao número total de estabelecimentos existentes por período analisado, juntamente com o Valor de Transformação Industrial (VTI), também denominado de Valor Agregado Bruto (VAB), desenvolvido pelas cadeias produtivas. Compreendemos que este conceito é um resultado significativo do impacto da atividade industrial de cada localidade na divisão territorial do trabalho.

Quanto ao Valor de Transformação Industrial, será usado o conceito estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que o utiliza como variável de análise da atividade industrial, conforme segue: “Corresponde à diferença entre o valor bruto da produção industrial (VBPI) e o custo com as operações industriais (COI)”. Enquanto que o VBPI demonstra a totalidade gerada pela cadeia produtiva da(s) unidade(s) industrial(is), além das trocas e vendas efetuadas pelas mesmas, o COI indica os gastos pertinentes aos custos diretos e indiretos tidos na fabricação das mercadorias pela unidade industrial, englobando desde a aquisição de matérias-primas, até os materiais e serviços necessários à manutenção da atividade de transformação.

Todavia, também será mostrado o Valor Agregado Bruto (VAB). Embora seja um sinônimo do VTI usado pelo IBGE, aquela é comumente aplicada por demais órgãos oficiais de pesquisa e estatística, no caso da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE-RS), para apresentação dos dados de setores econômicos em cada área territorial do estado.

Quanto à delimitação dos ramos industriais a serem pesquisados, parte-se da metodologia aplicada pelo IBGE, através da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), versão 2.1. Esta metodologia foi estabelecida pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) daquele Instituto, através da Resolução nº 01, de 25 de junho de 1998, inicialmente denominada como CNAE-Fiscal 1.0, posteriormente é corrigida e acrescida com novos códigos na Resolução nº 03, de 07 de maio de 2001.

Um ano depois, através da Resolução CONCLA nº 07, de 16 de dezembro de 2002, é promulgada a CNAE-Fiscal 1.1, obtida com as atualizações da CNAE Anterior, juntamente com a ISIC/CIIU 3.1¹. As contínuas modificações nos sistemas produtivos levam à uma nova atualização da Classificação e, mediante a Resolução CONCLA nº 01 em 04 de setembro de 2006, passa a ser oficializada o sistema CNAE 2.0, esta contando com cerca de 1301 subclasses. É novamente revisada para a atual tabela CNAE 2.1, sendo promulgada pela Resolução CONCLA nº 02 de 25 de junho de 2010, entrando em vigor de dezembro do mesmo ano.

O CNAE consiste em uma organização padronizada de todos os setores produtivos em âmbito nacional, estabelecendo códigos às unidades produtivas instaladas, bem como de registros perante à administração pública nos três níveis do Poder Executivo, visando à melhoria no fornecimento de informações a serem usadas pelo Estado, como a aplicação e coleta de tributos. A atualização da CNAE é de responsabilidade da Subcomissão Técnica para a CNAE – Subclasses, subordinada ao Ministério da Fazenda e organizada pela CONCLA, sendo coordenada pela Secretaria da Receita Federal, além da participação dos representantes da administração tributária das esferas estadual e municipal e do IBGE. O quadro 01 demonstra a estrutura geral usada para a classificação de todas as atividades econômicas existentes:

O quadro 02 demonstra as divisões internas à seção da indústria de transformação trazidas por esta CNAE.

Por sua vez, o quadro 03 indica a classificação delimitada pela CNAE versão 2.1, que será utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa. Tendo a indústria

¹ São as abreviaturas para International Standard Industrial Classification of All Economic Activities (ISIC) - estabelecida pelas Nações Unidas, e Classificação Internacional Industrial Uniforme (CIIU). É com base nestas duas classificações que a CNAE estrutura a classificação das atividades econômicas no Brasil.

alimentícia como o foco de estudos, apenas as indústrias que estão inseridas dentro da divisão 10, seção C, serão objeto de análise para esta dissertação.

E, por dentro do Grupo 106 “Moagem, Fabricação de Produtos Amiláceos e de Alimentos para Animais”, a dissertação especificará a Classe código 1061-9, denominado “Beneficiamento de Arroz e Fabricação de Produtos do Arroz”, cujas subclasses estão compreendidas no seguinte quadro:

De acordo com a norma CNAE 2.1, a subclasse 1061-9/01 – “Beneficiamento de arroz”, engloba todas as atividades relacionadas ao beneficiamento do arroz, produzindo tipos distintos do cereal (arroz descascado, moído, branqueado, polido, parbolizado, e convertido); a fabricação de farinha e de flocos e demais produtos de arroz. A subclasse 1061-9/02 – “Fabricação de produtos do arroz” compreende também as fabricações de farinha de arroz e de flocos e outros produtos do arroz. O quadro 05 demonstra as especificidades de cada subclasse.

Outro dado importante a ser enfatizado na dissertação é a respeito do número de empregos gerados pela industrialização de arroz em Pelotas, avaliando a importância do setor mediante a comparação com o número total de trabalhadores empregados na cidade; e a posição de Pelotas em relação a outros polos arrozeiros presentes no Rio Grande do Sul. Embora a ênfase seja a organização no território da indústria arroseira em Pelotas, a questão do trabalho realizado pelo operariado não deve ser menosprezada.

Méndez (2004) aponta para uma fundamental diferença entre o termo “emprego” e o termo “trabalho”. Este último é definido mediante uma função básica desempenhada em uma atividade, em qualquer organização social, que possua um conjunto de tarefas necessárias tanto à produção de bens e serviços, passíveis de serem encaminhadas ao mercado, quanto à reprodução da vida dos sujeitos, na satisfação de suas necessidades básicas. Um exemplo deste caso é o denominado “trabalho doméstico” que, ao mesmo tempo, é considerado como “improdutivo”.

Por sua vez, o autor demonstra que o emprego estaria relacionado ao mercado de trabalho, que configura um significado mais restrito ao trabalho social destinado ao mercado, sendo que as pessoas empregadas em um setor econômico produtivo recebem uma remuneração (salário) mediante o uso de sua força de trabalho. Esta forma de emprego tanto pode ser realizada de modo autônomo, como de modo assalariado, vendendo a sua força de trabalho a outro. Assim, a demanda

e a venda do emprego origina o mercado de trabalho, cujas leis determinam a quantidade, a qualificação e as atribuições funcionais do trabalho nos setores produtivos.

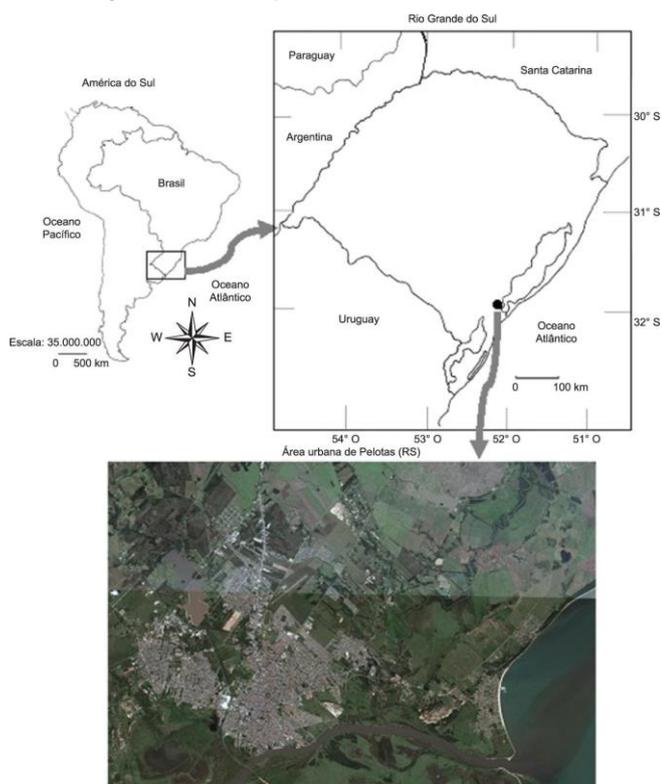
Identificar esta dualidad es fundamental para comprender, por ejemplo, la situación laboral dependiente y subordinada de la mujer em el seno de numerosas sociedades, al tempo que la progresiva mercantilización de tareas muy significativa de los últimos años (MÉNDEZ, 2004, p. 209).

Não obstante, devido às limitações presentes neste trabalho quanto ao tempo necessário para a pesquisa e ao foco da mesma, propõe-se, em um primeiro momento, analisar somente o volume total de empregados nas indústrias arrozeiras, inserindo tanto as atividades denominadas “chão de fábrica”, quanto as presentes na gerência e em funções administrativas. Mesmo assim, os dados referentes aos empregos servem como um parâmetro para comparações entre a participação do setor arrozeiro em Pelotas em relação ao estado do Rio Grande do Sul.

Aborda-se, a partir disto, o conceito de população ativa ou força de trabalho, efetivamente empregada na cadeia produtiva do beneficiamento de arroz. Nas palavras do mesmo Méndez, esta classificação é designada para aqueles “que em el período de referencia considerado participan de forma directa em la producción de bienes y servicios, o están disponibles y realizan algún tipo de gestiones para incorporarse a um empleo” (2009, p. 209).

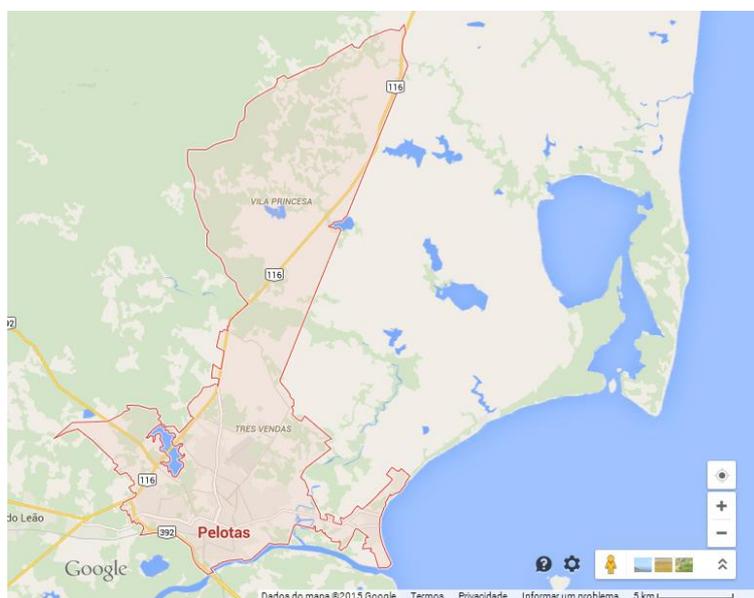
Para situar o leitor na escala geográfica de análise, traz-se a presente figura que demonstra a localização do município de Pelotas no Rio Grande do Sul, assim como a delimitação de seus limites urbanos. No decorrer do texto, serão trazidas outras figuras que mostram a posição e situação das zonas industriais presentes na cidade de Pelotas. Este aviso faz-se necessário, haja visto a intenção de esclarecer e situar o(a) leitor(a) no contexto territorial onde é feita a análise deste trabalho.

Figura 01 – Localização do município de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul



Fonte: SACCO et. al. (2013)

Figura 02 – Delimitação do espaço urbano do município de Pelotas



Fonte: Google Maps

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

2.1 O Território

Iniciemos este debate recorrendo ao Dicionario Akal de Geografía Humana (2000), para consultar o significado de “território”. Nesta obra, Johnston afirma que é um termo geral que descreve uma porção do espaço ocupado por certo sujeito ou grupo social, especial e classicamente o Estado-Nação, que adquire duas particularidades: a soberania, quando este Estado tem um controle legítimo sobre uma determinada área, com limites e fronteiras estabelecidas; e a área propriamente dita, integrada à vida política do próprio Estado (p. 562).

De acordo com Raffestin (1993), o território é uma construção posterior à produção do espaço, não devendo serem confundidas como sinônimos, embora sejam dinamicamente relacionados, construídos mediante o trabalho humano na transformação e dominação da natureza. A produção do território dá-se na medida em que os homens apropriam-se do espaço quando de sua materialização através do trabalho realizado pela sociedade.

Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

A ideia-chave para se compreender o conceito de território e sua operacionalidade na atuação de grupos dominantes – tanto por Estados-Nações, quanto por grupos sociais e agentes econômicos (e industriais) – é justamente a de poder. Mas, o que significaria este termo “poder”? Recorremos novamente a Raffestin as respostas para compreendê-lo. Para este, existe uma ambiguidade entre o “Poder” e o “poder”. Enquanto que o primeiro é mais fácil de ser detectado, pois engloba a atuação dos Estados-Nação que atuam soberanamente no território em que se formaram, através de seus aparelhos e instituições, o segundo é

referente às inúmeras relações sociais existentes dentro do próprio Estado-nação, inclusive aquelas que nos são imperceptíveis. Poderíamos enfatizar que se trata daquilo que se denomina de “territorialidades”, ou de territórios efêmeros, mas presentes no espaço – como o caso da rede de nós e fluxos do tráfico de drogas nas cidades.

Raffestin argumenta que, por trás da disputa por poder, existem certos trunfos inerentes às conquistas dos territórios. Dentro da Geografia política tradicional, os principais trunfos são a população, o território e os recursos. Trata-se de facetas inter-relacionadas, que possui significados aos agentes que possuem o poder, visando o apropriação de áreas delimitadas no espaço e a implantação de sua hegemonia nestas áreas.

Qualquer organização é caracterizada por seres e coisas, seja porque os possui, os controla ou os domina. Em consequência, em toda relação a organização os coloca total ou parcialmente em jogo. Se é evidente que assim é para o Estado de uma forma indiscutível, também o é para as outras organizações. A empresa controla não somente todo o aparelho de sua produção, que compreende seres e coisas, mas também controla, de uma forma mais indireta, os seres e as coisas por intermédio de seu ou de seus mercados. Quando entra em concorrência com outras empresas, coloca na balança tudo ou parte de seus trunfos. (RAFFESTIN, 1985, p. 59).

Veremos a aplicação inicial do território a partir de Ratzel (1983), ao referir-se à formação do Estado-Nação. Ele prioriza o solo (*Boden*) como substrato material indispensável para a formação e “crescimento” de povos e civilizações. Isto, associado com a apropriação política por parte de teóricos do Estado, provocou a origem de uma ideia naturalista do território, no sentido de algo que já está pronto, independentemente de sua movimentação histórica, passível de ser um alvo para conquista por parte de exércitos alimentados pelo Estado-Nação.

A territorialização também implica na utilização do mesmo pelas sociedades nele inseridas, visto que a ocupação do território por um grupo social leva a esta construir íntimas relações com este, relações estas pautadas na identidade destes sujeitos com o espaço onde vivem, na busca de meios para a sua sobrevivência ou resistência perante a outros focos de poder dominantes e legítimos (Estado com seus institutos e aparatos).

Assim sendo, a produção do território passa mediante a construção de um espaço social posteriormente apropriado por determinadas classes, especialmente

aquelas dominantes, como o Estado-Nação. E tal capacidade de articular toda uma rede interligando objetos e fluxos, leva ao estabelecimento de um conjunto de objetos artificiais, com função voltada à (re)produção das relações sociais, políticas e econômicas dentro do território em formação.

Mas, além do Estado-Nação, podemos observar a ocasião de territórios dentro do espaço urbano (ou “territorialidades”) que, embora pequenos, demonstram uma riquíssima dinâmica espacial. Há uma sucessão destes espaços territorializados, “particularizados” pelo poder, na(s) cidade(s), onde classes e setores sociais desenvolvem seus movimentos. Marcelo Souza (2000) expõe e defende que tais “territorialidades” podem ser classificadas com o termo território. Visto que as relações de poder exercidas no e a partir do espaço dão-se mediante os processos de apropriação, dominação e influência.

Vários seriam os exemplos que o autor cita para enfocar tal realidade, como o caso das redes de prostituição, do tráfico de drogas, dos vendedores ambulantes ou camelôs... enfim, “classes” sociais específicas que realizam suas atividades no interior de um território apropriado, no qual vivem os seus desafios diários, as auguras trazidas por todo um contexto de marginalização social que os coloca em risco a sua territorialidade, perante a situação de “caos” provocada pela “ditadura do capital” que busca dominar os seus espaços, para fins exclusivamente privados.

Dentro deste debate, Haesbaert sinaliza para uma ampliação do uso do conceito território, dizendo que este assume um caráter polissêmico, no sentido de que sua utilização é feita não somente pela geografia, mas por demais ciências (sociais, sobretudo) com vistas a explicar seus objetos de estudos.

Haesbaert (2004) argumenta que ocorreria, ao menos, quatro dimensões da aplicabilidade do território, a saber:

- Uma vertente política, tradicionalmente característica do território, na qual o território é um espaço demarcado com fronteiras, divisas e/ou limites, onde é exercido relações de poder, por determinados agentes, especialmente aquelas instituições subordinadas e comandadas pelo Estado-Nação.
- Uma vertente cultural(ista), relacionada à apropriação territorial por um ou mais grupos sociais, identificando-se com o mesmo. Inclui-se nela o valor

subjetivo de identidade e pertencimento ao seu “espaço vivido” (comumente relacionado ao outro conceito-chave da Geografia, o lugar).

- Uma vertente natural(ista), mediante à relação da sociedade com a natureza, enfatizando um comportamento “natural” dos homens no meio, sendo-lhe um componente físico.
- Uma vertente econômica, que prioriza a dominação das atividades econômicas em uma dimensão espacial. Trata da organização dos agentes produtivos nos territórios, cujos recursos naturais, sociais e técnicos são apropriados a partir das inter-relações e conflitos entre classes sociais, bem como da relação entre o capital e o trabalho, produzindo especializações em cada área, culminando na divisão territorial do trabalho.

A (re)produção vai bem além de uma mera ordem política – embora esta continue sendo a principal maneira de formação –, pois ele envolve todos os sujeitos participantes, em suas atividades e identidades. Por isto, tem-se fomentado o debate científico e epistemológico, dentro não somente da Geografia, mas também em outras áreas do conhecimento (Sociologia, Economia, Antropologia e, até mesmo, a Biologia). Tudo deve ser levado em consideração, pois a própria organização territorial envolve um conjunto de complexidades, que partem das relações dos homens em sociedade, relações estas estruturadas no/a partir do espaço geográfico, em contextos temporais distintos.

Conforme o mesmo Haesbaert, a territorialização pode ocorrer mediante os processos de domínio e de apropriação do espaço. O primeiro caso, associado ao movimento de corporações empresariais (não raro em simbiose com o poder público vigente) que “toma conta” do território para a exploração econômica do mesmo, mediante os investimentos feitos por grandes empresas (privadas e, inclusive, estatais), com a conveniência do aparato estatal na administração destes territórios.

A apropriação da superfície terrestre significa o uso maciço e a territorialização, pelos grupos sociais, que vivem e se identificam nesta “porção” ou lugar da superfície terrestre, construindo relações subjetivas de identidade e de convivência com este lugar, e com os vizinhos ao seu redor, dando a este um uso

diverso daquele que executam a dominação desta mesma porção, para fins econômicos ou “capitalísticos”.

Em se tratando da organização das atividades econômicas (particularmente, da organização industrial em escala geográfica), Santos traz o conceito de “território usado”, para ele “visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso” (Santos apud Haesbaert, 2004, p. 59). Tal concepção de Milton Santos é considerada controversa, já que vai de encontro ao consenso de que é a partir do espaço que teremos a produção do território. Este interessa-se não só pelo território em si, mas ao uso que se é feito do território pelos agentes que o dominam. Uma concepção que vem a ser oposta daquela vertente tradicional, tendo Raffestin como um de seus proponentes.

Observamos que o Estado-Nação age fundamentalmente no atendimento dos interesses privados, em suas necessidades de expansão em um território.

Quando dizemos necessidades, referimo-nos a uma espécie de premência coletiva que pressiona os poderes (de Estado) a realizar esta ou aquela transformação e que, via de regra, tem um rebatimento mais ou menos imediato no território. É o caso, por exemplo, de uma reforma urbanística ou da construção de uma grande obra de engenharia, as quais não prescindem de uma ordem ou licença legal prévias para sua execução. (ANTAS, 2005, p. 80).

Neste sentido, o território é onde concretiza-se a regulamentação pelo Estado, em simetria com outros setores da sociedade e da economia, quanto ao formato de como os agentes organizam-se neste substrato material. É pela regulação do Estado que acontece o caráter organizador das redes e fluxos de mercadorias e bens, bem como a instalação das unidades produtivas em lugares específicos, mediante o conjunto de leis e normas que determinam e estabelecem condições na construção dos objetos.

E, por seu turno, os agentes sociais e econômicos atuam no sentido de transformar este território conforme os seus interesses, especialmente aqueles relacionados à (re)produção e ampliação do capital. Nesta perspectiva, o conjunto do Direito é territorializado na medida em que criam-se normas que regulamentam o processo de apropriação e transformação do espaço. Antas Jr. (2005) estabelece a ideia de que a lei, uma vez criada para possibilitar um “congelamento”, ou estabilização das relações sociais em um contexto espaço-temporal, leva à uma

influência dentro da geografia, mesmo que haja um desejo inverso por parte dos geógrafos e professores. E este atrito acaba por quebrar a eficiência das teorias que buscam explicar as instâncias sociais, desafiando a própria geografia a buscar outros caminhos teóricos para compreender esta realidade.

O autor propõe que se leve em considerações dois elementos básicos: a norma jurídica em suas dimensões comunicativa, sancionatória e burocrática; e o espaço geográfico, enquanto “condicionador impregnado de intencionalidade” (p. 57). Enquanto que a norma jurídica, sob o ponto de vista geográfico, apresenta uma visão abrangente de vários saberes do conhecimento (do direito e da sociologia, por exemplo), o espaço geográfico, constituído por sistemas de objetos e ações, é o resultado da interação destes sistemas, em cada porção da superfície terrestre, sendo mediadas pelas normas jurídicas implantadas e estabelecidas.

Mas, como ficaria o território em tudo isso?

A sociedade busca produzir e ao mesmo tempo controlar seu território. Como ela sempre se apresenta fragmentada em grupos, classes, castas etc., os graus de controle se afirmam conforme os recursos e as possibilidades dos grupos ou indivíduos para efetivamente exercê-lo. Por outro lado, as formas produzidas (bem como as não produzidas mas igualmente humanizadas) não poupam a dinâmica social de atritos e condicionamentos, gerando, desse modo, uma forma peculiar de regulação. Na verdade, pode-se afirmar que a rigidez da norma jurídica e a da forma geográfica – elementos que, instrumentalizados, se prestam à regulação – compõem partes de um mesmo processo. (2005, p. 59).

Antas Jr. demonstra que a organização de normas e leis, empreendidas pelos aparatos do Estado por meio de seus Poderes, têm sérias implicações na organização dos territórios. Políticas públicas, como o Plano Diretor em uma cidade, o Código Florestal ou a regulamentação das relações diplomáticas entre países vizinhos, passam por um conjunto de decisões empreendidas pelo Estado, a partir das quais configuram-se os territórios para atender a tais resoluções, tanto na escala local (bairro, cidade), quanto na escala regional ou global.

Com os crescentes avanços científicos e tecnológicos na logística e nas comunicações, o meio artificial - ou o técnico-científico-informacional –, é cada vez mais intensificado, cada vez mais carregado de técnicas e formas. Por isso, o território, assim como o espaço, é cada vez mais híbrido, dinâmico na relação entre o que é natural e o que é o social. Em função disso, os debates sobre o significado do território são cada vez mais desafiantes, bem como de sua funcionalidade e os

agentes envolvidos. E isso passa além da mera organização dos Estados-nação sem, entretanto, excluir esta organização territorial. Ao contrário, deve-se inserir o Estado dentro desta nova perspectiva, visto que ele vai interagir de diversas maneiras, tanto com a sociedade que o forma, quanto com os grupos econômicos e empresas que exploram o meio em suas potencialidades naturais, humanas, locais e técnicas.

2.2 Divisão Territorial do Trabalho (D.T.T.) e Indústria

O entendimento quanto à localização e dinâmica das unidades industriais passa pelo conceito interno e inerente ao território, a saber “Divisão Territorial do Trabalho”, que organiza e é o resultado da organização espacial dos agentes políticos e econômicos em cada área da superfície terrestre. Desta maneira, presenciemos uma desigual apropriação de recursos por parte dos grupos sociais, sejam eles hegemônicos, sejam subordinados às normatizações vigentes.

A divisão territorial do trabalho será o reflexo perceptível com a divisão social do trabalho, iniciada a partir do processo de sedentarização dos homens no espaço. Milton Santos expõe a ideia da divisão do trabalho a partir da diversificação da natureza, tendo a ação do trabalho humano como um principal agente que a transforma para determinados fins.

A primeira presença do homem é um fator novo na diversificação da natureza, pois ela atribui às coisas um valor, acrescentando ao processo de mudança um dado social. Num primeiro momento, ainda não dotado de próteses que aumentem seu poder transformador e sua mobilidade, o homem é criador, mas subordinado. Depois, as invenções técnicas vão aumentando o poder de intervenção e a autonomia relativa do homem, ao mesmo tempo em que se vai ampliando a parte da “diversificação da natureza” socialmente construída. (SANTOS, 2012b, p. 131)

A Divisão Territorial do Trabalho é aprofundada quanto maior for o desenvolvimento das forças produtivas atuantes no espaço, bem como há o aprofundamento das diferenças existentes na organização deste mesmo espaço. A apropriação territorial leva a construção de objetos, fluxos, redes e nós que

organizam o espaço de forma a garantir a reprodução dos mecanismos de poder que garantam a manutenção deste “status quo”.

Goldenstein & Seabra (1982) ensaiam que a Divisão Territorial do Trabalho é o resultado dos avanços no desenvolvimento das atividades capitalistas no espaço, atividades estas que provocam uma diferenciação no desenvolvimento entre áreas ou “territórios”. Baseando-se nas contribuições de Lipietz (1985), defendem que há duas vias que levam à divisão do trabalho: uma “horizontal”, consistindo na divisão entre ramos e atividades econômicas e entre “territórios” (cidade-campo; interurbana; comunidades etc.); e outra “vertical”, inserida dentro dos grupos sociais, que leva à apropriação ou não dos meios de produção, destacando a separação entre “dominantes” e “dominados”; e “burguesia” e “proletariado”.

Para os autores, a ocasião da distribuição das atividades econômicas no espaço ocorre não somente na reprodução de condições históricas do modo de produção capitalista, como também “resulta de determinações que interferem no processo de acumulação de capital e guardam aspectos ora mais especificamente técnicos, ora mais especificamente econômicos ou político-econômicos” (p.21).

Assim, Goldstein e Seabra lançam o conceito de “região econômico-política”, enquanto resultante desta divisão territorial do trabalho mediante a acumulação do capital. Tomam o caso da organização territorial no Brasil, a partir de sua formação econômica e social. Baseando-se nos fundamentos postos anteriormente por Lipietz (1988) e Oliveira (1993), abordam algumas características apontadas pelos autores, elencando-as, conforme o Quadro 06:

Quadro 01 – Características da Região Econômico-Política, por Oliveira e Lipietz

OLIVEIRA	LIPIETZ
- Resultado da Divisão Territorial do Trabalho e de suas transformações no âmbito da economia nacional.	- Articulação das espacialidades às relações definidas em diferentes instâncias dos modos de produção existentes.
- Formado a partir da dominação de uma forma de reprodução do capital e de suas relações de produção.	- Produto das relações inter-regionais, uma dimensão das relações sociais polarizadas entre riqueza e pobreza.
- Realidade onde classes dominantes o isolam à entrada de formas diferentes de produção, reproduzindo a estrutura socioeconômica vigente por meio do poder político.	- Articulação de relações sociais, com um regulamento das contradições entre classes dominantes locais, nacionais e internacionais.
- Especificidade determinada por sua inserção em um conjunto de forças e instâncias em maiores escalas (nacional e global), reproduzindo-se sobre os esquemas da reprodução ampliada do capital.	- Acumulação desigual entre o centro e a periferia, sob domínio do capital monopolista internacional.
- Constituição regional dentro de uma formação econômico-social, dominada pelo modo-de-produção capitalista.	- Redivisão territorial do trabalho constante, como resultado da acumulação do capital e da reestruturação das relações interclasses.
- Tendência ao “desaparecimento” da região, devido à expansão do capital monopolista em todos os setores da atividade econômica.	- Substituição de um bloco hegemônico “tradicional” por um “modernista”, acelerando-se ou barrando a integração ao capital monopolista.
	- Resolução de conflitos inter-regionais, com os compromissos firmados entre classes dominantes locais e o capital monopolista.

Fonte: GOLDENSTEIN & SEABRA (1982)

Embora exista, em ambos os teóricos, o uso do termo “região” para expor suas conceituações a respeito das diferenciações causadas pela formação econômico-social e pela organização das forças produtivas pelos agentes, trata-se de uma produção a partir e com a divisão territorial do trabalho, levando-se à produção dos territórios, cada qual com suas propriedades sociais, influências políticas e agentes econômicos.

Oliveira (1993) explica a região como um espaço onde se inter-relacionam uma forma específica de reprodução do capital com uma forma especial de luta de classes, onde economia e política se fundem e assumem uma forma particular no produtos social. Esta região se diferencia de outra, na medida em que há níveis

distintos de reprodução de capital e relações de reprodução em outros territórios, ao menos no âmbito de uma “economia nacional” (p. 29).

Em relação a um “desaparecimento” da região, Oliveira explica a possibilidade de uma homogeneização na reprodução do capital no modo de produção capitalista que faria, na medida da concentração do capital, com que as regiões venham a desaparecer. Embora não chegue a se materializar completamente (pela própria dinâmica da reprodução do capital), percebe-se que algumas regiões econômico-políticas (ou territórios), como o caso dos Estados Unidos, esta homogeneização é próxima, justamente pelo fato de ser o centro do imperialismo capitalista, ao apresentar duas facetas: uma interna, tendente à homogeneização; e outra externa, que “não apenas aproveita das diferenças regionais reais, como as cria para seu próprio proveito” (1993, p. 27).

Por seu turno, Coraggio (1987) apresenta uma outra contribuição, desta vez analisando a América Latina. Demonstra que a D.T.T. é uma configuração de subconjuntos produtivos, especializados em áreas diferenciáveis, mas que pertencem a um todo sistema orgânico, uma forma espacial própria da produção social. E, tanto os fatores sociais quanto os naturais, são elementos condicionantes ou influentes para a organização da divisão social do trabalho que, por extensão, organizam esta D.T.T.

Así, la división territorial del trabajo, es decir, la configuración de subconjuntos productivos relativamente especializados em áreas compactas diferenciables, como parte de um sistema orgánico de producción social, o, en otros términos, esta regionalización-especialización de la producción, constituye una forma espacial propia de la producción social (CORAGGIO, 1986, P. 76-77).

Mendéz (2004, p. 25), ao discutir o objeto de estudo da Geografia Econômica, enfatiza que há quatro transformações básicas desenvolvidas a partir dos processos de produção, consumo e troca dentro da produção econômica, que influencia na produção material da sociedade e de seus territórios. Estas quatro transformações estão relacionadas com a base da formação socioterritorial no decorrer do tempo histórico. As três primeiras seriam as seguintes:

- Aumento constante da capacidade de produção, especialmente nos dois últimos séculos: a produção de bens e mercadorias tem se amplificado de

tal modo que, enquanto que a população mundial se multiplicou por três vezes, a produção total de bens o fez por vinte, o consumo de combustíveis (fósseis), por trinta e a produção industrial multiplicou-se por cinquenta vezes!

- Separação crescente entre função e espaço da produção e do consumo: a produção envolve cada vez mais pessoas e lugares distintos, permitindo o crescimento da circulação e do comércio mundial, de capitais, pessoas, produtos e informações. Atinge várias escalas geográficas, do local ao mundial.
- Especialização progressiva das tarefas e funções: seja no âmbito da unidade familiar, seja na sociedade como um todo, há uma divisão que interliga as posições com a estrutura social existente, havendo as ocupações essenciais para a produção: trabalhadores manuais, comerciantes, médicos, empresários, diretores etc.

A quarta transformação, por fim, é relacionada à divisão territorial do trabalho, portanto. O autor a apresenta como

Una paralela fragmentación de la producción y del trabajo entre territorios que tienden a especializarse en actividades diferentes, y que generan, em consecuencia, flujos de intercambio de carácter desigual em cuanto al valor y la importancia de lo que ofrecen y reciben. Aumentan, pues, tanto la división técnica, como la social y espacial del trabajo, com lo que se facilitan los contrastes iniciales asociados a sus distintas condiciones naturales o herencias históricas (p. 25).

A (r)evolução das técnicas produtivas que possibilitaram a eclosão da máquina apresenta reflexos dentro da organização espacial-territorial das forças produtivas. Marx destaca os aspectos do espaço construído na intensificação da divisão territorial do trabalho, mediante a intensificação da divisão do trabalho na sociedade, estendendo-se para a organização territorial das atividades produtivas. O desenvolvimento do capitalismo industrial, a partir da manufatura, intensifica a divisão do trabalho na sociedade, estendendo-se para a organização territorial das atividades produtivas.

A divisão territorial do trabalho, que confina ramos particulares da produção em áreas determinadas de um país, recebe novo impulso com a atividade

manufatureira que explora todas as peculiaridades. No período manufatureiro, a divisão do trabalho na sociedade desenvolveu-se muito com a ampliação do mercado mundial e com o sistema colonial, que figuram entre as condições gerais de existência desse período. (MARX apud BREITBACH, 1992, p. 694).

E é mediante o processo de industrialização nas áreas da superfície terrestre que aprofundará este processo de diferenciação das sociedades, intensificando a divisão social – especialização de atividades entre grupos humanos – e territorial – especialização entre áreas do espaço – do trabalho. Compreende-se a indústria como um estabelecimento, onde processa-se a união entre capital, trabalho, energia, ciência e técnicas na transformação de matérias-primas para produtos, mercadorias estas destinadas ao mercado consumidor, tanto em larga escala (ao público em geral, no caso da indústria alimentícia e demais bens de consumo), quanto em setores específicos da economia (fornecimento de bens a outras indústrias, como a de equipamentos e peças industriais, por exemplo).

Embora tenha origens remotas, com o desenvolvimento do artesanato e da manufatura pelas sociedades humanas a partir de sua sedentarização, o processo de industrialização somente será sistematizada e intensificada a partir da primeira Revolução Industrial inglesa na transição dos séculos XVIII e XIX – e reforçada com as demais Segunda e Terceira –, episódio este no qual acontecem as transformações que possibilitam a consolidação hegemônica do modo de produção capitalista em escala global.

Los procesos de industrialización bajo el CAPITALISMO implican importantes cambios en las relaciones sociales de producción. En las fases iniciales del desarrollo de la industria manufacturera, los aprendices pueden estar ligados a sus maestros de una forma que limite su movilidad y la libertad de vender su trabajo a su antojo. A medida que crece la industria a gran escala, es importante disponer de una oferta de mano de obra capaz de responder a las fuerzas del mercado, y esto contribuye al desmantelamiento del primitivo sistema de organización (JOHNSTON, 2000, p. 326).

A partir da hegemonia capitalista no espaço mundial mediante a Revolução Industrial, a apropriação do espaço será cada vez mais aprofundada, sendo este processo histórico o causador de uma ruptura do modo de produção anterior – o feudalismo –, serão aprofundadas as relações que intensificarão a divisão do trabalho no planeta, a partir da qual cada local e território terá uma especialização na produção de gêneros, com vistas ao mercado consumidor em plena ascensão.

Beaud (1987) analisa esta transição acarretada pela industrialização. Será por ela que o capitalismo começa a se expandir pela Europa e, posteriormente, pelas demais áreas da Terra, através do aumento no número de fábricas, especialmente pelos setores “motores”, o têxtil e a metalurgia.

Recursos e potencialidades são direcionados nesta expansão industrial. A aplicação da hulha e do carvão, alimentando motores a vapor de máquinas a vapor que fazem disparar a quantidade de mercadorias geradas, desmantelando as concorrências que existiam no artesanato e na manufatura. Bem como o emprego de uma mão-de-obra livre, abundante e barata – advinda tanto dos antigos artesãos que perdem suas fontes de renda, quanto dos antigos camponeses expropriados de suas terras por meio da política dos cercamentos –, constituirão os principais contribuintes para o avanço do capitalismo britânico que, no dizer do próprio Beaud, “é esmagador durante toda a primeira metade do século, e continua considerável depois de 1850, mesmo sendo reduzido em algumas produções” (1987, p. 139).

É uma profunda modificação econômica e social que

esse desenvolvimento industrial inaugura, depois acentua a ruptura em relação a milênios de produções predominantemente agrícolas de sociedades predominantemente rurais. Certamente, nas grandes cidades ou pequenos países, o peso de uma cidade, com suas atividades manufatureiras e comerciais, pôde predominar. Mas isso vai acontecer, pela primeira vez, num grande país: a Grã-Bretanha, antes de se estender a outros, especialmente França e Alemanha (BEAUD, 1987, p. 140-141).

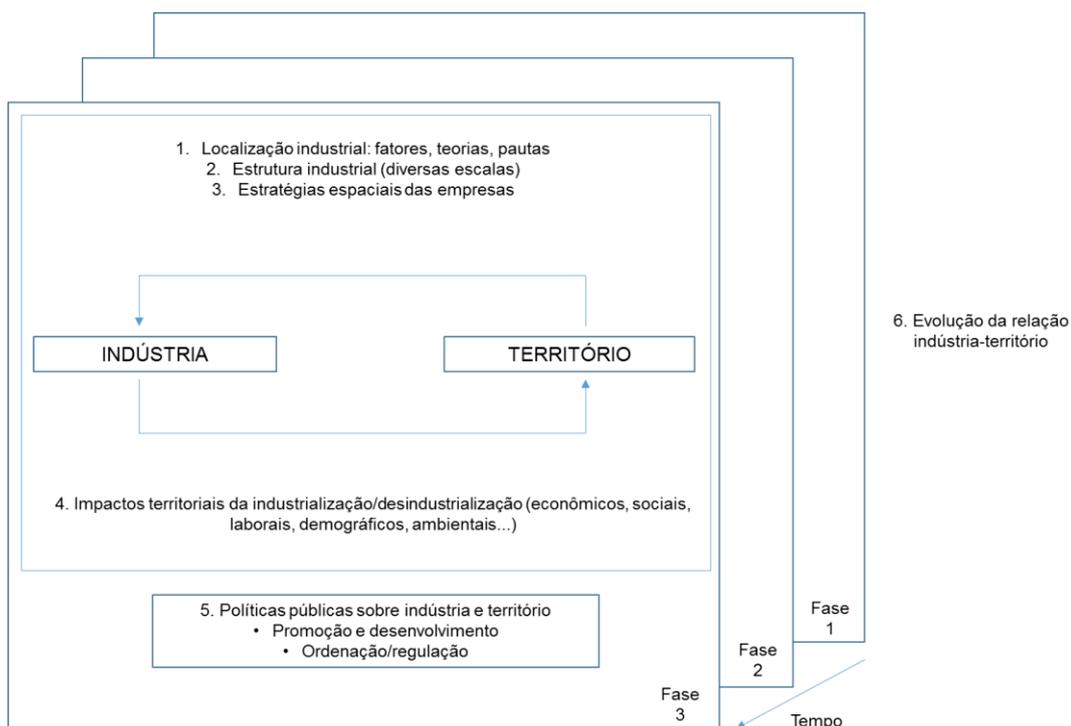
O desenvolvimento industrial passa por uma série de fatores que levam a uma desigual concentração deste setor na superfície terrestre. Existe uma ligação dinâmica entre a organização das empresas e os territórios nos quais estas se instalam ou deixam de se instalar, levando-se em conta os aspectos naturais e humanos existentes em cada formação territorial, certamente desigual entre si. Mendéz & Caravaca (1999) apontam que o funcionamento das indústrias não ocorrem em uma espécie de “planície isotrópica”, com territórios homogêneos em suas potencialidades geográficas e históricos.

Esta complexidade dos fatores que levam à instalação, fechamento ou transferência de empresas de um território para outro, tem sido alvo de um intenso estudo para a Geografia Industrial. Os mesmos autores chamam a atenção para uma série de questões a serem consideradas na instalação das unidades industriais no território, a saber:

- 1) A localização industrial, por meio da divisão espacial (territorial) do trabalho que leva à concentração de determinados ramos em lugares específicos, por causa da especialização inerente aos sistemas produtivos, bem como da desigual distribuição das vantagens e desvantagens comparativas para cada atividade.
- 2) A estrutura industrial característica do território, a partir das condições atuais e/ou herdadas existentes nele, que favorecem ou dificultam a concentração das empresas.
- 3) As estratégias espaciais, tomadas pelas indústrias com vistas à ampliação de seus mercados, aprimoramento tecnológico de seus produtos e/ou estreitamento de relações com seus clientes e fornecedores, que certamente implicam na organização do território, indo além da mera localização industrial.
- 4) Os impactos territoriais advindos da organização industrial, em relação ao crescimento econômico do local, à mobilidade de sua população (imigração ou emigração), ao nível de renda e à qualidade de vida, à degradação ambiental, entre outros efeitos.
- 5) As políticas públicas em matéria industrial e territorial, empreendidas pelo Estado e seus institutos, devido à influência dos benefícios e custos industriais ao território em questão. Intervenções voltadas ao planejamento urbano e ambiental e à ordenação territorial constituem exemplos desta atuação do poder público.
- 6) A evolução das relações indústria-território, no decorrer da história, através das modificações tanto no modo de produção capitalista, quanto nos aspectos particulares presentes em cada território e tipo de indústria.

Para sintetizar a visão entre a indústria e o território, lançamos mão de uma figura montada por Mendéz & Caravaca (1999), quando estes discutem os conteúdos temáticos em uma Geografia Industrial.

Figura 03 – Conteúdos temáticos da Geografia Industrial: inter-relações indústria-território



Fonte: MENDEZ & CARAVACA (1999). Figura elaborada pelo autor.

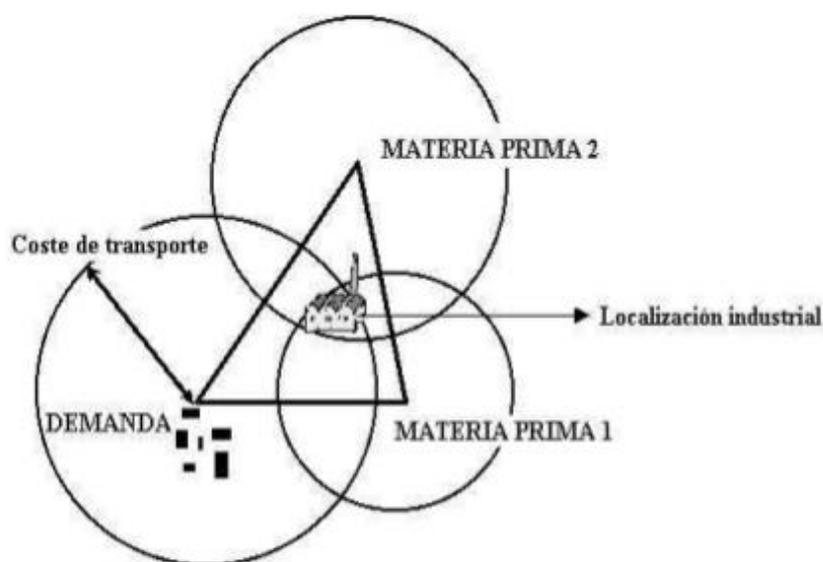
Não serão poucas as perguntas feitas sobre a questão da localização das indústrias em certas áreas, acentuando a divisão territorial do trabalho. Veremos os primeiros teóricos, como Alfred Weber, tratando a respeito do assunto. De acordo com Manzagol (1985), Weber mostra que a localização de determinada indústria pode ser resolvida em três momentos: a determinação do custo mínimo de transporte, o impacto dos custos de trabalho e as forças de aglomeração.

Na busca por custos mínimos de transporte, Weber defende que a produção de um bem, cujas matérias-primas estão localizadas em pontos diferentes (aqui denominadas de S1 e S2), leva à procura de um ponto ótimo para a situação da fábrica, levando-se em consideração ainda a localização do mercado consumidor para tal mercadoria, ou o ponto M. A partir de tal pressuposto, Weber estabelece a ideia das isodapanas que, para Manzagol, são “linhas formadas por pontos que têm o mesmo adicional de custo de transporte em relação ao ponto ótimo” (1985, p. 26).

Os custos de trabalho, por sua vez, podem levar ao deslocamento do ponto ótimo O, levando à mudança da isodapana, devido à possibilidade de que o aumento nos custos com transporte seja compensado com a economia nos gastos com a mão-de-obra a ser usada pela empresa. Por fim, as forças de aglomeração

podem influenciar no ponto ou localização ótima, caso a economia obtida pela proximidade de empresas em uma área seja superior ao custo adicional nos transporte de matérias-primas e mercadorias que ocorreriam neste processo.

Figura 04 – Modelo de Isodapana, por Weber



Fonte: Manzagol (1985)

As propostas de Weber posteriormente levam ao seu aprofundamento e crítica. Ainda dentro das teorias clássicas, Manzagol destaca o trabalho de A. Lösch e sua ótica de mercado, criticando as propostas weberianas em dois pontos: “a demanda considerada como constante e o ponto de custo mínimo como *optimum* de localização” (1985, p. 30-31). Segundo Manzagol, Lösch aponta falhas na base teórica de Weber, principalmente nestes postulados da questão da demanda tida como constante e o ponto do custo mínimo como ideal para a localização.

Não obstante a importância das teorias clássicas de localização industrial, o processo de mudanças tecnológicas acarretam uma profunda mudança no estabelecimento das unidades industriais nos territórios. Observamos, com a Revolução Técnico-Científica, uma redução (não necessariamente uma eliminação) da dependência dos recursos naturais para a influência na localização dos parques e distritos industriais nos territórios no globo.

Esta revolução tecnológica ocasiona, em certos ramos, tanto uma concentração, quando uma dispersão territorial das atividades industriais no planeta,

como, por exemplo, o caso dos setores metalúrgico e siderúrgico, como enfatizado por Estall & Buchanan (1976, p. 119). A dinâmica industrial vai muito além do “chão de fábrica” na qual está instalada, incluindo toda uma rede de serviços – envolvendo fornecedores, mercado consumidor, “nós” de transporte e comunicação – necessariamente instaladas para interliga-las nos e entre os territórios.

À medida em que vai complexificando-se veremos o surgimento de várias conceituações para definir as organizações territoriais a partir da industrialização, conforme a especialização produtiva em dado setor ou ramo que determinado local adquire na divisão territorial do trabalho. Podemos destacar, dentre as principais organizações industriais, os parques tecnológicos e os distritos industriais.

Os parques tecnológicos são os territórios especializados na produção de tecnologias e instrumentos no setor de informática e de telecomunicações. Estes tecnopolos surgem mediante a Revolução Técnico-Científica da década de 1970, que muda o paradigma da localização industrial das empresas, visto que liberou estas da estrita dependência com a proximidade dos recursos naturais, ou dos fatores geográficos para a sua instalação. A estrutura daquilo que Santos denomina de “meio técnico-científico-informacional” leva a uma conjugação entre os avanços tecnológicos nos sistemas de comunicação e de transporte com uma nova lógica da instalação industrial no espaço, onde a informação e a ciência dominam na organização das estruturas industriais.

Mendéz & Caravaca (1999) situam os parques tecnológicos dentro do contexto da inovação tecnológica na produção de um novo espaço industrial, destacando os componentes de um novo sistema tecnológico (informática, telemática, biotecnologia, robótica etc.), oriundo através da eclosão da microeletrônica, que “se convierte así em esa materia prima inagotable em apariencia y de coste decreciente, con un amplísimo abanico de aplicaciones que se difunden con rapidez por todo el sistema productivo” (p. 160).

Os autores comparam, ainda, o conceito de parque tecnológico com os de tecnópolis e de parques científicos. Quanto aos tecnópolis, eles os relacionam com uma cidade que apresenta um conjunto de inovações que levam à construção de espaços destinados a centros de investigação científica, através do uso de “infraestruturas de qualidade”, não raro unida a políticas de marketing urbano, para

atração de investimentos externos. Dentre os exemplos conhecidos de tecnopólos, destacam-se o Vale do Silício, oeste dos Estados Unidos, e Tsukuba, no Japão.

Os parques científicos são semelhantes aos parques tecnológicos, porém diferenciando-se destes por abrigar setores que trabalham com I+D – Indústria e Desenvolvimento – e de formação, mas não havendo atividades de produção de mercadorias. Comumente, mantém vínculos com universidades ou centros de pesquisa, produtoras de tecnologias e conhecimentos em áreas de engenharia e informática, posteriormente aplicadas no aperfeiçoamento da produção industrial.

A pesquisa e a inovação tecnológica são fatores que contribuirão para a flexibilização das etapas industriais no espaço mundial, levando à uma crescente integração de territórios no espaço mundial, tanto nos países centrais (estes detentores do aparato tecnológico), quanto nos países periféricos (considerando-se a participação destes quanto ao fornecimento de mão-de-obra – Índia).

Quanto aos distritos industriais, a origem deste termo vem de Alfred Marshall, quando este estudou as organizações industriais tradicionais instaladas em países, como Itália e Inglaterra. O Distrito Industrial consiste em um sistema produtivo local, organizado essencialmente por empresas de pequeno porte que se inter-relacionam em uma troca de informações, fluxos e mercadorias.

Mendéz & Caravacca (1999) percebem, ao menos, sete componentes que caracterizam um distrito industrial marshalliano:

- a concentração de PYME's (Pequenas e Médias Empresas) originadas no próprio local onde estão instaladas;
- a especialização em um ramo industrial ou em um produto (imagem de marca);
- a divisão interempresarial do trabalho entre as firmas, cada qual focando em uma etapa de produção e havendo uma intensa rede de troca de material, ideia e informações;
- as relações de cooperação e solidariedade entre estas trocas, através de uma rede de fluxos estabelecidas; a flexibilidade para com o mercado de trabalho e com as mudanças das redes entre empresas e clientes;

- a construção histórica e espacial, mediante um complexo processo e contexto social que leva para um sistema de calores e de pensamentos “homogêneos”, expresso por uma ética de trabalho e de atividades; e
- a conjunção de economias, externas a cada empresa, porém internas no conjunto do distrito, beneficiando a todos os envolvidos no distrito (p. 205-209).

A diversificação dos conceitos sobre a industrialização leva a algumas confusões, quanto à terminologia usada. É comumente trazer como sinônimos os conceitos de indústria e fábrica, bem como também os de empresa e estabelecimento. Mas, devemos observar alguns aspectos dentro dessa problemática, sob pena de tornar simplória as observações do funcionamento.

Enquanto que a indústria conforme antes abordado, é o resultado da interação entre o capital e a utilização de matérias-primas, intermediadas pelo trabalho, a fábrica vem a ser o locus da produção das mercadorias e da extração da mais-valia, o local onde se materializa estes momentos pela indústria. Enquanto obra capitalista, “é na fábrica que a produção de mercadorias adquire um caráter científico e tecnológico, pois a racionalidade da modernidade-máquina é, cada vez mais, a racionalidade tecnológica” (Kocher, 2011, p. 120).

Dentro destas conceituações de estrutura industrial, cabe trazer uma contribuição, que não deve ser menosprezada, quanto a alguns conceitos trabalhados dentro e a partir da indústria: o conceito de grupo econômico. Gonçalves (1991) sintetiza o grupo econômico enquanto um conjunto de empresas que, embora independentes entre si em relação à sua natureza jurídica, estão associadas entre si mediante contratos e capitais investidos e são posses de um determinado indivíduo, empresa ou instituição, que controla as atividades destas empresas. A forma deste controle pode ser tanto “literal” – se toma as decisões vitais para o grupo –, quanto “limitativo” – se restringe as decisões dos indivíduos com posições estratégicas dentro do grupo (Gonçalves, 1991, p. 494).

O grupo econômico surge no momento de expansão da empresa capitalista, em seu fundamento financeiro e patrimonial, em que o seu aumento quantitativo leva a mudanças qualitativas dentro da empresa. O próprio Gonçalves afirma que o grupo econômico é um rompimento da natureza empresarial, uma vez que o seu

crescimento, associado às novas tecnologias e a rivalidade intercapitalista leva ao surgimento de decisões estratégicas, impondo-se uma lógica “grupo-administrador-controlado-concertamento” (1991, p. 494-495).

Traçamos um paralelo de concepção de Gonçalves com a de Roberto Lobato Correa (2014), quando nos traz a ideia de corporação enquanto um agente econômico preponderante na atual fase de acumulação capitalista. A corporação apresentaria cinco características:

- Ampla escala de operações: a corporação manipula uma imensa quantidade de matérias-primas, bens intermediários e produtos finais, através de uma rede de serviços e unidades produtivas e administrativas de que dispõe;
- Natureza multifuncional: relacionada com três modos de expansão que a corporação sofreu em sua formação – a concentração horizontal (fusão de empresas rivais); concentração vertical, (integração de unidades responsáveis pelas diversas etapas de produção); e a multifuncionalidade (aglomeração de atividades distintas entre si em um mesmo conglomerado);
- Caráter de segmentação: as empresas que formam a corporação apresentam diferenças quanto à especialização e divisão do trabalho e desenvolvimento tecnológico, assumindo diferentes papéis no processo de acumulação do capital;
- Múltiplas localizações: apresenta diferentes localizações quanto às potencialidades apresentadas pelos territórios, em relação à força de trabalho disponível, especialização de funções, mercado consumidor, ou da administração. Correa cita que acontece uma divisão territorial do trabalho, “específica a uma dada corporação. Esta divisão, por sua vez, está inserida, em maior ou menor grau, na divisão territorial do trabalho de um dado país e global” (2014, p. 217).
- Poder de pressão econômica e política: a corporação consegue administrar o território, através de práticas político-econômicas que visam à sua organização geográfica, garantindo a reprodução ampliada do capital.

Em relação às indústrias de Pelotas – extintas e atuais –, procuramos trabalhar com a ideia de empresa, como unidade qualitativa onde se realizam todos os processos relacionados, embora por vezes levantamos dados sobre o estabelecimento, enquanto a unidade produtora, o chão-de-fábrica no qual sintetiza-se todos os processos e agentes que norteiam a produção de bens e riquezas, convertendo-se matérias-primas em mercadorias, com determinados valores de uso e valores de troca.

Baseamo-nos em alguns trabalhos acadêmicos sobre o enfoque territorial para compreendermos os arranjos territoriais produzidos pelas empresas e corporações, a despeito das diferentes abordagens feitas por estes estudiosos, bem como das escalas de análises diferenciadas, ora de cunho local e regional, ora de nível nacional ou global. Trabalhos de cunho geográfico, como os de Medeiros (2002; 2009), Tartaruga (2014), Martins (2006), Martins (2002) e Santos (2012a), trazem à tona a análise de produção dos agentes econômicos no território onde se implantam, bem como as ações do Estado, por intermédio de seus aparatos e normas jurídicas que intermediam as condições pelas quais se concretizam esta produção, levando a diferenciação territorial entre os lugares e aprofundando a D.T.T. entre os mesmos.

A partir deste momento, procuramos traçar, ainda que em linhas gerais, os movimentos que permitiram a especialização produtiva de Pelotas como polo industrial de beneficiamento de arroz, observando o contexto histórico e geográfico pelo qual ela foi implantada, bem como de sua relação com o território no qual está inserido. Mediante este arcabouço teórico, partimos para analisar o quão é relevante a participação deste setor na economia local e regional.

3 A INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA EM PELOTAS-RS

Antes de abordar a produção industrial em Pelotas, devemos enfatizar o contexto socioeconômico e político que levou ao surgimento da industrialização local, bem como a construção desigual dos territórios econômicos. Uma formação econômica e social na qual o território do Rio Grande do Sul vem a se constituir como uma economia periférica na divisão territorial do trabalho estabelecida com a organização territorial do Brasil.

No caso da área sulina do Estado, uma formação econômica e social é montada a partir da exploração do gado bovino originário das vacarias, pela instalação de grandes propriedades rurais denominadas sesmarias, doadas a militares que atuavam em linhas de batalha contra a Coroa espanhola, nas guerras para a delimitação de fronteiras na área do Prata entre os séculos XVII, XVIII e XIX. Estas sesmarias darão origem às estâncias, grandes propriedades rurais pelas quais o gado bovino é criado.

Mas, como estamos desenvolvendo um assunto que perpassa a indústria na produção de territórios (e da divisão territorial do trabalho), cabe aqui registrar uma conveniente indagação: a charqueada pode ou não ser considerada uma indústria? Recorrendo à ideia exposta no capítulo anterior, em se tratando de uma unidade que possibilita o beneficiamento de uma dada matéria-prima, através do emprego de técnicas de produção que a transformam em um bem manufaturado, juntamente com uma fonte de energia e uma mão-de-obra (mesmo escravizada) necessárias para esta transformação.

A charqueada funciona como uma unidade de produção, um estabelecimento manufatureiro instalado para o aproveitamento da matéria-prima, dando a possibilidade de aproveitar economicamente os produtos obtidos dos animais. E o núcleo charqueador, embora não seja capitalista, possui moldes nitidamente industriais, ou ao menos manufatureiros, por possuir uma divisão social do trabalho e desenvolver uma produção em escala, voltada para o abastecimento de um mercado consumidor, neste caso das unidades escravistas no Brasil e no Caribe.

Em seu auge, existiram em torno de 25 (vinte e três) charqueadas, instaladas ao longo das margens do Canal de São Gonçalo ou do Arroio Pelotas, pelos quais

era realizado o escoamento da produção até o Porto do Rio Grande, e deste chegando aos mercados consumidores nacionais. O quadro a seguir apresenta a relação de charqueadas que funcionaram em Pelotas, com base nas informações coletadas por Arriada (1994) e Cunha (1911):

Quadro 02 – Charqueadas pelotenses e respectivas localizações

Estabelecimentos	Localização
1. Alfredo Augusto Braga	Não encontrado
2. Antônio Gonçalves Chaves	Arroio Pelotas
3. Antônio José de Oliveira Castro	Arroio Pelotas
4. Bernardino Rodrigues Barcelos	Arroio Pelotas
5. Boaventura Rodrigues Barcelos	Arroio Pelotas
6. Cipriano Rodrigues Barcelos	Arroio Pelotas
7. Domingos de Castro Antiqueira	Arroio Pelotas
8. Domingos José de Almeida	Arroio Pelotas
9. Francisco de Paula Ferreira	Arroio Pelotas
10. Francisco Xavier de Faria	São Gonçalo
11. Ignácio Rodrigues Barcelos	Arroio Pelotas
12. João Alves de Bittencourt	São Gonçalo
13. João Baptista de Figueiredo Mascarenhas	Arroio Pelotas
14. João Jacintho de Mendonça	São Gonçalo
15. João Simões Lopes	Arroio Pelotas
16. João Vinhas	Arroio Pelotas
17. Joaquim José de Assumpção	Arroio Pelotas
18. José Antônio Moreira	Arroio Pelotas
19. José Gonçalves da Silva Calheca	São Gonçalo
20. José Ignacio Bernardes	Arroio Pelotas
21. José Luiz da Costa	Arroio Pelotas
22. José Pinto Martins	Arroio Pelotas
23. José Tomas da Silva	Não encontrado
24. José Vieira Vianna	São Gonçalo
25. Manoel Baptista Teixeira	São Gonçalo
26. Manoel Soares da Silva	Arroio Pelotas
27. Pedro Luiz da Rocha Osório	São Gonçalo

Fonte: ARRIADA (1994); CUNHA (1911); VIEIRA (2005)

3.1 A transição charqueada-industrialização em Pelotas: 1860-1900

Logo, a primeira organização fabril que estrutura a organização territorial em Pelotas será a charqueada, estabelecimento que beneficia a carne bovina, transformando-a em charque. Em praticamente todo o século XIX, a charqueada será a base fundamental da formação econômica e social de Pelotas.

Porém, esta estrutura produtiva começa a entrar em declínio a partir de meados do século XIX. Mesmo em seu período de auge, era comum o modelo de produção charqueador enfrentar diversas deficiências que ocasionavam crises cíclicas na sua produção, que evidenciavam as mazelas presentes nas etapas de sua produção, quanto à ausência de um trabalho livre e assalariado.

Estas dificuldades nas charqueadas gaúchas eram provocadas tanto em uma escala geográfica externa (a concorrência das charqueadas platinas, mais competitivas; os elevados tributos cobrados pelo poder central), quanto internamente ao local (técnicas arcaicas; mercado consumidor local escasso; e uso de mão-de-obra escrava na produção do charque, que onerava os custos de fabricação).

Citando o exemplo dos *saladeiros* uruguaios, Pesavento (1980) aponta para os problemas enfrentados pelas charqueadas gaúchas, comparando com os seus concorrentes vizinhos.

O fato de dispor um gado de melhor qualidade, selecionado; de ter a sua disposição pastagens forrageiras; do custo de produção, expresso em terra, gado e sal, apresentar-se muito baixo, pondo, muitas vezes, o charqueador a resguardo das flutuações do mercado, eram vantagens que o Uruguai apresentava com o país saladeiril por excelência. Aliás, foi mesmo esta reduzida inversão de capital que permitia a existência de uma renda mínima, mesmo quando a conjuntura desfavorável de mercado se configurava. Tudo isto induzia a continuar produzindo. Reduzia ainda mais o custo de produção o fato do *saladeiro* uruguaio ser litorâneo, não precisando seus produtos percorrer longas distâncias para o escoamento. Apoiado por uma política nacional orientada por satisfazê-lo, dotado de bons portos e rede ferroviária, superiores tecnologicamente e tendo por trás de si o sistema de transporte marítimo britânico, o *saladeiro* ainda não dependia de um único mercado, exportando tanto para o Brasil como para Cuba. (PESAVENTO, 1980, p. 42).

Soma-se a tudo isto a um outro fator que dificultava ainda mais os ganhos nas charqueadas: o mercado consumidor restrito. Enquanto que, nos saladeiros platinos, a produção era voltada para vários segmentos da sociedade, o mercado do charque

era restrito à população escrava e de baixa renda no país e, para tornar o seu preço acessível a estas classes sociais, o Governo Central baixava os impostos para baratear o produto, o que reduzia a margem de lucros dos charqueadores advindo das vendas do charque. Isto ajudou a contribuir para que a atividade charqueadora avançasse no seu estágio de decadência, somando-se à própria falta de inovação em sua matriz produtiva e força de trabalho.

Assim, a organização territorial pautada pela indústria leva ao estabelecimento das matrizes do modo de produção capitalista, em gradual superação da formação econômico-social anterior, que tinha o núcleo charqueador como o seu carro-chefe. As charqueadas cedem às indústrias, não somente o posto de setor dominante na economia local, mas também como um elemento que passa a organizar o território, seja em sua estrutura interna, seja em relação à sua participação na economia regional.

Em relação à crise do sistema saladeiril, além do escasso mercado consumidor, há uma dificuldade, por parte da própria elite aristocrata charqueadora, em superar as contradições existentes dentro da organização da cadeia produtiva, que se mostrará cada vez mais ultrapassada, em relação às empresas concorrentes. Aquele grupo dominante não consegue adaptar-se às novas exigências advindas no modo de produção capitalista, que provoca uma modificação estrutural em Pelotas.

Ainda na segunda metade do século XIX, Pelotas passa por um importante processo de imigração, por europeus não-ibéricos (franceses, germânicos, italianos) que influenciará tanto no crescimento populacional, quanto na reestruturação das atividades produtivas. Esta força de trabalho foi atingida pelos processos de expansão da Revolução Industrial para o continente europeu e Estados Unidos.

Com as transformações sociais advindas da industrialização, teremos uma liberação de trabalhadores braçais, que não são absorvidos pelas novas unidades fabris surgidas na Segunda Revolução Industrial. Trata-se de artesãos e camponeses que, desempregados e sem a posse de sua fonte de renda, terão como única alternativa a sua saída do país de origem. Um contingente significativo destes imigrantes chega ao Brasil no decorrer do século XIX.

Além disso, destaca-se a abolição da escravatura, através da Lei Eusébio de Queirós em 1850, que provoca a gradual substituição da mão-de-obra africana para a europeia assalariada, a ser utilizada nas plantações de café no Sudeste brasileiro.

Os setores dependentes do escravismo sofrem com estas transformações, havendo muitos de seus representantes sem condições de modificar a sua estrutura produtiva. Nisto, as charqueadas pelotenses, já cambaleantes em um modelo arcaico, avançam no processo de desintegração, perdendo importância como atividade econômica principal até em escala local, mediante a eclosão da produção industrial capitalista, que aplica as relações assalariadas de trabalho com maior eficiência na acumulação de capital.

Já na etapa transitória, visualizamos a implantação das primeiras unidades industriais, dedicadas ao beneficiamento dos gêneros agropastoris, tanto provindos das charqueadas (a carne e os chamados “subprodutos” do boi, como o couro, sebo e pelos), quanto oriundos da produção agrícola colonial. O quadro demonstra que, já entre os anos de 1860 e 1900, passam a existir uma série de empreendimentos voltados à produção de itens alimentícios, atendendo tanto ao mercado interno, quanto ao externo.

Quadro 03 – Relação de indústrias surgidas em Pelotas, entre os anos 1860 e 1900, e seus respectivos anos de fundação e ramo de atividade

Fábrica	Ramo
F. C. Lang S/A.	Química
Cervejaria Ritter	Bebidas
Fábrica de Chapéus Pelotense (Cordeiro & Wiener)	Têxtil
Cervejaria Sul-rio-grandense	Bebidas
Curtume Francês	Couros e Peles
Fábrica de Fumos São Raphael	Tabacaria
Cortume Julio Hadler Ltda.	Couro e Peles
Curtume Pinheiro	Couros e Peles
Curtume à Vapor Lieburger	Couros e Peles
Curtume Nogueira	Couros e Peles
Serraria à Vapor	Madeira
Fábrica de Velas e Sabão de Jeronymo Pereira de Carvalho	Química
Fábrica Amazônia – Leal Santos	Alimentícia
Fábrica Aliança	Alimentícia

Fonte: CUNHA (1911)

Nesta lista, destaca-se a fundação da empresa Frederico Carlos Lang S/A. no ano de 1864, especializada na fabricação de sabões e velas, cujas matérias-primas

são oriundas de subprodutos do gado bovino, como o sebo. Este empreendimento será um daqueles montados pelo capital imigrante, usando os moldes e forças produtivas capitalistas².

Ainda que não existisse uma política oficial – estabelecida pelo Poder Público Municipal –, de zoneamento na instalação das empresas, nota-se a prática de uma estratégia adotada pelas primeiras indústrias pelotense na localização dos parques industriais. De acordo com Sá Britto (2011, p. 59), as primeiras unidades industriais, impulsionadas pela atividade charqueada, eram instaladas junto ao porto, às margens do Canal São Gonçalo, beneficiando-se da infraestrutura disponível desde então, como a linha férrea.

O porto configurava-se como a principal porta de entrada e de saída da cidade, servindo para a importação das matérias-primas e escoamento da produção industrial para os mercados consumidores do centro do país e de além-mar. A malha ferroviária, que por sua vez contornava as instalações do porto, escoava os produtos das indústrias pelotenses na direção oeste do estado do Rio Grande do Sul, passando pelo porto de Rio Grande até Bagé, abarcando com isso o contingente mercado consumidor da campanha gaúcha e efetivando a exportação via porto marítimo de toda produção industrial pelotense.

Esta localização espacial das empresas segue a uma lógica diretamente ligada às redes de transportes disponíveis. Os projetos, como a modernização do Porto de Pelotas e o aumento do calado no Canal São Gonçalo, possibilitaram a instalação das primeiras empresas junto aos “nós” que permitem o escoamento da produção industrial para os mercados locais e regionais.

Correa (2014) enfatiza que há seis processos³ na formação de um espaço urbano, dentre os quais destaca-se a centralização, que consiste na localização das

² De acordo com Kremer (1992), a fábrica de Frederico Carlos Lang. Bueno e Taitelbaum Existe um debate a respeito da primeira indústria originada no eixo Pelotas-Rio Grande. Enquanto que alguns autores, como o historiador Mário Osório Magalhães, defendem que esta empresa de F. Lang surgiu antes, outros estudiosos apontam para a fábrica Rheingantz – do ramo têxtil, em Rio Grande – como a primeira de todas. Não há a menor pretensão de encerrar este debate, mas, em conformidade com os estudos de Bueno e Teitelbaum, posicionamo-nos que a fábrica de Frederico Lang fora a primeira a nascer na região em 1864, ao passo que a Companhia União Fabril e Pastoril foi fundada em 1873, inicialmente denominada de Rheingantz & Vater (nome do sócio Hermann Vater), posteriormente chamada de Rheingantz & Cia. (em 1884) e de Companhia União Fabril e Pastoril (em 1891, convertendo-se em sociedade anônima).

³ Além da centralização e da descentralização, que será abordada em páginas posteriores, Correa cita e explica os coesão (localização de atividades econômicas de mesmo tipo instalarem-se próximas entre si, havendo uma tendência à aglomeração); segregação (relacionado às residências, com uma organização espacial internamente homogênea, mas com disparidades sociais se comparada com outras) ; invasão-sucessão (transformações na ocupação do espaço social, com uma

atividades econômicas na área central de uma cidade, ou em seu entorno. Quanto à instalação das indústrias, ele defende que as empresas, em um momento inicial, tendem a este processo de centralização, se localizar próximos aos pontos de fácil escoamento de suas mercadorias.

Observamos que, em Pelotas, acontece inicialmente esta tendência, ao vermos que a instalação do Cais do Porto e o ordenamento da malha viária estão próximas ao centro da cidade, a implantação das indústrias obedece a este ordenamento, aproveitando-se desta infraestrutura para o escoamento da produção.

3.2 A estruturação do capital industrial através da industrialização dispersa e o agente “Coronel Pedro Osório”: 1900-1930

O século XX mostra a afirmação da indústria alimentícia como um setor importante em Pelotas. Há a continuidade e afirmação do processo de implantação de unidades industriais advindas de investimentos, seja de imigrantes europeus não-ibéricos – especialmente alemães, italianos e franceses –, seja de estancieiros e charqueadores, estes na tentativa de modernização da produção pecuária.

Em relação ao primeiro grupo, conforme visto no subtópico anterior, há a implantação de empreendimentos diretamente voltados na transformação de gêneros primários, destacando-se os ramos alimentício, bebidas e têxtil. Dentro disso, o aproveitamento de vários subprodutos oriundos das charqueadas – couros, sebos, pelos –, propiciará o nascimento de um parque industrial que transforma estes gêneros em produtos industrializados.

Quanto ao grupo dos estancieiros, enfraquecidos com as transformações socioeconômicas propiciadas com a industrialização, ainda tentarão colocar-se no mercado nacional de carne bovina, mediante a adaptação de seus processos produtivos. Estes criam um frigorífico na década de 1910, denominada Companhia Frigorífico Rio-grandense ou Frigorífico Pelotense, instalado às margens do Canal São Gonçalo. Além disso, há a fundação de uma instituição financeira – o Banco Pelotense –, voltado para o financiamento dos empreendimentos. Entretanto, teve

“invasão” de uma classe em um local anteriormente habitada por outra); e inércia (tendência à permanência de certos usos da terra em determinados lugares na cidade) (2014, p. 121-143).

uma curta duração. Devido às dificuldades com a falta de recursos, esta instituição financeira encerra as suas atividades no ano de 1931.

Inicialmente, a organização industrial em Pelotas será identificada como “industrialização dispersa”, característica das demais áreas fabris existentes no Rio Grande do Sul neste período, no sentido de que estas atenderão exclusivamente o seu mercado local, formando territórios economicamente isolados, ou os mercados longínquos, no exterior. Embora vejamos o crescimento da economia urbano-industrial na região de São Paulo, a industrialização pelotense não é ameaçada, ao menos no primeiro momento, por esta concorrência, essencialmente por dois motivos: a precariedade da rede de transportes interligando o território nacional e a política do governo central.

No primeiro caso, haverá a impossibilidade no escoamento da produção industrial do Sudeste para as localidades ao longo do território nacional, ainda que tais produtos pudessem ser mais baratos, ou de qualidade técnica superior aos seus demais concorrentes. Os produtos industrializados feitos em cada local atendem basicamente aos seus respectivos mercados. Assim, fica constituída uma espécie de “arquipélagos”, inexistindo uma rede densa de fluxos interligando estes territórios.

Em relação ao segundo fator, a Proclamação da República em 1889 constitui um governo descentralizador, ao possibilitar às oligarquias regionais uma maior autonomia em relação ao Governo Central. A despeito da hegemonia política dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro – culminadas na denominada Política do “Café com Leite” para a sucessão presidencial na República Velha – percebe-se uma política de federalização dos agora estados brasileiros, na qual lhes são permitidos elaborar as suas respectivas Constituições, realizar eleições e, inclusive, tomar empréstimos no exterior e decidir a taxaço de tributos.

Ainda dentro do espectro político, chama atenção as tensões surgidas dentro do Rio Grande do Sul, que culmina na chamada Revolução Federalista de 1893. É um momento de rivalidade entre os simpatizantes da República, sob liderança de Borges de Medeiros e Júlio de Castilhos. A disputa entre “maragatos” e “chimangos” expressa, em realidade, o confronto entre dois projetos de poder, que visam à organização econômica e social no estado gaúcho.

De um lado, os denominados “maragatos” eram o grupo de políticos federalistas, herdeiros da tradição liberal advinda dos ideais da Revolução

Farroupilha, que representavam a elite pecuarista-charqueadora. Defendiam, entre outros pontos, um conjunto de políticas que beneficiassem a produção e exportação do charque local, tais como: a taxaço do charque platino, quando entrava no território brasileiro; a proteço ao produto gaúcho; e o livre comércio sem quaisquer empecilhos alfandegários. Todas estas bandeiras eram vistas como medidas que beneficiavam a economia saladeiril como um todo.

Os “chimangos” ou “pica-paus”, por sua vez, eram o grupo formador do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), de ideologia positivista, que englobavam os setores relacionados à classe industrial, e aos charqueadores do noroeste do Estado. Para este grupo, era necessário garantir uma harmonia social dentro do conjunto da população, e uma das políticas necessárias para tal é a diversificação das atividades produtivas, não se restringindo meramente ao predomínio ou preferência de específico setor econômico, assim como o fortalecimento do mercado interno para as mercadorias locais. Para estes, esta defesa da pauta ampliada de produtos a serem comercializados evitariam as crises econômicas no estado, em função de que uma quebra em qualquer elemento da economia pastoril levava a uma quebra na economia do charque.

A Revolução Federalista perdura até o ano de 1895, com a vitória dos republicanos sobre os federalistas. Isto leva à ascensão política do grupo liderado por Júlio de Castilhos e, posteriormente, por Borges de Medeiros. Este acontecimento influi para reduzir o poder político dos charqueadores, na medida em que serão direcionados os investimentos para atender a uma diversificação da economia, possibilitando a constituição de um estado burguês, na qual conviviam diferentes territórios. Tanto a formação pecuarista com estancieiros de charqueadores, de um lado, e a agricultura e o artesanato das colônias de imigração, de outro.

Desde a segunda metade do século XIX, até este instante, Pelotas coloca-se como um dos polos industriais em evidência no Rio Grande do Sul, ao lado das cidades de Rio Grande e de Porto Alegre. Com relação a Rio Grande, esta destaca-se como um dos polos que, assim como Pelotas, também terá sua organização industrial edificada através do capital imigrante europeu. Além disso, Rio Grande já desenvolve suas atividades portuárias, uma vez que é privilegiada em sua situação geográfica, às margens da Laguna dos Patos e junto à Barra, que liga esta laguna

ao Oceano Atlântico, sendo um meio de escoamento da produção para o mercado nacional.

Percebemos que a indústria alimentícia já vem se destacando como a atividade predominante no setor fabril. Conforme o Censo Industrial do Brasil no ano de 1907, das 100 maiores empresas então instaladas no Brasil, cerca de 26 encontravam-se no Rio Grande do Sul e, destas 26 empresas, um número significativo delas são oriundas do eixo Pelotas-Rio Grande, destacando-se os ramos de beneficiamento de matérias-primas de origem animal – carne seca e banha. O quadro a seguir mostra a relação destas empresas:

Quadro 04 – Ranking das indústrias gaúchas entre as 100 maiores manufaturas do Brasil, ano 1907

Posição	Nome da Firma	Setores	Valor da Produção
8	Emilio Calo & Cia.	Carne seca	5563
16	Araya Irigoyen	Carne seca	3735
20	Ribeiro Magalhães	Carne seca	3362
28	Otero, Gomes & Cia.	Banha	2780
31	Pedro Osório & Cia.	Carne seca	2438
32	Indústria Bageense	Carne seca	2434
33	Albino Cunha	Moagem	2420
53	S.A.	Carne seca	1759
54	João Tamborim	Carne seca	1759
55	Nicolau Alam	Carne seca	1713
56	Cia Fabril União	Tecidos	1710
60	Uma Cia	Carne seca	1669
61	Jacob Renner & Cia.	Banha	1650
62	Nunes & Irmão	Carne seca	1650
69	Christiano Jacob Trost	Banha	1400
72	Empresa Lacerda & Cia.	Carne seca	1288
83	José Andreazza	Vinho	1200
85	Breitas & Filho	Carne seca	1146
87	Manuel Patrício & Filho	Carne seca	1110
88	Zeferino Lopes Moura	Carne seca	1109
91	F. Rheingantz	Chapéu	1100
93	Mendonça Azevedo	Carne seca	1066
94	Augusto Nogueira	Carne seca	1066
97	Fabril Paulistana	Tecidos	1050
98	Santos Becchi & Cia.	Tecidos	1050

100	Mecânica e Importadora	Fundições	300
-----	------------------------	-----------	-----

Fonte: SILVA (2006)

Nota-se que, na 31^a (trigésima primeira) posição no ranking nacional está a empresa do Coronel Pedro Luis da Rocha Osório, sendo a 5^a (quinta) maior indústria em capital no Rio Grande do Sul, também destacando-se na produção da carne seca em suas charqueadas. É o Coronel Pedro Osório que vem a ser um agente primordial para a industrialização do arroz, desenvolvendo da atividade capitalista no beneficiamento do cereal em Pelotas.

Este caçapavense, nascido no ano de 1854, começou como tropeiro⁴ de gado, ao lado de alguns irmãos. Ao percorrer o estado em função de seu trabalho, deslocando bois das estâncias para as charqueadas, obteve conhecimentos sobre as regiões do estado que permitiram o seu desenvolvimento profissional mais adiante. Em 1871, transferindo-se para Pelotas, trabalha como praticante em uma casa de fazendas, sendo posteriormente elevado ao posto de caixeiro até o encerramento desta fábrica.

Após este período, passa a trabalhar na Charqueada Boa Vista, de propriedade da empresa “Gomes & Costa”. Com o término daquela sociedade, surge a “Gomes & Netto”, cujo um dos acionistas, João Antonio Netto, passa a orientar Pedro Osório, recebendo deste seus primeiros ensinamentos da atividade charqueadora.

Pedro Osório, a partir de então, passa a desenvolver atividades industriais em 1886, mediante aquisição da charqueada “Cascalho”, localizada às margens do Arroio Pelotas. Abuchaim (2013) explica que o Coronel modernizou o estabelecimento, com o uso do vapor enquanto fonte de energia, instalação de trilhos para o transporte dos animais abatidos nas dependências e a especialização dos trabalhadores nas etapas de produção. Em 1889, funda a “Pedro Osório & Cia.”, às margens do Canal São Gonçalo, registrada sob o capital social de \$ 150:000&000 (cento e cinquenta contos de reis), também trabalhando com a produção e comercialização do charque.

No ramo arroseiro, o Coronel Pedro Osório começa os investimentos a partir de 1907, em sua propriedade no Cascalho, plantando cerca de quarenta sacos de

⁴ De acordo com Abuchaim, Pedro Osório ficou sem o patrimônio da família em função da morte de seu pai, quando ainda era adolescente (2013, p. 34).

sementes em trinta hectares desta propriedade. Para Abuchaim, Pedro Osório começa a se interessar pelo cultivo do arroz com as ações protecionistas do estado brasileiro, através do aumento das tarifas de importação que encareciam o arroz importado. A autora aponta que seu antepassado adotou a plantação de arroz como estratégia para as mudanças socioeconômicas já visíveis.

Prevendo que o charque era uma indústria transitória, tendendo a desaparecer com a introdução da carne frigorificada, o Coronel Pedro Osorio buscava um novo empreendimento, que funcionasse paralelamente às charqueadas e resolvesse o grande problema da mão de obra ociosa na entressafra do charque (Abuchaim, 2013, p. 117).

Inicialmente enfrenta algumas dificuldades em função da falta de irrigação no local, que culminaram em uma baixa produtividade no primeiro lote plantado. Pedro Osorio busca auxílio técnico, com o engenheiro Gabriel Gastal, que o orienta ao nivelamento do terreno para o cultivo, bem como à construção de um sistema de canais e calhas e de irrigação da lavoura que, posteriormente, elevaram drasticamente a produção de grãos, permitindo o aumento da área plantada e a formação de novas parcerias no negócio em ascensão.

A primeira sociedade firmada na exploração do arroz foi a “Osorio & Schild” (com o sócio João Schild), em 1908 no Cascalho, inicialmente semeando cento e vinte sacos de semente, colhendo cinco mil sacos no período. A segunda parceria foi sob a razão social de “Osorio & Borba” (sócio Malaquias de Borba), com cento e cinquenta hectares plantados e dez mil sacos de cinquenta quilos produzidos. Ainda foi firmada a parceria “Osorio & Simões” (sócio coronel João Simões Lopes), na região denominada “Cotovelo”, às margens do Arroio Pelotas, com a semeadura de 300 (trezentos) sacos de espécies diferentes do arroz.

O sucesso alcançado do cultivo do arroz leva à adoção de uma nova estratégia empresarial e territorial por Pedro Osório. Para isso, desativa a Charqueada do Cascalho, transferindo as instalações para a Charqueada São Gonçalo, onde funda o denominado “Engenho do Cascalho”, no ano de 1909. Isto marca a inauguração de granjas e empresas de beneficiamento de arroz nas imediações da cidade, como a Pedro Osório & Cia., no ano de 1916, e o Engenho São Gonçalo, em 1921. No ano de 1922, além das citadas, Pedro Osório administra uma cadeia produtiva de empresas, elencadas por Abuchaim (2013):

- Granjas: Cascalho; Cotovelo; São Pedro; Graça; Retiro; Liscano; Santa Vera.
- Engenhos: Granja, Galatéia; Novo Paraíso (Paraíso).

O empreendedorismo do agente Coronel Pedro Osório está inserido em um contexto de consolidação da lavoura capitalista de arroz no estado. No início, a produção era dirigida ao mercado colonial interno, devido às dificuldades em logística para a exportação do cereal. Contudo, a produção será facilmente expandida para vários territórios no Rio Grande do Sul já nos anos 1900, estimulada pelas políticas protecionistas do governo federal. As áreas que irão receber os investimentos serão o Centro e o Sudeste gaúchos, nesta precisamente às margens da Laguna dos Patos. Isto fará com o que Rio Grande do Sul já se torne o principal produtor de arroz do Brasil, sendo um dos principais produtos de exportação.

A introdução da lavoura capitalista de arroz em Pelotas vem a ser implantada já no começo do século XX, exatamente no ano de 1907, em função das condições físicas favoráveis (relevo de planície, como as várzeas, e abundância de recursos hídricos), e das condições socioeconômicas apresentadas, como a grande propriedade monocultora, desenvolvida no contexto de instalação das sesmarias e estâncias. Já neste momento, o município de Pelotas destaca-se como um polo territorial pioneiro na produção capitalista do arroz, seja pelas condições naturais propícias ao seu desenvolvimento, seja principalmente ao conjunto de técnicas modernas que viabilizaram a sua produção, por meio da mecanização.

Conforme Beskow (1984), a economia do arroz, desde a sua implantação, já se dará sob condições capitalistas de produção, o que beneficiou sua expansão. O trabalho assalariado será predominante nas lavouras, bem como a modernização de seus arranjos produtivos, sendo já produzidos industrialmente; a separação do arrendatário capitalista do proprietário de terras; a consolidação da renda fundiária capitalista; e a destinação do arroz para os mercados consumidores urbanos.

Voltando à questão da indústria alimentícia como um todo, o quadro a seguir apresenta a relação de estabelecimentos indústrias que surgem em Pelotas, entre os anos de 1900 e 1930.

Quadro 05 – Relação de indústrias surgidas em Pelotas, entre os anos 1900 e 1930, e seus respectivos anos de fundação e ramo de atividade

Fábrica	Ano	Classe
Curtume Fonseca	1901	Couro e Peles
Curtume à Vapor Barreto	1903	Couros e Peles
Fábrica de Vernizes e Curtume de Manuel Lopes Rodrigues	1904	Couros e Peles
Pedro Osório e Cia.	X	Alimentícia
Curtume Santiago	1906	Couros e Peles
Companhia Fiação & Tecidos Pelotense	1908	Têxtil
Saboaria e Velaria Pinheiro	1908	Química
Curtume São Joaquim	1908	Couros e Peles
Fábrica Pancinha	1908	Madeira
Moagem de Café Carpena	1909	Bebidas
Curtume Coelho	1910	Couros e Peles
Curtume Moraes	1910	Couros e Peles
Fábrica União	1910	Produtos de fumo
Fábrica São Geraldo	1910	Fósforos/Alimentícia
Companhia Frigorífico Rio-grandense	1919	Alimentícia
Josapar Joaquim Oliveira S.A. Participações	1922	Alimentícia
Moinho Pelotense	1927	Alimentícia

Fonte: CUNHA (1911); SALABERRY (2012) & KRAMER (1992)

Observa-se que, do total das 17 (dezesete) indústrias nascidas neste período e encontradas na pesquisa, 04 (quatro) são do ramo alimentício, segundo as fontes analisadas. Uma delas será a de Pedro Osório e Cia. Outra característica importante é a quantidade significativa de fábricas voltadas ao tratamento dos chamados “subprodutos do boi”, como o caso dos curtumes (couros) e química (sebo, para a fabricação de sabões e velas). Isto reforça que a industrialização, nascida a partir do término da economia charqueadora, seja direcionada para o beneficiamento dos produtos da pecuária, ao lado da agricultura, como o caso do beneficiamento do arroz plantado nas granjas.

3.3 A integração do território nacional: 1930-1970

A década de 1930 coloca um processo de ruptura e transformação na economia nacional como um todo. Embora enfatize que este período não deva ser considerado como marco inicial do processo de industrialização, será o momento em que veremos uma mudança nos investimentos produtivos que culminam em uma “ruptura”, na qual o Brasil, até então um país agrário-exportador, gradualmente chega à categoria urbano-industrial, pautando-se em uma industrialização focada na denominada “substituição de importações”, obtendo maior vigor a partir dos anos 1950, graças, em grande parte, às políticas do Governo Federal, comum a política desenvolvimentista encabeçando a linha de frente no processo de industrialização.

Os anos 1930 iniciam com um período turbulento para a economia capitalista global, crise oriunda com a quebra da Bolsa de Nova Iorque no ano anterior. Devido a superprodução de bens manufaturados nas indústrias estadunidenses – com um aumento desenfreado da oferta em detrimento da demanda pelos mesmos, dificultada pela estagnação ou baixo crescimento dos baixos salários pagos – acontece uma quebra no processo produtivo nos setores econômicos que levam ao empobrecimento e ao desemprego da população em geral, bem como o fechamento de unidades industriais e bancos.

De acordo com a teoria da CEPAL⁵, este momento de recessão mundial será um verdadeiro salto para o processo de industrialização no território nacional. A linha tradicional afirma que o crash da bolsa nova-iorquina permitirá o investimento na matriz produtiva industrial, com a transferência dos recursos gerados nas lavouras do café para a produção industrial, que teria a função de suprir a demanda interna por mercadorias fabricadas por empresas estrangeiras, incapazes de continuar com a exportação destes bens em função da crise econômica.

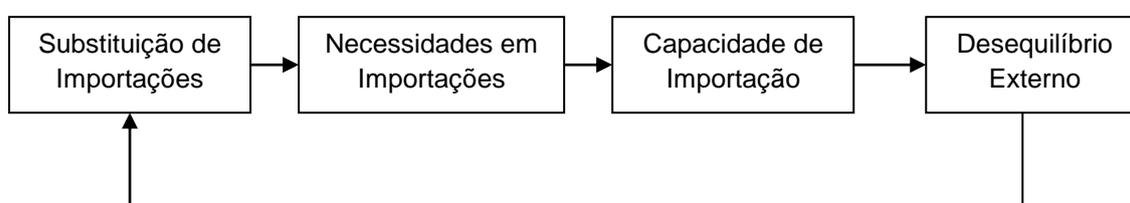
Os autores ligados a esta corrente de pensamento – como o economista Roberto Simonsen – defendem que é a partir deste revés no capitalismo global que permitirá o avanço do processo industrial no Brasil. O pensamento cepalino culmina em uma vertente de pensamento denominado “ISI”, ou Industrialização por Substituição de Importações. Mamigonian (2000) explica a existência de todo um

⁵ A Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL – é um órgão subordinado à Organização das Nações Unidas (ONU), criado em 1949.

ciclo que estrutura este tipo de industrialização, sinteticamente exposto na esquema da figura 05.

Para haver um processo de substituição nas importações, o país deve comprar determinados insumos – máquinas, equipamentos, peças etc. – que não são produzidos em seu território, mas que são necessários à produção de material a que se quer deixar de comprar. E, portanto, este mesmo país deve ter uma capacidade de importar estes insumos, o que nem sempre é possível, mediante a falta de recursos necessários para tal. Neste caso, o déficit comercial acaba sendo inevitável.

Figura 05 – Dinâmica da Substituição de Importações



Fonte: MAMIGONIAN (2000)

Neste sentido, a ideia de industrialização através da substituição de importações teria um caráter estagnacionista, ao se esbarrar em algumas situações desfavoráveis, como a falta de perspectivas no comércio internacional; e o acúmulo de capitais obtidas pela industrialização seria absorvido pelas forças capitalistas exteriores, sendo o restante que permaneceria na periferia seria perdido. Além disso, fatores internos desvantajosos, como a má distribuição de renda, que limita o consumo necessário para absorção da produção industrial; e as carências técnicas encontradas na periferia, o que tornavam ociosas as unidades industriais com grande potencial tecnológico, se colocavam como sérios entraves ao desenvolvimento industrial brasileiro e à autonomia de sua economia.

Ao fazer as críticas à Teoria da Dependência e à Substituição de Importações, o mesmo Mamigonian apresenta uma teoria, baseada nas contribuições de Ignácio Rangel, na qual o processo de industrialização brasileira se desenvolveria em um contexto cíclico de acumulação do capital, pautado por avanços (expansão do capitalismo) e retrocessos (crises). Nesta escola, o modo de produção capitalista passa por processos mesclados de crescimento e retração, ou,

respectivamente, os denominados ciclos longos de Kondratieff (de longa duração, em média cinquenta anos).

Nas fases de expansão dos ciclos longos o centro do sistema tem necessidade de mais matérias-primas, alimentos e mercados consumidores da periferia, tendo interesse em aprofundar a divisão internacional do trabalho, incorporando novos territórios e realizando mais investimentos, tanto no centro como na periferia. Nas fases de depressão dos ciclos longos, diminuindo o ritmo econômico do centro do sistema, vai ocorrendo contração das quantidades e dos preços das matérias-primas e alimentos produzidos na periferia. Como os recursos em uso na periferia estavam voltados em parte ao atendimento do comércio internacional, sob formas de terras, trabalhadores e capitais, eles entravam em ociosidade parcial nessas fases depressivas, forçando a procura de utilizações rentáveis, elevando a economia de alguns países periféricos a se concentrarem na produção de artigos tradicionalmente importados (Mamigonian, 2000, p. 10-11).

Consideramos que a proposta de Rangel, apresentada por Mamigonian, apresenta uma explicação mais estruturada, ao demonstrar o contexto global de avanços e crises no modo de produção capitalista na ordenação dos lugares para a reprodução das condições necessárias para o estabelecimento da economia industrial no país.

Com a industrialização brasileira, os chamados “arquipélagos regionais” serão interligados, na medida em que ocorre a expansão da malha rodoviária por todo o país. Os investimentos na modernização da malha rodoviária possibilitam o crescimento do fluxo de bens a circular pelos mercados locais. Em conformidade com Santos & Silveira (2006), observamos uma etapa transitória na organização do território nacional, a partir do aprimoramento dos meios técnicos que possibilitarão a integração do território nacional.

A ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores das idéias que iriam guiar a reconstrução ou a remodelação dos espaços nacionais, juntamente com a da economia, da sociedade e, portanto, da política. Para realizar qualquer desses desígnios impunha-se equipar o território, integrá-lo mediante recursos modernos. O caminho da integração do território e da economia apontado para todos os países era tanto mais facilitado e tanto mais rápido quanto maior o número de opções a atingir e a organizar. É o caso do Brasil (Santos & Silveira, 2006, p. 47).

Os mesmos Santos & Silveira destacam um conjunto de avanços nas técnicas que permitem a integração do território nacional no período considerado. Expõem informações, como a expansão da malha rodoviária – de 302.147 km em 1952 para

1.657.769 km em 1995 (p. 65); a implantação do telex em 1957 (p. 74). Somente considerando os avanços técnicos no Rio Grande do Sul, os autores citam a construção de sete aeroportos no estado, entre 1949 e 1953 (p. 57); e a criação de um oleoduto (p. 73). São exemplos das transformações advindas com a expansão do meio técnico no território nacional.

Nos anos 1950, veremos ainda o governo de Juscelino Kubtschek (1956-1961) aprofundando o processo de industrialização. Com seu lema “50 anos em 5”, promove uma série de políticas consideradas “modernizantes”. Visando a integração do território nacional, o Plano de Metas estabeleceu um conjunto de diretrizes para os investimentos pelo estado na infraestrutura viária, transferindo para a malha rodoviária o objeto no qual dá-se o deslocamento de fluxos de mercadorias e informações entre o território nacional. Complementar a este projeto, veremos ainda o nascer da indústria automobilística, tendo a implantação de uma filial de montagem da Volkswagen como expressão da inserção do Brasil, enquanto país urbano-industrial, como periferia na esfera econômica mundial.

Estas breves informações ajudam a entender que a “industrialização dispersa” perde força nos territórios onde ela predomina, mediante a expansão das corporações empresariais do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, cujas filiais vão “invadindo” o território brasileiro, desmantelando e extinguindo a produção das indústrias locais. No caso de Pelotas, a expansão dos conglomerados impacta em sua industrialização local. Observamos a situação das cervejarias de Leopoldo Haertel e Carlos Ritter, que na década de 1940 foram compradas e convertidas em depósito de bebidas pela empresa Brahma, desmantelando as unidades produtivas. Este tipo de estratégia liquida a concorrência destas empresas locais, em uma estrutura de mercado praticada pelas conglomerações de bebidas.

Possas (1996) avalia a expansão dos conglomerados no território nacional. O autor trabalha com o conceito de mercado relevante, enquanto um sinônimo de menor mercado possível, enquanto o menor agregado de produtos fabricados, associado com uma área territorial pequena, que satisfaça os critérios relacionados à elasticidade da oferta e da demanda. Este conceito entra em contraposição a ideia de poder de mercado. Entretanto, com o advento dos oligopólios, as empresas locais são suplantadas por estes conglomerados, ultrapassando o mercado

relevante nas regiões inicialmente instaladas e expandindo para boa parte do país o alcance de seus produtos.

Também é no período que veremos a entrada de capital estrangeiro nos investimentos de produção industrial local. O Frigorífico Rio-Grandense, fundado pela elite charqueadora como forma de reverter a crise no setor no início do século, é adquirido por capitalistas ingleses e, em 1943, é instalado o Frigorífico Anglo S. A. Outro exemplo é o caso da Atingo Produtos Alimentícios Ltda. – popularmente conhecida com o nome fantasia de “Massas Cotada” – empresa especializada na fabricação de massas e biscoitos, a partir da farinha de trigo. Japoneses passam a controlar a empresa no mesmo período, dedicando-se à fabricação destes produtos alimentícios.

A tabela 01 apresenta a evolução do PIB pelotense no período compreendido entre os anos de 1939 e 1970, em comparação com outros municípios do estado. Pelotas ainda ocupa as primeiras posições de municípios mais ricos do Rio Grande do Sul.

Tabela 01 – PIB real dos municípios de Caxias do Sul, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, segundo participação no PIB real do Rio Grande do Sul entre 1939 e 1970 – em milhões de R\$

Discriminação	1939		1949		1959		1970	
	PIB	%	PIB	%	PIB	%	PIB	%
Caxias do Sul	71,06	1,55	191,96	2,63	301,80	2,29	908,55	3,41
Pelotas	259,69	5,66	304,17	4,17	679,01	5,14	856,26	3,21
Porto Alegre	1.002,89	21,85	1.613,93	22,11	3.122,20	23,64	7.024,68	26,36
Rio Grande	217,91	4,75	205,49	2,81	476,00	3,60	500,74	1,88
Total RS	4.590,21	100	7.300,09	100	13.206,66	100	26.644,81	100

Fonte: TEJADA & BAGGIO (2013)

A tabela a seguir demonstra os dados pertinentes às participações dos setores econômicos agrícola, industrial e de serviços no conjunto do PIB de cada município e no Rio Grande do Sul.

Tabela 02 – Evolução da participação relativa do PIB real setorial no PIB real de Caxias do Sul, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, entre 1939 e 1970 (%)⁶

Discriminação	1939	1949	1959	1970
---------------	------	------	------	------

⁶ Os percentuais foram arredondados para números inteiros.

	AGR	IND	SER									
Caxias do Sul	9	47	44	7	40	53	7	55	38	6	48	45
Pelotas	22	18	61	19	29	51	10	30	60	10	31	59
Porto Alegre	1	21	78	0	25	75	0	30	70	0	30	71
Rio Grande	4	35	62	8	47	45	3	63	34	5	42	53
RS	34	17	49	30	21	49	24	27	49	21	28	50

Fonte: TEJADA & BAGGIO (2013)

Nas cidades em questão, observa-se o crescimento da participação do setor industrial ao longo do período compreendido. O município de Pelotas apresentou um aumento significativo, de 18% (dezoito por cento) em 1939, para 31% (trinta e um por cento) no ano de 1970. O valor relativo deste PIB setorial pelotense é superior à média gaúcha nos quatro momentos de análise, de 17% (dezessete por cento) em 1939, para 28% (vinte e oito por cento) no último ano.

Os dados do IPEADATA mostram que nas demais cidades gaúchas analisadas também acontece a expansão da participação industrial no seus respectivos PIB, ainda que aconteçam algumas oscilações negativas no transcorrer do período, como o caso de Caxias do Sul (de 55% em 1959, para 48% em 1970), e de Rio Grande (de 63% para 42%, para os mesmos períodos).

Contudo, entre 1939 e 1970 há uma perda na participação de Pelotas no total do PIB estadual, variando negativamente de 5,66% para apenas 3,21%. No mesmo intervalo, Caxias do Sul e Porto Alegre mostram uma maior fatia (o primeiro município, indo de 1,55% a 3,41%; o segundo, de 21,85% para 26,36%). Dentre os fatores que expliquem este movimento descendente em Pelotas estão a expansão da indústria pesada, no setor metal-mecânico em Caxias do Sul.

O quadro a seguir demonstra as empresas em funcionamento em Pelotas no período em questão, através dos dados coletados no Cadastro Industrial do IBGE, do ano de 1959:

Quadro 06 – Relação de indústrias em Pelotas, de acordo com o Cadastro Industrial do IBGE de 1959, com seus respectivos ramos de atividade

Fábrica	Classe
A. Martins Ramos	Indústrias editoriais e gráficas
Águas Minerais Ind. e Com. Ltda.	Extração de sal e exploração de fontes hidrominerais
Antônio Bains	Indústrias editoriais e gráficas

Argeu Vitória Fabres	Indústria metalúrgica
Augusto Garlich	Preparação e fabricação de conservas do pescado
Brink S. A. Ind. e Com. de Máquinas	Construção de máquinas e aparelhos para a lavoura e indústrias rurais
Caruccio & Cia. Ltda.	Aubos de origem animal; Aubos químicos; Fabricação de produtos químicos diversos
Cerâmica Pelotense S. A.	-
Cesare Augusto Giacobbe	Fabricação de papel e papelão
Companhia Fiação e Tecidos Pelotense	Indústria têxtil
Companhia Industrial Linheiras S. A.	Fabricação de papel e papelão
Companhia Nacional de Óleo de Linhaça	Extração de óleos e essências vegetais e de matérias graxas animais (excluída a refinação de produtos destinados à alimentação); Fabricação de latas de folha-de-flandres; Indústria metalúrgica
Companhia Sudeste de Carnes Ltda.	Abate de animais, preparação e fabricação de conservas de carne e de banha de porco
Coronel Pedro Osório S/A. Ind. Com. Agric.	Beneficiamento de arroz
Echenique e Cia.	Indústrias editoriais e gráficas
Emp. Com. e Mineração Tropical Ltda.	Extração de sal e exploração de fontes hidrominerais
Ernesto Giorgi	Indústria metalúrgica
F. Correa, Filhos e Cia. Ltda.	Produção e elaboração do vidro
Fábrica de Cola Muller Ltda.	Extração de óleos e essências vegetais e de matérias graxas animais (excluída a refinação de produtos destinados à alimentação)
Felippe Palazzo e Filhos Ltda.	Indústria metalúrgica
F. C. Lang & Cia. Ltda.	Fabricação de artigos de perfumaria, sabões e velas; Fabricação de sabões e saponáceos
Frigorífico Anglo S. A.	Abate de animais, preparação e fabricação de conservas de carne e de banha de porco; Aubos de origem animal; Fabricação de produtos químicos diversos; Fabricação de latas de folha-de-flandres; Indústria metalúrgica
Indústria de Ref. Com Elet. Pel. Ltda.	Construção de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações hidráulicas, térmicas e ventilação
Irmãos Zanotta da Cruz	Fabricação de cigarros e charutos; Indústria do fumo
J. Manfrim e Cia. Ltda.	Produção e elaboração do vidro
João Badia e Cia. Ltda.	Construção de máquinas e aparelhos para a lavoura e indústrias rurais
Joaquim Oliveira S. A.	Aubos de origem animal; Fabricação de produtos

	químicos diversos
Joaquim da Paz Acosta	Construção de máquinas e aparelhos para a lavoura e indústrias rurais
Jorge Curi e Cia.	Indústria metalúrgica; Fabricação de pregos, rebites e parafusos
Julio Schramm	Fabricação de latas de folha-de-flandres; Indústria metalúrgica
Laboratório Galenegal Ltda.	Fabricação de especialidades farmacêuticas e produtos veterinários
Lamego Irmãos Ind. e Com. Ltda.	Fabricação de cigarros e charutos; Indústria do fumo
Laneira Brasileira S. A. Ind. e Com.	Indústria têxtil
Leivas Leite S. A. Ind. Quim. e Biol.	Fabricação de especialidades farmacêuticas e produtos veterinários
Manufatura de Fumos do Sul Ltda.	Fabricação de cigarros e charutos; Indústria do fumo
Metalúrgica Guerreiro Ltda.	Fabricação de latas de folha-de-flandres; Indústria metalúrgica
Octávio da Silva Pinto	Indústrias editoriais e gráficas
Pedro Pereira da Rocha	Fabricação de artigos de perfumaria, sabões e velas; Fabricação de sabões e saponáceos
Produtos Agropecuários Taurus S. A.	Aubos químicos; Fabricação de produtos químicos diversos
Rosalvo Bandeira	Produção e elaboração do vidro
Sica e Cia. Ltda.	Construção de máquinas e aparelhos para a lavoura e indústrias rurais
Soc. Com. e Ind. de Cereais Ltda.	Fabricação de artigos de perfumaria, sabões e velas; Fabricação de sabões e saponáceos
Sociedade Matadouro Pelotense Ltda.	Abate de animais, preparação e fabricação de conservas de carne e de banha de porco
Sorol S. A. Refinaria Óleos Vegetais	Fabricação de tintas, vernizes e esmaltes; Extração de óleos e essências vegetais e de matérias graxas animais (excluída a refinação de produtos destinados à alimentação)
Souza Soares e Irmão	Fabricação de especialidades farmacêuticas e produtos veterinários
Tomberg e Filho Ltda.	Indústria metalúrgica
Verno Kuhn e Cia. Ltda.	Fabricação de cigarros e charutos; Indústria do fumo
Weishappel e Cia.	Fabricação de especialidades farmacêuticas e produtos veterinários

Fonte: Cadastro Industrial IBGE 1959

Nesta relação, do total de 48 (quarenta e oito) fábricas registradas, temos a estimativa de que 07 (sete) pertenciam ao grupo de fabricação de produtos alimentícios, destacando-se as empresas como a Coronel Pedro Osório S/A., especializada no beneficiamento de arroz, e o Frigorífico Anglo S. A., dedicada ao abate de reses e fabricação de produtos de carne, além de outras atividades.

Este Cadastro Industrial do IBGE ainda traz outras informações relevantes. Em relação ao número de empregados por estabelecimento, Pelotas não apresentava nenhuma empresa com número superior a 500 (quinhentos) operários dos 17 (dezesesseis) estabelecimentos registrados, aparecendo apenas na faixa imediatamente inferior, entre 100 (cem) e 500 (quinhentos) funcionários, contando com 07 (sete) empresas ao todo⁷. A próxima tabela apresenta um número destas empresas de maior porte por município do Rio Grande do Sul.

Tabela 03 – Número de estabelecimentos, por grupo de operários, nos municípios gaúchos, conforme o Cadastro Industrial do IBGE

Município	Mais de 500 operários	De 100 a 500 operários
Porto Alegre	05	56
Pelotas	-	07
Arroio Grande	-	01
Bagé	-	04
Bento Gonçalves	-	02
Bom Jesus	-	01
Caçapava do Sul	01	01
Cachoeira do Sul	-	03
Caí	-	02
Canoas	01	04
Caxias do Sul	02	15
Dom Pedrito	-	01
Encantado	-	02
Erechim	-	03
Esteio	-	03
Garibaldi	-	01
Gaurama	-	01

⁷ Embora foram encontradas, no Cadastro Industrial, 08 (oito) empresas registradas, foram consideradas somente 07 (sete), visto que uma delas é a Prefeitura Municipal de Pelotas.

Guaíba	-	03
Guaporé	-	03
Ijuí	-	01
Julio de Castilhos	-	01
Lajeado	-	01
Marau	-	01
Montenegro	-	02
Novo Hamburgo	-	21
Passo Fundo	-	04
Rio Grande	02	15
Roca Sales	-	01
Rosário do Sul	01	01
Santa Cruz do Sul	-	04
Santana do Livramento	-	02
Santa Rosa	-	01
Santo Ângelo	-	01
São Francisco de Paula	-	01
São Jerônimo	02	-
São Leopoldo	02	-
Sapiranga	-	01
Tapera	-	01
Três Passos	-	01
Triunfo	-	01
Tupanciretã	-	01
Uruguaiana	-	01
Total	16	176

Fonte: Cadastro Industrial IBGE 1959

A capital encontra-se como líder no número de estabelecimentos com maior número de empregados, tanto na faixa de quinhentos ou mais funcionários, quanto entre cem e quinhentos funcionários. Estes dados corroboram a liderança de Porto Alegre na economia industrial gaúcha, juntamente com os demais polos territoriais no nordeste, como Caxias do Sul – 02 (duas) empresas com quinhentos ou mais empregados e 15 (quinze) entre cem e quinhentos; Canoas, respectivamente com 01 (um) e 04 (quatro) unidades; e Novo Hamburgo, este com 21 (vinte e uma) empresas entre cem e quinhentos assalariados.

Conforme abordado, em Pelotas constatou-se o registro de 07 (sete) estabelecimentos com contingente inserido no segundo grupo, apresentando um número inferior, inclusive, ao município de Rio Grande, por este ter 02 (dois) empreendimentos com, no mínimo, 500 (quinhentos) trabalhadores e 15 (quinze) entre cem e quinhentos trabalhadores. Ao se comparar com a relação de empresas encontradas no Cadastro Industrial do IBGE, percebe-se que o setor em Pelotas será formado, predominantemente, por empresas de pequeno porte, usando um baixo contingente de trabalhadores em sua produção.

As empresas pelotenses, entre cem e quinhentos funcionários, registradas foram estas:

- Caruccio e Cia. Ltda.;
- Coronel Pedro Osório S. A. Ind. Com. Agric.;
- Cerâmica Pelotense S. A.;
- Companhia Fiação e Tecidos Pelotense;
- Companhia Industrial Linheiras S. A.;
- Frigorífico Anglo S. A. – 02 estabelecimentos;

Dos sete estabelecimentos encontrados, 03 (três) são de fabricação de produtos alimentícios, novamente aparecendo como destaque a empresa do Coronel Pedro Osório e o Frigorífico Anglo como as maiores empresas; as demais são: têxtil, cerâmica, papel e papelão e química.

Quanto às unidades de beneficiamento de arroz pelotenses surgidas no período, foram encontradas as seguintes:

Quadro 07 – Indústrias de beneficiamento de arroz surgidas em Pelotas entre os anos de 1930 e 1970

Empresa/Razão Social	Data de entrada	Situação atual	Tipo de sociedade
Arrozeira Meridional Ltda.	02/01/1952	Encerramento de Atividades	Cotas Resp. Ltda.
Cooperativa Arrozeira Extremo Sul Ltda.	17/03/1965	Ativa	Cooperativa
Krolow & Cia. Ltda.	12/03/1966	Ativa	Cotas Resp. Ltda.

Ervin Milach	01/04/1968	Baixa de Ofício	Firma Individual
--------------	------------	--------------------	------------------

Fonte: JUCERGS e SINTEGRA

Dentre estas indústrias, apenas a Cooperativa Extremo Sul Ltda. e a Krolow & Cia. Ltda. continuam em atividade até o presente momento da pesquisa. De acordo com o site da empresa, a Cooperativa Extremo Sul foi criada pelo orizicultor Lauro Ribeiro em 1965, em associação com outros trezes produtores rurais para armazenagem, tratamento e comercialização do arroz colhido na região Sul do Estado. A empresa tem estabelecimentos nas cidades de Pelotas e Camaquã e filiais em outras localidades do país (cidades de Feira de Santana, Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo e Recife), nas quais fabrica-se distintas variedades de arroz, tais como: branco, parboilizado, integral e mai grão, destinados tanto ao mercado territorial, quanto internacional. Está na 6ª (sexta) posição entre as maiores empresas de beneficiamento de arroz no estado, produzindo cerca de 175 (cento e setenta e cinco) mil toneladas de arroz, ou aproximadamente 3% (três por cento) do total estadual.

Por sua vez, a Krolow & Cia. Ltda., embora exista desde 1945 (sob o nome inicial de Nelson Krolow e Cia. Ltda., a empresa se dedicava ao atacado de gêneros agrícolas) vem se consolidar no ano de 1966, com a expansão de seu capital e mercado através da industrialização do arroz. Volta-se ao beneficiamento de grãos considerados “tradicionais”, atendendo a vários mercados no território brasileiro. Ainda conforme o seu site, destaca-se no beneficiamento do cateto ou “arroz japonês”, nas variedades branco ou polido e integral.

Estas empresas de beneficiamento de arroz são algumas das existentes atualmente no município. No próximo e último capítulo, analisamos o contexto no qual acontece o processo de especialização produtiva em Pelotas, a partir das modificações estruturais que faz com que este ramo industrial se configure como uma atividade principal e organize o papel de Pelotas na D.T.T. no Rio Grande do Sul.

4 A INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA EM PELOTAS E DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL: O BENEFICIAMENTO DE ARROZ

4.1 A constituição do Distrito Industrial e a reestruturação produtiva industrial em Pelotas. O processo de especialização territorial (1970-Atualidade)

É importante enfatizar a escolha de trabalharmos com a última fase da industrialização neste capítulo, ao invés de inseri-lo no anterior, pois compreendemos que é a partir dos anos 1970 que acontece uma nova reestruturação produtiva industrial, mediante a ruptura na forma de como se organizam as empresas industriais no território. Embora tais transformações ocorram desde o pós-Segunda Guerra Mundial, será na década de 1970 onde a indústria global vai incorporando novas tecnologias – criadas pela ciência através de laboratórios e centros de pesquisa –, que não somente expandem a sua produção, como também integram os mais diferentes territórios no mundo. Santos (2012b) chama esta estrutura espacial de “meio técnico-científico-informacional”. Em Pelotas, veremos os efeitos desta reestruturação em seu parque industrial, conforme analisaremos nesta etapa de nosso trabalho.

A reestruturação produtiva surge a partir do questionamento ao “modo de produção fordista”, cuja capacidade de produção e organização das empresas vem sofrendo um desgaste, sendo superada (ainda que não completamente extinta) por alternativas que aprimoram a acumulação de capital, na medida da racionalização dos custos e elevação dos lucros obtidos. Há a ascensão do toyotismo, modelo de produção pautado em uma série de fatores que valorizam as preferências do mercado consumidor – em detrimento da quantidade de mercadorias, característica esta do fordismo –; buscando a diminuição de custos temporais e materiais que encareciam o produto final, na medida em que aumenta a excelência nas propriedades do mesmo. Métodos, como o *just in time* e o *kanban*, são adotados, visando esta ampliação do capital.

Uma nova reestruturação territorial que reflete e reforça a organização pós-fordista, marcada pela flexibilização produtiva nos modos de produção. Um dos principais impactos visíveis na ascensão toyotista será justamente nos territórios, através do deslocamento de empreendimentos. No caso das indústrias, vemos a transferência de empresas (especialmente as multinacionais), antes em áreas industriais consideradas tradicionais, para novas localizações que recebem investimentos de tais agentes. Para autores, como Diniz Filho (2004), acontece a reestruturação territorial na localização de indústrias, chegando-se ao processo denominado de “desconcentração” de determinadas regiões industrializadas, inclusive aquelas consideradas “tradicionais”, pioneiras no processo de industrialização no território em que estão localizadas.

Isto consiste em uma nova orientação na política das empresas na busca de novos territórios para serem usados. Analisando o contexto nacional, percebe-se a substituição de uma organização, realizada estrategicamente pelo Estado, para uma gradual liberalização econômica, onde o papel do Estado como regulador da economia perde força, devendo este abster-se da intervenção no mercado.

Na década de 1970, no auge do Governo Militar, o Estado será um agente catalisador do processo de (re)organização industrial no país. Suas ações culminam no chamado “Milagre Econômico”, que provoca o aumento do PIB em mais de 10% (dez por cento) ao ano, levando a economia brasileira ao patamar das maiores no mundo. Werner Baer (2009) analisa que a maior parte do crescimento econômico que ocorrerá pós-1968 virá justamente dos programas do governo, mediante a colocação dos recursos nos setores estratégicos para o desenvolvimento econômico, como a indústria siderúrgica, as usinas geradoras de energia, a petroquímica e a mineração. Estas ações da ditadura promovem os investimentos que culminam na expansão da economia brasileira. Nas palavras do próprio autor,

Calcula-se que em 1974, entre as cem maiores empresas (em valor de ativos), 74% dos ativos combinados pertenciam a empresas estatais, enquanto nas 5.113 maiores empresas, 37% dos ativos pertenciam a estatais. Da mesma forma, os bancos estatais representaram um papel predominante no sistema financeiro. Dos 50 maiores bancos (em termos de depósitos), os estatais eram responsáveis por cerca de 56% do total de depósitos em 1974 e por cerca de 65% dos empréstimos feitos ao setor privado. (p. 99).

Contudo, em 1973 acontece o chamado “Choque do Petróleo”, com a subida bruta dos preços em quatro vezes do barril deste combustível no mercado mundial. Vale lembrar que o Brasil importava mais de quatro quintos de todo o petróleo que consumia, e isto levou a um drástico aumento no déficit de sua balança comercial, juntamente com o aumento da inflação e da dívida externa. Para reduzir esta dependência do país a tais variações externas e incentivar a diversificação da pauta de exportações brasileiras, é lançado o II PND, praticada entre os anos de 1975 e 1979.

Para Baer (2009), o II PND este plano visava substituir as importações de produtos básicos e bens de capital pela produção da indústria brasileira, bem como expandir a infraestrutura energética e logística. O Estado passou a investir em vários setores industriais, especialmente naqueles voltados aos de bens de capital e intermediários, objetivando a substituição de importações e o aumento das exportações, bem como a expansão da infraestrutura econômica, através dos investimentos em produção de energia (hidroelétrica, álcool e nuclear) e nas redes de transportes e comunicações (p. 111).

Mas, como Pelotas vai se inserir neste processo de sistema *just in time*, de flexibilização produtiva nas empresas e nos territórios? Inicialmente, na década de 1970, percebe-se que há um crescimento de sua produção industrial. Esta breve expansão leva à reestruturação em seu espaço urbano à organização das empresas, havendo uma transferência no local de instalação de suas empresas, da antiga área da Zona do Porto, para uma nova localização dentro da cidade de Pelotas.

A reorganização da indústria pelotense ocasiona um novo arranjo na localização dos estabelecimentos dentro de seu espaço urbano. É promulgada uma legislação para a criação do Distrito Industrial, estrategicamente implantada às margens da BR-116, principal canal de ligação entre a “Zona Sul” do estado e a capital Porto Alegre. Mediante a Lei Municipal de nº 2.096, de 6 (seis) de dezembro de 1973, o Poder Executivo municipal organiza as condições territoriais para a indústria, desde a localização do Distrito, até os investimentos públicos na infraestrutura necessária para a implantação das empresas.

Sá Britto (2011) argumenta que a construção do novo distrito industrial foi uma política voltada para as empresas de grande porte, devido aos problemas

encontrados pela limitação da infraestrutura local, especialmente na Zona do Porto, como a poluição ambiental, o engarrafamento do trânsito nas vias públicas, bem como da destruição das mesmas. Corroborando com Correa (2014), a localização da nova área serviu como uma estratégia para atender ao escoamento da produção via malha rodoviária, cada vez mais predominante, na medida em que acentuava-se a decadência nos transportes fluvial e ferroviário.

O novo Distrito Industrial será destinado para a produção de bens não-duráveis, especialmente na fabricação de alimentos industrializados a serem escoados via caminhões pelas rodovias (por isto, a localização às margens da BR-116), atendendo aos mercados local, regional e nacional. Apesar dos impactos de ordem ambiental provocados por sua implantação, como a contaminação do Canal Santa Bárbara – visto que seu está próximo às suas margens – a instalação do novo Distrito Industrial serviu como estratégia para facilitar o escoamento da produção de suas fábricas, bem como a redução com os gastos necessários à manutenção de sua infraestrutura.

Voltando à contribuição de Correa (2014), ao nos falar sobre a descentralização na produção do espaço urbano, podemos relacionar a instalação do Distrito Industrial em Pelotas com o processo de crescimento de sua área central, bem como dos efeitos espaciais daí decorrentes, como os problemas no sistema viário (já anteriormente citado); o aumento dos imóveis e da terra e nas restrições legais para o uso do centro. Em relação às indústrias,

pode se verificar ou o aparecimento de firmas novas que já nascem descentralizadas ou a criação de filiais de firmas localizadas centralmente, as quais, em função da competição entre elas procuram uma localização junto ao já distante mercado consumidor (CORREA, 2014, p. 125).

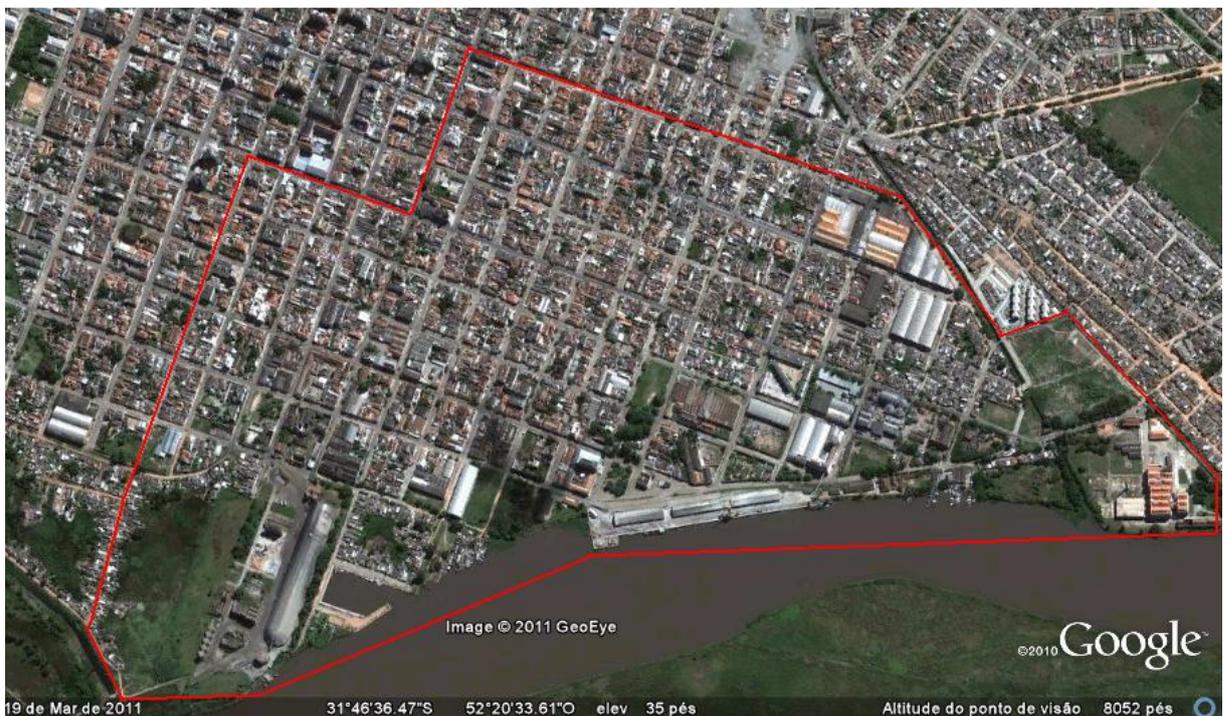
A figura 02 mostra a localização das áreas industriais antiga e nova – respectivamente a “Zona do Porto” e o “Distrito Industrial” –, na cidade de Pelotas. Por sua vez, as figuras 03 e 04 apresentam os limites aproximados de ambos os locais.

Figura 06 – Área urbana de Pelotas, com a localização da Zona do Porto e do Distrito Industrial



Fonte: Google Earth. Adaptado pelo autor.

Figura 07 – Área da “Zona do Porto”



Fonte: Google Earth. Adaptado por Al-Alam (2014).

Figura 08 – Área do Distrito Industrial



Fonte: Google Earth. Adaptado pelo autor (2014).

A transferência do distrito industrial local – da área pioneira, a denominada “Zona do Porto”, para a área norte da cidade vem como uma estratégia de fortalecer esta atividade, tornando-a competitiva perante o mercado regional. O espaço urbano de Pelotas reflete esta mudança. Enquanto que um conjunto de empresas instala-se na nova área, por outro lado há a continuação no desmantelamento das unidades produtivas no local anterior.

Em relação à desativação de empresas no Porto, temos, como exemplo, o caso da Fiação & Tecidos Pelotense, encerrada no ano de 1974. Problemas tanto internos à fábrica, como a falta de atualização de seu aparato produtivo, conforme elaborado por Kramer (1992) levam à decadência da empresa já no final da década de 1950, quando apresenta os primeiros sinais de sua crise. Para o autor, em consequência da falta de modernização de seu maquinário, surgiram problemas financeiros, como o atraso no pagamento de servidores e fornecedores, que contribuíram ao término das atividades da empresa. Também veremos o desmantelamento e o posterior fim do Frigorífico Anglo, no início da década de 1990, sendo outro exemplo da decadência da Zona do Porto como área industrial.

A indústria arroseira apresenta, neste período, uma fundação da maior parte das empresas atualmente existentes. Trata-se da expansão da atividade no setor, em função do direcionamento dado em Pelotas, voltando-se para a produção de bens alimentícios. A tabela a seguir mostra o início das atividades dos estabelecimentos que tratam de beneficiamento de arroz em Pelotas, em conformidade com os dados coletados pela JUCERGS, desde 1970 até a atualidade:

Quadro 08 – Indústrias de beneficiamento de arroz surgidas em Pelotas a partir do ano de 1970

Empresa/Razão Social	Data de entrada	Situação atual	Tipo de sociedade
Indústria Riograndense de Óleos Vegetais Ltda.	10/01/1972	Ativa	Cotas Resp. Ltda.
Engenho São Joaquim Indústria e Comércio Ltda.	01/03/1972	Ativa	Cotas Resp. Ltda.
Nelson Wendt & Cia. Ltda.	01/09/1975	Ativa	Cotas Resp. Ltda.
Ehlert Indústria e Comércio Ltda.	08/08/1978	Ativa	Cotas Resp. Ltda.
Rubens Perleberg & Cia. Ltda.	01/01/1981	Ativa	Cotas Resp. Ltda.
Delta Comércio e Indústria Ltda.	18/06/1986	Encerramento de atividades	-
Efegê Armazenamento Transportes de Cargas e Adm. Bens Ltda.	21/08/1991	Ativa	Cotas Resp. Ltda.
Produtos Alimentícios Orlândia S/A Indústria e Comércio	20/11/1992	Ativa	Anônima
Barz & Cia. Ltda.	26/06/1994	Ativa	Cotas Resp. Ltda.
Arroseira Pelotas Indústria e Comércio de Cereais Ltda.	26/09/1994	Ativa	Cotas Resp. Ltda.
Cerealite Indústria e Comércio de Cereais	22/11/1994	Ativa	Cotas Resp. Ltda.
Arroseira Master Ltda.	06/07/1995	Ativa	Cotas Resp. Ltda.
Josapar Joaquim Oliveira S. A. Participações	02/05/1996	Ativa	Anônima
Josapar Joaquim Oliveira S. A. Participações	18/02/1999	Ativa	Anônima
Colomby Produtos Alimentícios Ltda.	28/07/1999	Ativa	Cotas Resp.

			Ltda.
M H Comércio e Secagem de Cereais Ltda.	08/04/2002	Ativa	Cotas Resp. Ltda.
Avila & Christh Ltda.	07/05/2003	Encerramento de atividades	-
Cooperativa Agrícola Mista de Pelotas Ltda.	23/06/2004	Ativa	Cooperativa
Cerealle Tecnologia em Alimentos Ltda.	16/07/2004	Ativa	Cotas Resp. Ltda.
Puro Grão Indústria e Comércio de Arroz e Soja Ltda.	09/01/2006	Ativa	Cotas Resp. Ltda.
J F dos Santos Hoffmann	30/11/2007	Ativa	Firma Individual
BR Sul Indústria e Comércio Ltda.	30/04/2008	Ativa	Cotas Resp. Ltda.
Charles Sander Kutscher	16/12/2009	Ativa	Firma Individual
Agrocuri Indústria e Comércio de Cereais Ltda.	19/09/2011	Encerramento de atividades	-
GRANCEREAL Ltda.	01/10/2012	Ativa	Cotas Resp. Ltda.

Fonte: JUCERGS; SINTEGRA

A maioria dos atuais empreendimentos de beneficiamento de arroz em Pelotas surgem no período, destacando-se a instalação da Indústria Rio-grandense de Óleos Vegetais Ltda. – IRGOVEL – no ano de 1972, ainda ativa no município. A despeito de tratar-se de uma indústria diversificada voltada ao beneficiamento de várias matérias-primas agrícolas, a IRGOVEL entra como CNAE 10.61-9-02, pois fabrica produtos agregados a partir da transformação do arroz, como óleos vegetais. Esta empresa será uma das que serão instaladas no Distrito Industrial, beneficiando-se da infraestrutura ali existente.

Por fim, ao analisar o contexto estadual, notamos inicialmente que a denominada “indústria tradicional” gaúcha segue com participação importante no Valor de Transformação total no Rio Grande do Sul, destacando-se a indústria alimentícia com a maior contribuição. De acordo com os estudos de Achylles Costa (1979), pouco mais de um quinto da produção industrial vem diretamente deste ramo na década de 1970, em conformidade com a tabela 04.

Tabela 04 – Participação por gênero de indústria no valor da transformação industrial da Indústria de Transformação do Rio Grande do Sul – 1970

Gênero de Indústria	V. T. I. (%)
01. Produtos de minerais não metálicos	3,54
02. Metalúrgica	10,67
03. Mecânica	6,77
04. Material elétrico e de comunicações	3,23
05. Material de transporte	3,95
06. Madeira	4,44
07. Mobiliário	2,54
08. Papel e papelão	1,52
09. Borracha	1,09
10. Couros, peles e produtos similares	3,38
11. Química	11,26
12. Produtos farmacêuticos e veterinários	0,50
13. Perfumaria, sabões e velas	0,49
14. Produtos de matérias plásticas	0,63
15. Têxtil	3,76
16. Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	8,93
17. Produtos alimentares	21,29
18. Bebidas	4,92
19. Fumo	2,72
20. Editorial e gráfica	2,70
21. Diversos	1,67
TOTAL	100,00

Fonte: COSTA (1979)

Em outro trabalho, Achylles Costa (1989) demonstra que o crescimento industrial do Rio Grande do Sul segue no mesmo ritmo de crescimento da indústria nacional, ainda que apresente diferenciações, quanto à maior fatia de participação do setor agropecuário no PIB gaúcho e da produção industrial de bens não-duráveis, em relação à economia brasileira. De qualquer modo, este economista defende que tanto no produto industrial, quanto ao emprego industrial, o Rio Grande do Sul acompanha o ritmo de crescimento obtido pela média nacional, em função da intensificação da indústria de bens de consumo a partir dos anos 1960.

Observamos, também, que estas políticas provocam um aumento da participação industrial no PIB de Pelotas. Entre os anos 1970 e 1980, continua-se a

expansão do valor deste setor na economia pelotense. A tabela a seguir, com dados obtidos por TEJADA & BAGGIO (2013), evidencia esta expansão:

Tabela 05 – Evolução da participação relativa do PIB real setorial no PIB real de Caxias do Sul, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, em 1970 e 1980 (%)

Discriminação	1970			1980		
	AGR	IND	SER	AGR	IND	SER
Caxias do Sul	6	48	45	3	56	41
Pelotas	10	31	59	6	45	49
Porto Alegre	0	29	71	0	31	69
Rio Grande	5	42	53	4	59	37
RS	21	28	50	16	38	46

Fonte: TEJADA & BAGGIO (2013)

Tanto nas 04 (quatro) cidades analisadas presenciamos, quanto no retrato geral gaúcho, o crescimento do PIB industrial é nítido, na medida da retração dos setores agrícola e comercial. Pelotas mantém-se com um índice de industrialização acima da média estadual dentro desta década e, até mesmo, da registrada na capital (indo de 29 para 31%), mesmo com índices abaixo de outras cidades, como Rio Grande (42 para 59%) e Caxias do Sul (48 para 56%).

Em relação ao PIB industrial, todos os municípios analisados obtiveram, ao menos, uma expansão de cerca de 100% (cem por cento) em seus respectivos indicadores nestas duas décadas, em decorrência das políticas estatais desenvolvidas pelo regime militar que culminam no “Milagre Brasileiro”, conforme a tabela a seguir. A soma do PIB gaúcho mostra uma variação positiva de, em apenas dez anos, em torno de 128% (cento e vinte e oito por cento), em decorrência do processo descrito.

Com base nos mesmos dados de Tejada & Baggio, constatamos que Pelotas apresenta uma sensível queda na sua participação no total do PIB estadual, indo de 3,21% em 1970, para 2,77% em 1980. Além disso, observamos que Pelotas perde o posto de segunda maior economia do estado, ao ser ultrapassado por Rio Grande (este tendo um PIB de Não obstante, a queda de Pelotas é menos acentuada do que a constatada em Porto Alegre, este perdendo dois pontos percentuais.

Tabela 06 – Evolução da participação relativa do PIB real setorial no PIB real de Caxias do Sul, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, em 1970 e 1980 (%) – em milhões R\$

Discriminação	1970		1980	
	PIB	%	PIB	%
Caxias do Sul	908,55	3,41	2.423,79	3,98
Pelotas	856,26	3,21	1.689,66	2,77
Porto Alegre	7.024,68	26,36	14.985,17	24,60
Rio Grande	500,74	1,88	1.724,16	2,83
Total RS	26.644,81	100	60.926,93	100

Fonte: TEJADA & BAGGIO (2013)

Ainda dentro do decênio 1970-1980, Pelotas consolida o papel de “cidade de alimentos”. Reforça sua especialização produtiva no ramo da indústria alimentícia. Destaca-se a produção de conservas em calda e o beneficiamento de arroz, seja na área do novo Distrito Industrial, seja em locais próximos à BR-116, como o bairro das Três Vendas, ao norte da cidade. Conforme destacamos em tabela anterior, será o momento no qual haverá a criação ou a expansão das empresas arroseiras pelotenses, beneficiadas pelo conjunto de políticas realizadas pelo Estado.

No decorrer da década de 1980, porém, ocorre sérias modificações na economia nacional que repercutem em Pelotas. Denominada como a “década perdida”, será o momento em que o modelo adotado pelo Estado brasileiro entra em colapso. Quando o descontrole da dívida externa brasileira; o aumento desenfreado da inflação – a despeito das tentativas dos planos econômicos sancionados, como o Plano Verão e dos cortes nos gastos públicos; o desequilíbrio das contas externas e a redução nos valores de troca comerciais, isto agravado pelo segundo choque do petróleo, observamos um período de recessão, no qual observamos a desvalorização da moeda vigente, e redução geral nos investimentos, especialmente quanto à infraestrutura do Estado e da iniciativa privada.

Conforme Baer (2009), uma das sérias consequências do que chamou de período de “crise-provocada-pela-dívida” na economia brasileira foi o declínio da indústria, espaço este ocupado pelo setor terciário. E, dentro deste, o ramo financeiro foi o mais beneficiado, pois “reflete o crescente papel desempenhado pelos bancos e intermediários financeiros durante os períodos de inflação elevada com a presença de vários instrumentos financeiros indexados” (Baer, 2009, p. 127).

Além disso, o crescimento econômico acelerado no Brasil na década de 1970 pouco melhorou as condições de vida da população, não amenizando a já grave disparidade socioeconômica entre a sociedade, nem mesmo entre os territórios. A recessão reforça os efeitos negativos, ao afetar os níveis de consumo das famílias brasileiras, mediante o aumento do desemprego e o arrocho salarial, este contribuído pela inflação.

Carneiro (2002) analisa este período de crise como um momento de ruptura no financiamento externo, no qual os países periféricos sofrem a perda de recursos, em função do pagamento da dívida externa. O Brasil não é uma exceção, sendo antes um claro exemplo de como a dependência externa leva à transferência de recursos para fora do país, afetando o desenvolvimento econômico. Para o mesmo, “uma das principais consequências da ruptura do padrão de financiamento externo e do excessivo endividamento foi, sem dúvida, o elevado grau de estatização da dívida externa” (p. 134).

Isto reflete na perda da competitividade e importância do setor industrial no país. Várias empresas locais não conseguem acompanhar o ritmo de inovação tecnológica imposta por esta nova no modo de produção capitalista, bem como dos ajustes de flexibilização das forças produtivas. De modo geral, a indústria brasileira apresenta sérias dificuldades em inserir-se em uma economia globalizada, especialmente as “tradicionais”, com dificuldades. Em Pelotas, também observamos as consequências da recessão. A próxima tabela mostra houve uma redução relativa da participação industrial do VAB setorial do PIB em Pelotas e em demais municípios gaúchos, de 1980 até o ano de 2009.

Tabela 07 – Evolução da participação relativa do PIB setorial no PIB de Pelotas entre 1980 e 2009

Setor/Ano	1980	1985	1996	2000	2009
AGR	6,43	5,29	4,59	2,63	3,62
IND	44,79	43,36	24,75	19,17	18,00
SER	48,78	51,35	70,66	68,46	69,97
IMP ⁸	-	-	-	9,74	8,42
Total	100	100	100,00	100	100

Fonte: TEJADA & BAGGIO (2013)

⁸ IMP = Impostos sobre produtos.

A partir dos anos 1990, há um aprofundamento no processo de abertura comercial e econômica do Brasil. Seguindo o que convencionou-se chamar de “receituário neoliberal”, adota-se uma série de políticas, previamente estabelecidas pelo FMI e Banco Mundial, que levam à desregulamentação econômica, diminuindo-se o papel do Estado como agente interventor na economia.

Uma das políticas adotadas pelo governo federal foi a extinção do Anexo C do Banco Central em 1990, no qual libera-se a entrada de produtos importados sem taxações, o que liquida com a produção de indústrias locais, que não conseguem competir no mercado com as mercadorias estrangeiras, com um preço menor e, comumente, uma qualidade superior. A extinção deste anexo contribui para o fechamento de várias empresas industriais no Rio Grande do Sul, visto que várias destas tornaram-se incapazes de competir no mercado interno e externo com os produtos oriundos de concorrentes estrangeiras.

Ao estudar as modificações estruturais no estado nos anos 90, Passos & Lima – in Fligespan (2000) adotam a divisão do período em três momentos da economia industrial brasileira: o subperíodo 1985-1989, que é a segunda fase da “década perdida” já visto anteriormente; o subperíodo 1990-1992, sendo o período de recessão concomitante com o início da abertura comercial; e o subperíodo de 1993-1998, marcado pela continuidade da abertura econômica e pela estabilização da moeda.

No período de 1990 a 1992, durante o governo Collor, Passos & Lima apontam para um significativo crescimento da produtividade na indústria de transformação, em média 7,5% (sete e meio por cento), em decorrência das adaptações nas empresas com o aumento da concorrência no mercado a partir da redução dos custos, especificamente na gerência e no chão-de-fábrica. Por sua vez, o terceiro período (1993-1998) tem, como principal marco, a implantação do Plano Real, em 1º de julho de 1994, consegue conter com sucesso o surto inflacionário dos preços, bem como a continuidade da privatização de empresas estatais, nos setores bancário, telefônico e energético. O aumento da produtividade pelas empresas que conseguem reestruturar-se, reduzindo-se os seus custos de operação, levam à estabilidade econômica do país, ainda que momentaneamente.

Ao fazer um comparativo entre os dados da indústria brasileira e gaúcha, Passos & Lima concluem que ocorre tendo índices de crescimento idêntico, em proporções bastante reduzidas, ora com retração em determinados períodos, ora com aumento médio “tímido”. Em relação à estrutura industrial gaúcha, porém, os autores afirmam que há uma predominância da indústria tradicional dentro do setor, tendo quase a metade de seu PIB industrial oriunda deste ramo, contra cerca de um terço da média nacional.

Em relação à Pelotas, veremos os reflexos da abertura comercial e econômica afetarem a sua participação na geração total do PIB gaúcho, drasticamente reduzindo o seu peso na economia municipal. Embora vejamos uma redução da contribuição do setor em outros municípios gaúchos, a tabela a seguir mostra um declínio bem mais acentuado em Pelotas em um período de quase 25 (vinte e cinco) anos:

Tabela 08 – Evolução da participação relativa do setor industrial no PIB de municípios gaúchos selecionados em 1980 e 2009

Cidades/Ano	1980	1985	1996	2000	2009
Caxias do Sul	56,43	52,96	55,54	34,08	36,32
Pelotas	44,79	43,36	24,75	19,17	18,00
Porto Alegre	30,83	23,62	18,31	12,75	12,31
Rio Grande	59,34	31,74	30,98	30,91	29,15
Média RS	37,94	35,47	33,25	26,20	25,56

Fonte: TEJADA & BAGGIO (2013)

As análises dos indicadores concluem para um processo de desindustrialização em Pelotas, devido à redução nos índices de Valores de Produção e de Emprego. Para Alonso (2003), Pelotas, ao demonstrar um quadro desfavorável ao longo das décadas de 1980 e 1990, terá uma drástica redução no peso de sua participação do PIB industrial do estado, passando de 3,01% (três por cento e um centésimo) em 1990, para somente pouco mais de um por cento dez anos depois. Para este autor, isto contribuiu para Pelotas se transformar em um polo

de comércio e serviços dentro da AUSUL⁹, sendo, conforme visto anteriormente, responsável por mais de 70% (setenta por cento) do total do PIB municipal.

Não obstante as válidas argumentações que apontam para uma desindustrialização em Pelotas, considera-se que esta é apenas uma análise superficial da dinâmica que iremos observar da indústria em Pelotas nos últimos tempos. Cabe registrar sobre quais seriam estas indústrias remanescentes que existem em Pelotas, bem como o papel desempenhado por estas em relação tanto à economia local, quanto à economia regional.

Na continuidade do presente capítulo, abordamos que, ao invés do termo “desindustrialização”, poderíamos focar os termos “reestruturação” e “especialização” territorial dentro da D.T.T. no Rio Grande do Sul, na qual Pelotas vai se destacar como um polo de beneficiamento e fabricação de produtos de arroz, cujos agentes serão peso fundamental, seja na geração total de empregos, seja no Valor de Transformação no PIB local.

4.2 As características da D.T.T. e as Aglomerações Industriais do Setor Alimentício no Rio Grande do Sul

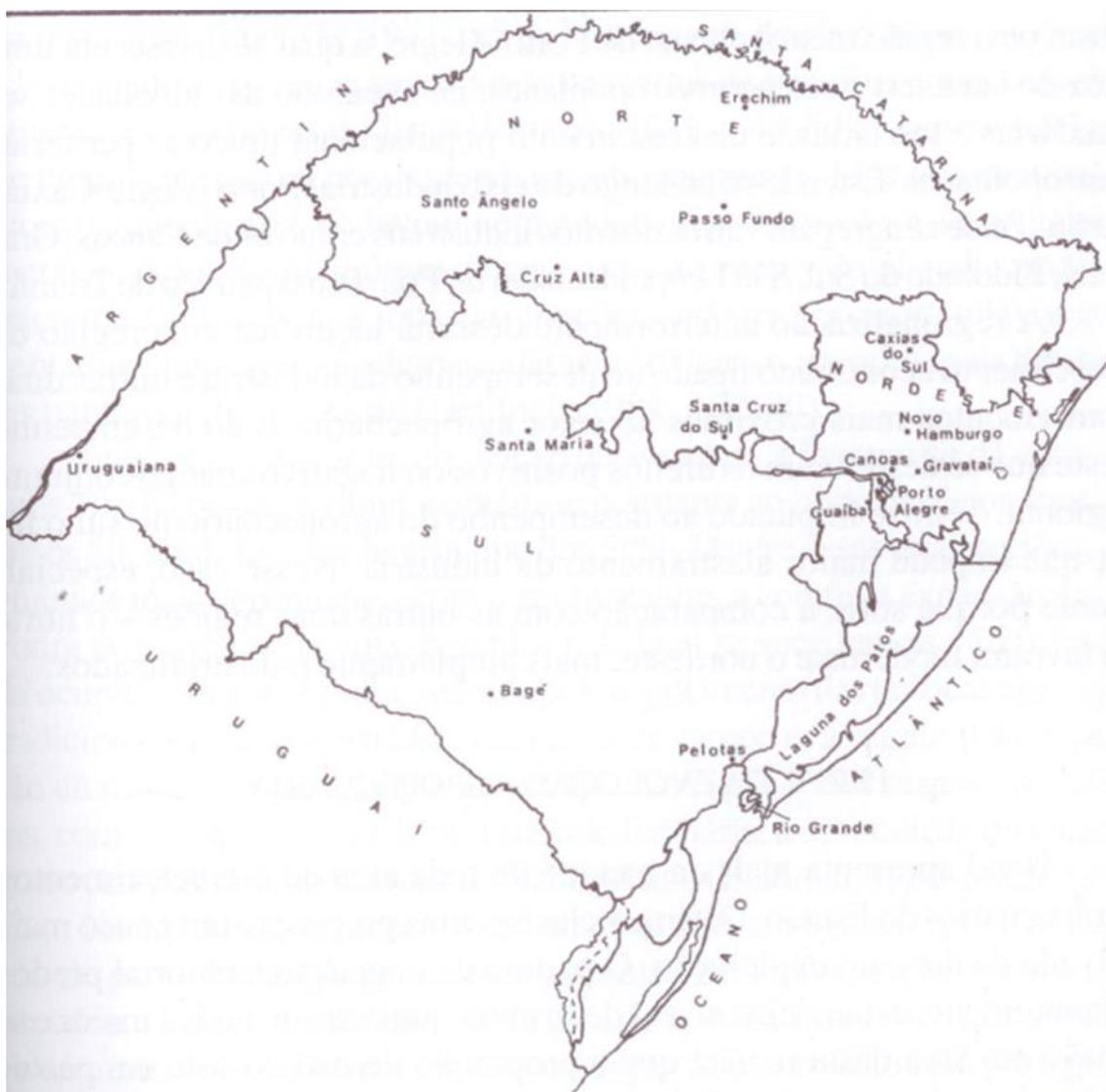
A formação econômica e social configurada no Brasil leva o Rio Grande do Sul como uma economia periférica voltada para o abastecimento do mercado nacional, funcionando, na divisão inter-regional do trabalho, como agente produtor de matérias-primas e mercadorias a serem consumidas pelos polos da economia exportadora do país.

Conforme Heidrich (2000), em se tratando da divisão territorial do trabalho montada no Estado, observamos três direcionamentos: uma ao Norte, com base na agricultura policultora, geralmente em pequenas e médias propriedades, organizando a produção de alimentos voltados para o abastecimento do mercado externo, enquanto que o Nordeste será organização em complexo industriais, com considerável desenvolvimento tecnológico e valor agregado, tendo o eixo Porto

⁹ A Aglomeração Urbana do Sul engloba os municípios de Pelotas, Capão do Leão, Rio Grande, São José do Norte e Arroio do Padre, sendo que os dois primeiros foram constituídos inicialmente, por meio da Lei Complementar (LC) nº 9.184/1990, ao passo que os três demais, pela LC nº 271/2002.

Alegre – Caxias do Sul como o polo industrial de maior relevância. Por fim, há a área Sul, que seria especializada na produção agropecuária, destacando-se a atividade pastoril e a lavoura capitalista especializada, desenvolvidas em médias e grandes propriedades. Contudo, esta região socioeconômica também se destaca na fruticultura, especialmente na produção de uvas na área da Campanha, destinadas à fabricação de vinhos.

Figura 09 – Mapa do Rio Grande do Sul com a divisão das três regiões socioeconômicas



Fonte: Heidrich (2000) (p. 105)

É pela organização territorial da atividade industrial que observamos uma distinta organização entre o Sul e o Nordeste do estado. Enquanto que na primeira,

a organização territorial dá-se com indústrias de grande porte, restritas a alguns ramos, na segunda há uma estrutura fabril mais diversificada.

O aprofundamento das diferenças socioeconômicas entre os territórios no decorrer do tempo – acentuadas com as modificações advindas das crises nas décadas de 1980 e 1990 –, passa também pela própria ordenação do setor secundário no estado. Recorremos novamente a breve análise de Alonso (2003) ao estudar tais tendências. No caso do Sul, haveria uma perda de importância do setor industrial no século XX, em função da falta de articulação entre as empresas com a estrutura social vigente – predomínio da economia rural, desenvolvida na média e grande propriedade agropastoril; baixa densidade demográfica e rede urbana fracamente articulada –, em contraponto às macrorregiões Nordeste e ao Norte, com predomínio dos setores secundário e terciário, tendo-se os setores de geração de maior valor agregado, territorial e especialmente, na área metropolitana e no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul.

A organização da industrialização gaúcha permite a formação dos APL's, caracterizados como territórios formados por um conjunto de pequenas e médias empresas constituídas localmente que, ao montar uma estrutura fundada em uma coesão territorial, integra estas mesmas empresas locais com a população residente no território, permitindo uma cooperação entre os agentes envolvidos e de relações não somente econômicas, como também sociais. A compreensão dos APL's são desenvolvidos por estudiosos, como Marshall e Becattini (1991), com base na estrutura econômica que este desenvolveu ao estudar o caso das organizações industriais na Terceira Itália na década de 1970.

Nas palavras de Méndez & Caravaca (1999), o denominado Sistema Produtivo Local – que também é denominado de APL's – se constitui em um dos três tipos de organização em distrito industrial¹⁰ que podem ser identificados. São

definidos com áreas monoprodutores donde las empresas mantienen inter-relaciones de sentido horizontal, sobre todo tipo de subcontratación,

¹⁰ Além do Sistema Produtivo Local, os autores destacam ainda as Áreas de Especialização Produtiva e as Áreas Sistema. O primeiro tipo é formado mediante processos de desconcentração industrial, através de um conjunto de pequenas e médias empresas que pertencem a um determinado ramo industrial e limitam-se a estabelecer-se no mesmo território e competir o mercado de consumo local. Por sua vez, as áreas sistemas são constituídas por alto grau de complexidade e solidez, tendo uma ampla divisão do trabalho entre as firmas, bem como diversificam as atividades e produtos gerados, com aumento do fluxo de informações, mercadorias e serviços entre os setores (MÉNDEZ & CARAVACA, 1999, p. 211).

combinando de forma aún incipiente competencia y colaboración, em redes progressivamente densas y com um mayor protagonismo de las instituciones locales en la generación de iniciativas de promoción y desarrollo. (p. 211).

O estudo “As aglomerações industriais do Rio Grande do Sul: identificação e seleção” (2013), empreendido pela FEE-RS, tem como finalidade identificar e apresentar os polos industriais presentes no Estado. Seus autores, encabeçados por Vanclei Zanin et. al. apresentam o conceito de APL como eixo para a elaboração deste trabalho, a partir do qual reconhecem que os polos industriais instalados apresentam as seguintes características, semelhantes às apresentadas por Méndez e Caravaca:

- Especialização setorial das empresas locais em torno de um ramo predominante no território;
- Fusão e inter-relação socioeconômica entre a APL e a população do território;
- Ação coletiva de melhoria da competitividade das empresas, mediante a cooperação envolvendo os agentes participantes; e
- Coexistência de competição e cooperação a nível horizontal, quando as empresas atuam em um mesmo segmento ou em alguma das linhas de produção da APL (2013, p. 10).

Um total de 170 (cento e setenta)¹¹ aglomerações industriais são encontradas no estado, distribuídas nas 28 (vinte e oito) COREDES¹² existentes no Estado, a partir das informações coletadas com base na RAIS e no IBGE, delimitadas dentro da metodologia adotada pelo CNAE. A tabela a seguir mostra a distribuição das aglomerações industriais pelos COREDES.

¹¹ Trata-se das aglomerações industriais que possuem, no mínimo, 1% (um por cento) de saídas fiscais.

¹² Os COREDES foram criadas no ano de 1991, sendo legalmente implantadas por meio da Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994. Nestes conselhos, fazem parte os Prefeitos e Presidentes das Câmaras de Vereadores dos municípios participantes; Deputados Estaduais e Federais com domicílio no respectivo território; Presidentes dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDES); Representantes das Instituições do Ensino Superior; Representantes dos órgãos do Governo Estadual e Federal presentes nos municípios do território do COREDES; e Representantes da Sociedade Civil Organizada. São fóruns que visam discutir e promover políticas e medidas de desenvolvimento regional, bem como de redução das disparidades existentes entre as mesmas e de oportunidade à sociedade em participar das iniciativas que visem atender a todo o conjunto social da região em questão.

Tabela 09 – Distribuição das 170 aglomerações industriais no estado do Rio Grande do Sul, por COREDE

COREDE	Nº Aglomerações
Alto da Serra do Botucaraí	3
Alto Jacuí	2
Campanha	4
Campos de Cima da Serra	1
Celeiro	3
Central	7
Centro-Sul	3
Fronteira Noroeste	3
Fronteira Oeste	2
Hortênsias	6
Jacuí-Centro	3
Litoral	8
Médio Alto Uruguai	3
Metropolitano Delta do Jacuí	16
Missões	2
Nordeste	2
Noroeste Colonial	5
Norte	10
Paranhana – Encosta da Serra	4
Produção	6
Rio da Várzea	3
Serra	27
Sul	8
Vale do Caí	7
Vale do Jaguari	1
Vale do Rio dos Sinos	15
Vale do Rio Pardo	5
Vale do Taquari	11
Total	170

Fonte: FEE-RS

De acordo com os dados, existem 35 (trinta e cinco) aglomerações relacionados com a produção de alimentos, o que equivale a 20% (vinte por cento) do total de aglomerações apontadas na pesquisa, embora tenha-se que fazer a ressalva de que 03 (três) formações sejam para fabricação de produtos de

panificação (classe 10911 da CNAE). Destas trinta e cinco, têm 07 (sete) aglomerações que trabalham com a classe 10619, com o beneficiamento e fabricação de produtos de arroz, localizadas nos seguintes COREDES: Campanha, Central, Centro-Sul, Fronteira Oeste, Jacuí-Centro, Litoral e Sul, este último onde situa-se a cidade de Pelotas.

O quadro a seguir mostra a relação das aglomerações industriais no setor alimentício existentes no estado, inseridas na classe 10 da CNAE-IBGE:

Quadro 09 – Relação de aglomerações industriais do setor alimentício no Rio Grande do Sul, por COREDE

COREDE	CLASSE DO CNAE 2.0
Campanha	10112 – Abate de reses, exceto suínos 10619 – Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz 10911 – Fabricação de produtos de panificação
Central	10112 – Abate de reses, exceto suínos 10619 – Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz 10911 – Fabricação de produtos de panificação
Centro-Sul	10112 – Abate de reses, exceto suínos 10619 – Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz
Fronteira Oeste	10112 – Abate de reses, exceto suínos 10619 – Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz
Hortênsias	10929 – Fabricação de biscoitos e bolachas 10937 – Fabricação de produtos derivados do cacau, de chocolates e confeitos
Jacuí-Centro	10619 – Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz
Litoral	10619 – Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz 10911 – Fabricação de produtos de panificação
Metropolitano Delta do Jacuí	10996 – Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente
Missões	10414 – Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho
Noroeste Colonial	10627 – Moagem de trigo e fabricação de derivados
Norte	10694 – Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente 10996 – Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente
Produção	10660 – Fabricação de alimentos para animais
Serra	10121 – Abate de suínos, aves e outros pequenos animais 10333 – Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes
Sul	10112 – Abate de reses, exceto suínos 10201 – Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado

	10317 – Fabricação de conservas de frutas 10619 – Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz
Vale do Caí	10139 – Fabricação de produtos da carne
Vale do Rio Pardo	10112 – Abate de reses, exceto suínos
Vale do Taquari	10121 – Abate de suínos, aves e outros pequenos animais 10139 – Fabricação de produtos de carne 10520 – Fabricação de laticínios 10660 – Fabricação de alimentos para animais 10937 – Fabricação de produtos derivados do cacau, de chocolate e confeitos 10996 – Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente

Fonte: ZANIN (2013)

O território do COREDE Sul, do qual Pelotas faz parte, insere-se como um arranjo produtivo especializado na produção de gêneros alimentícios, especialmente no beneficiamento e fabricação de produtos do arroz, sendo uma dos territórios referenciais no setor, juntamente com os COREDES Campanha, Central, Centro-Sul, Fronteira Oeste Jacuí-Centro e Litoral. O beneficiamento de arroz será um dos 04 (quatro) APL's que configuram o COREDES Sul, ao lado do setor de abate de reses (exceto suínos), produção de produtos da pesca e de conservas de frutas.

A presença das APL's do setor alimentício no Rio Grande do Sul reflete o grau de relevância deste setor na economia industrial gaúcha. Fazendo um comparativo com os dados obtidos nos últimos anos, observa-se ainda o predomínio da industrialização alimentícia como o maior gerador de Valor de Transformação Industrial, ao lado de outros ramos tidos como “tradicional”, como a fabricação de produtos a partir de couros, destacando-se a confecção de calçados. Entretanto, percebe-se o crescimento de atividades com maior valor agregado e tecnológico, como o setor de fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, este mais que duplicando o seu VTI no quinquênio 2007-2011. Os dados da tabela a seguir, oriundos da PIA-IBGE, corroboram com as afirmações do parágrafo anterior.

Tabela 10 – Valor da Produção Industrial (VTI), segundo os grupos de atividades estruturados pelo CNAE, Estado do Rio Grande do Sul – 2002 a 2012, em mil reais e em porcentagem (%)

Atividades econômicas, conforme a CNAE 2.0	2007		2011	
	Mil Reais	%	Mil Reais	%
B Indústria extrativa	263.736	0,65	416.183	0,67

05 Extração de carvão mineral	95.257	0,23	122.838	0,20
06 Extração de petróleo e gás natural	-	-	-	-
07 Extração de minerais metálicos	-	-	-	-
08 Extração de minerais não-metálicos	162.875	0,40	293.345	0,47
09 Atividades de apoio à extração de minerais	-	-	-	-
C Indústria de transformação	40.272.145	99,35	61.572.403	99,33
10 Fabricação de produtos alimentícios	5.765.901	14,22	10.044.907	16,20
11 Fabricação de bebidas	1.296.768	3,20	1.993.335	3,22
12 Fabricação de produtos do fumo	2.070.176	5,11	2.556.691	4,12
13 Fabricação de produtos têxteis	345.077	0,85	616.556	0,99
14 Confecção de artigos do vestuário e acessórios	562.825	1,39	832.570	1,34
15 Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	3.356.066	8,28	4.808.847	7,76
16 Fabricação de produtos de madeira	758.215	1,87	685.481	1,11
17 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1.006.216	2,48	1.169.209	1,89
18 Impressão e reprodução de gravações	332.366	0,82	380.884	0,61
19 Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	891.224	2,20	419.099	0,68
20 Fabricação de produtos químicos	4.962.949	12,24	5.911.083	9,54
21 Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	126.713	0,31	177.047	0,29
22 Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	1.737.996	4,29	2.537.026	4,09
23 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	1.159.175	2,86	1.895.309	3,06
24 Metalurgia	1.370.331	3,38	1.840.752	2,57
25 Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	2.795.065	6,90	4.250.241	6,86
26 Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	792.399	1,95	895.682	1,44
27 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	763.126	1,88	1.360.975	2,20
28 Fabricação de máquinas e equipamentos	3.498.816	8,63	6.287.931	10,14
29 Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	3.947.020	9,74	8.001.863	12,91
30 Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	237.691	0,59	711.944	1,15
31 Fabricação de móveis	1.253.934	3,09	2.386.960	3,85
32 Fabricação de produtos diversos	710.323	1,75	1.141.965	1,84

33 Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	531.772	1,31	913.911	1,47
TOTAL	40.535.881	100,00	61.988.586	100,00

Fonte: PIA-IBGE. <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 01 jul. 2014.

A fabricação de produtos alimentícios segue como atividade predominante no Rio Grande do Sul, obtendo uma variação positiva neste período de 04 (quatro) anos, de 14,4% em 2007 para 16,2% no ano de 2011. Em termos absolutos, o crescimento de seu VTI foi da ordem de 74,12%. Ainda no mesmo tempo, veremos a redução na participação do VTI de ramos industriais significativos à economia gaúcha de couros e peles (de 8,28 para 7,76%), na fabricação de produtos químicos (12,24 para 9,54%) e fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (de 6,90 para 6,86%).

Quanto ao número de estabelecimentos existentes no Rio Grande do Sul no mesmo período, o grupo de Fabricação de Produtos Alimentícios apresenta como o segundo maior setor industrial no Estado, superado apenas pela “Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados”¹³.

Tabela 11 – Número de unidades locais no Rio Grande do Sul e porcentagem, segundo os grupos de atividades estruturados pelo CNAE, Estado do Rio Grande do Sul – anos 2007 e 2011

Atividades econômicas, conforme a CNAE 2.0	N. estabelecimentos		%	
	2007	2011	2007	2011
B Indústria extrativa	371	364	2,17	1,79
05 Extração de carvão mineral	12	8	0,07	0,04
06 Extração de petróleo e gás natural	-	-	-	-
07 Extração de minerais metálicos	3	-	0,02	-
08 Extração de minerais não-metálicos	355	356	2,08	1,75
09 Atividades de apoio à extração de minerais	1	-	0,01	-
C Indústria de transformação	16.709	19.995	97,83	98,21
10 Fabricação de produtos alimentícios	1.948	2.536	11,41	12,46
11 Fabricação de bebidas	209	218	1,22	1,07
12 Fabricação de produtos do fumo	42	44	0,25	0,22
13 Fabricação de produtos têxteis	281	384	1,65	1,89
14 Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1.094	1.579	6,41	7,76

¹³ Dentro deste grupo, destaca-se a “Fabricação de Calçados”, com maior predomínio de firmas instaladas no Nordeste Socioeconômico do Estado, precisamente nas regiões dos Vales dos Rios Taquari e dos Sinos.

15 Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	2.483	2.947	14,54	14,48
16 Fabricação de produtos de madeira	1.080	1.191	6,32	5,85
17 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	297	318	1,74	1,56
18 Impressão e reprodução de gravações	477	476	2,79	2,34
19 Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	12	32	0,07	0,16
20 Fabricação de produtos químicos	483	493	2,83	2,42
21 Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	54	57	0,32	0,28
22 Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	908	1.054	5,32	5,18
23 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	905	1,211	5,30	5,95
24 Metalurgia	201	250	1,18	1,23
25 Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1.877	2.443	10,99	12,00
26 Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	210	189	1,23	0,93
27 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	280	317	1,64	1,56
28 Fabricação de máquinas e equipamentos	1.160	1.298	6,79	6,38
29 Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	399	438	2,34	2,15
30 Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	36	44	0,21	0,22
31 Fabricação de móveis	1.486	1.477	8,70	7,25
32 Fabricação de produtos diversos	400	547	2,34	2,69
33 Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	387	452	2,27	2,22
TOTAL	17.080	20.359	100,00	100,00

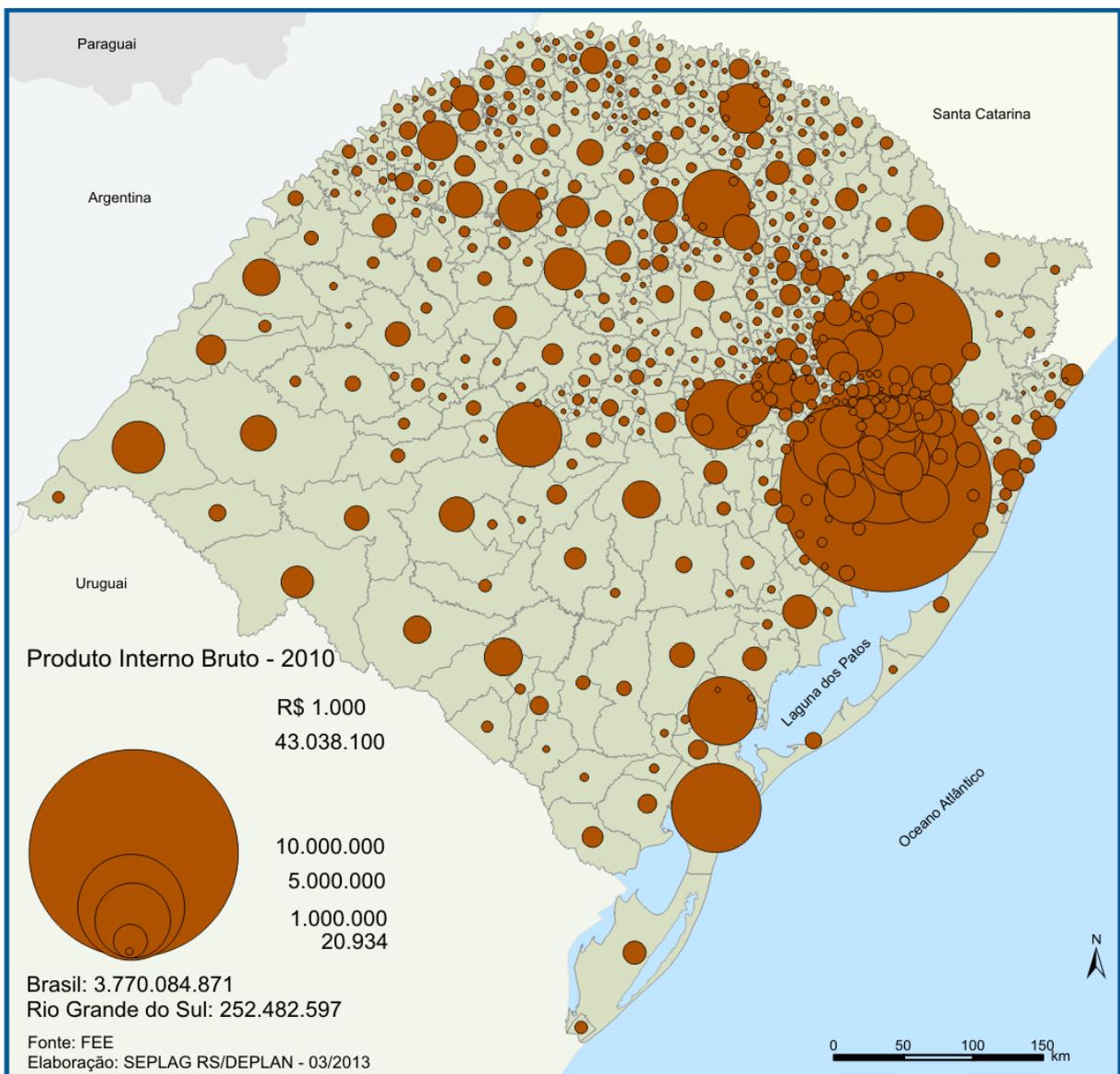
Fonte: SIDRA-IBGE. <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 01 jul. 2014.

Entre 2007 e 2011, o número de estabelecimentos de produtos alimentícios amplia a sua participação em relação ao total existente no estado, passando de 1.948 para 2.536 unidades, uma expansão da ordem de 30,18% no período. Este aumento leva à expansão relativa do setor, indo de 11,41% em 2007, para 12,46% em 2011.

De acordo com a FEE-RS, o valor do PIB gaúcho é estimado em torno de R\$ 277,7 bilhões. A maior parte deste vem do setor terciário, com cerca de 2/3 (dois terços) do total, seguido pela indústria, com pouco mais de ¼ (um quarto) e pela agricultura, com cerca de 8% (oito por cento).

As figuras a seguir demonstram a participação relativa de cada município gaúcho na geração do PIB. A figura 10, com dados de 2010, evidenciam a região nordeste, especialmente no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, como o território de maior volume do PIB no Estado, na qual estão localizadas as atividades com maior valor agregado.

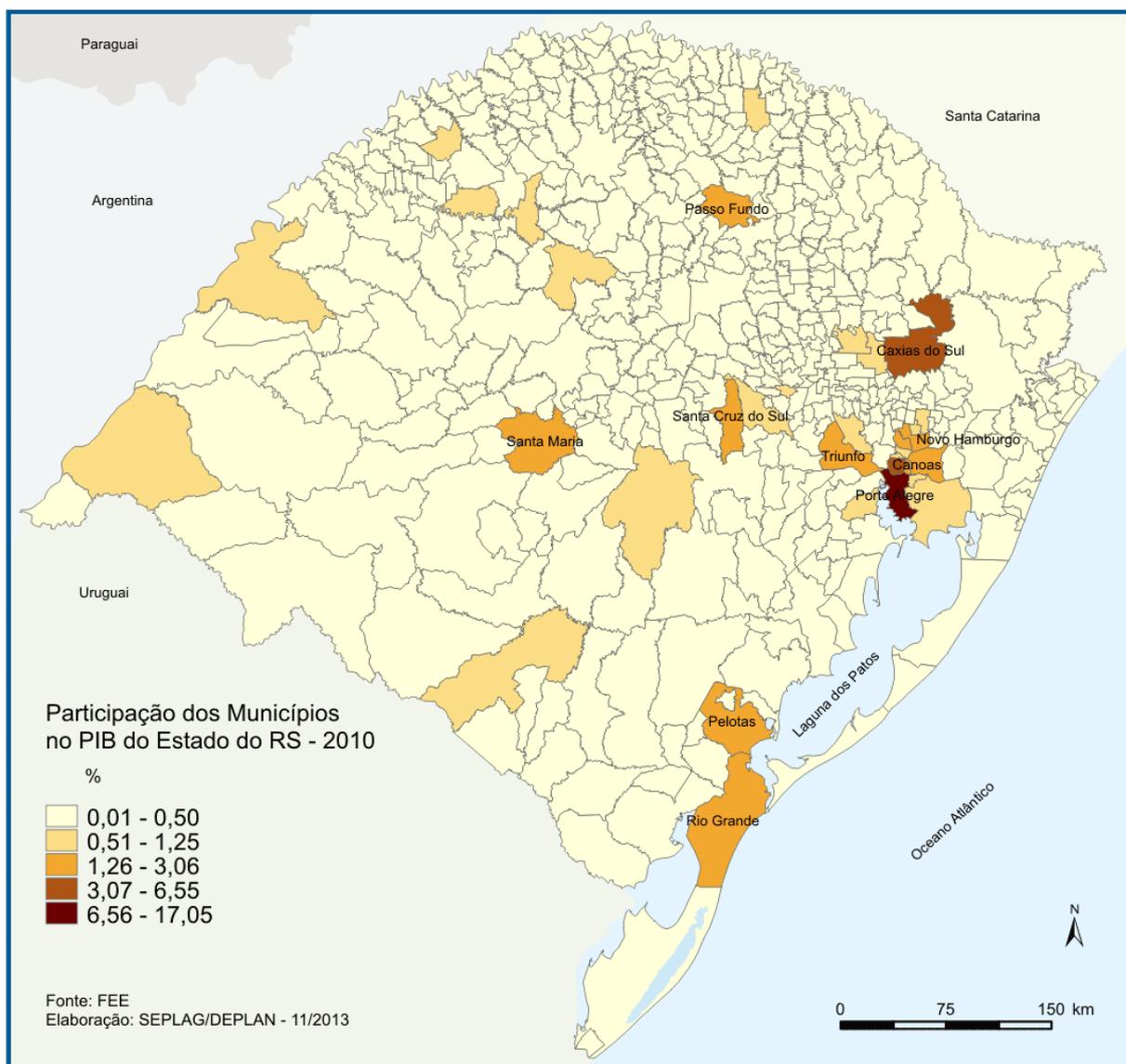
Figura 10 – Tamanho do PIB dos municípios do Rio Grande do Sul, ano 2010



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul

A participação por município na geração do PIB no Rio Grande do Sul acaba refletindo a concentração territorial das atividades econômicas de maior valor agregado em determinadas áreas. A próxima figura permite visualizar estes territórios.

Figura 11 – Participação dos municípios no PIB do Rio Grande do Sul, ano 2010



Fonte: Atlas Econômico do Rio Grande do Sul

Por ordem decrescente, os dez municípios com maior participação no PIB do Rio Grande do Sul são: Porto Alegre, Caxias do Sul, Canoas, Rio Grande, Gravataí, Passo Fundo, Triunfo, Novo Hamburgo, Pelotas e Santa Cruz do Sul. Estes municípios contribuíram com cerca de 45% (quarenta e cinco por cento) do total do PIB estadual, gerando cerca de R\$ 124,3 bilhões. A tabela a seguir demonstra o

valor total do PIB de cada um destes municípios, bem como de sua distribuição no VAB dos setores agropecuário, industrial e de serviços.

Tabela 12 – Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Bruto (PIB) dos 10 maiores municípios, segundo o PIB total do Rio Grande do Sul em 2012

Municípios	Produto Interno Bruto		Valor Adicionado Bruto – Estrutura (%)		
	Valor (R\$ 1000)	Participação (%) 2012	Agropecuária	Indústria	Serviços
Porto Alegre	48.002.209	17,29	0,06	13,36	86,58
Caxias do Sul	16.651.357	6,00	1,74	40,86	57,39
Canoas	14.856.173	5,35	0,03	23,58	76,40
Rio Grande	8.965.447	3,23	2,40	32,95	64,65
Gravataí	6.936.437	2,50	0,26	49,71	50,02
Passo Fundo	6.275.589	2,26	1,56	17,40	81,04
Triunfo	6.071.171	2,19	0,98	74,95	24,07
Novo Hamburgo	5.836.593	2,10	0,41	25,32	74,27
Pelotas	5.532.992	1,99	2,75	17,87	79,38
Santa Cruz do Sul	5.128.333	1,85	2,43	35,72	61,85
Total Municípios	124.256.302	44,75	-	-	-
Rio Grande do Sul	277.657.666	100,00	8,44	25,21	66,35

Fonte: FEE-RS

Em termos de participação no total do PIB gaúcho, Pelotas apresenta uma contribuição próxima a 2% (dois por cento), ficando na nona posição geral do estado com um PIB estimado em R\$ 5,5 bilhões. Comparando com os dados anteriores, a retração na fatia do indicador no Rio Grande do Sul é sensível, perdendo espaços para os polos territoriais a Nordeste, destacando-se Porto Alegre e Caxias do Sul. Também chama a atenção o desempenho da cidade de Triunfo, sétima colocada no ranking, que destaca-se como um polo petroquímico¹⁴.

Das dez maiores cidades, quatro apresentam uma porcentagem de participação do PIB industrial no total da cidade inferior à média gaúcha (25,21%).

¹⁴ A implantação do denominado Polo Petroquímico do Sul, na cidade de Triunfo-RS, dá-se no contexto de ações do Governo Estadual na década de 1970, inserindo-se no contexto dos investimentos empreendidos pelo regime militar no ramo petroquímico em todo o território nacional. Atualmente são cinco as empresas presentes no polo: Braskem, Innova, Lanxess, Oxiteno e White Martins. Emprega cerca de 6.300 (seis mil e trezentos) funcionários ao todo na produção de nafta, matéria-prima usada para a cadeia de produção de eteno, propeno, butadieno e outros produtos pelas Unidades de Petroquímicos Básicos, que serão posteriormente transformados em outras matérias-primas – como polietileno e borracha sintética –, a serem distribuídas por outras empresas de transformação.

Pelotas apresenta um dos mais baixos índices de industrialização, de apenas 17,87% do total de seu PIB gerado. Porém, analisando o comparativo com outros municípios o seu peso industrial é superior à da capital, esta contando com 13,36%.

Os valores mencionados mostram a dinâmica econômica presente em cada um destes municípios. Todos eles tem um PIB setorial agrícola em seus municípios bastante inferior à média estadual, sendo cifras praticamente desprezíveis em Porto Alegre (0,06%) e em Canoas (0,03%). Destes dez municípios, Pelotas é o que conta com uma participação maior do setor primário, ligeiramente superior a Santa Cruz do Sul (2,43%) e Rio Grande (2,40%). Mesmo assim, o índice fica distante da média gaúcha, que é de 8,44% no período.

Com o lançamento destes dados gerais, ainda que possam parecer superficiais à primeira análise, permite-nos alguns direcionamentos, quanto: à especialização produtiva dos territórios no Rio Grande do Sul; o destaque de Pelotas como um polo de beneficiamento de arroz na D.T.T no Estado; e a ideia um tanto equivocada do processo de desindustrialização que esta cidade estaria passando a partir dos anos 1980, mesmo com todos os indicadores demonstrando uma redução na participação do PIB gaúcho.

4.3 A indústria alimentícia em Pelotas na D.T.T. do Rio Grande do Sul

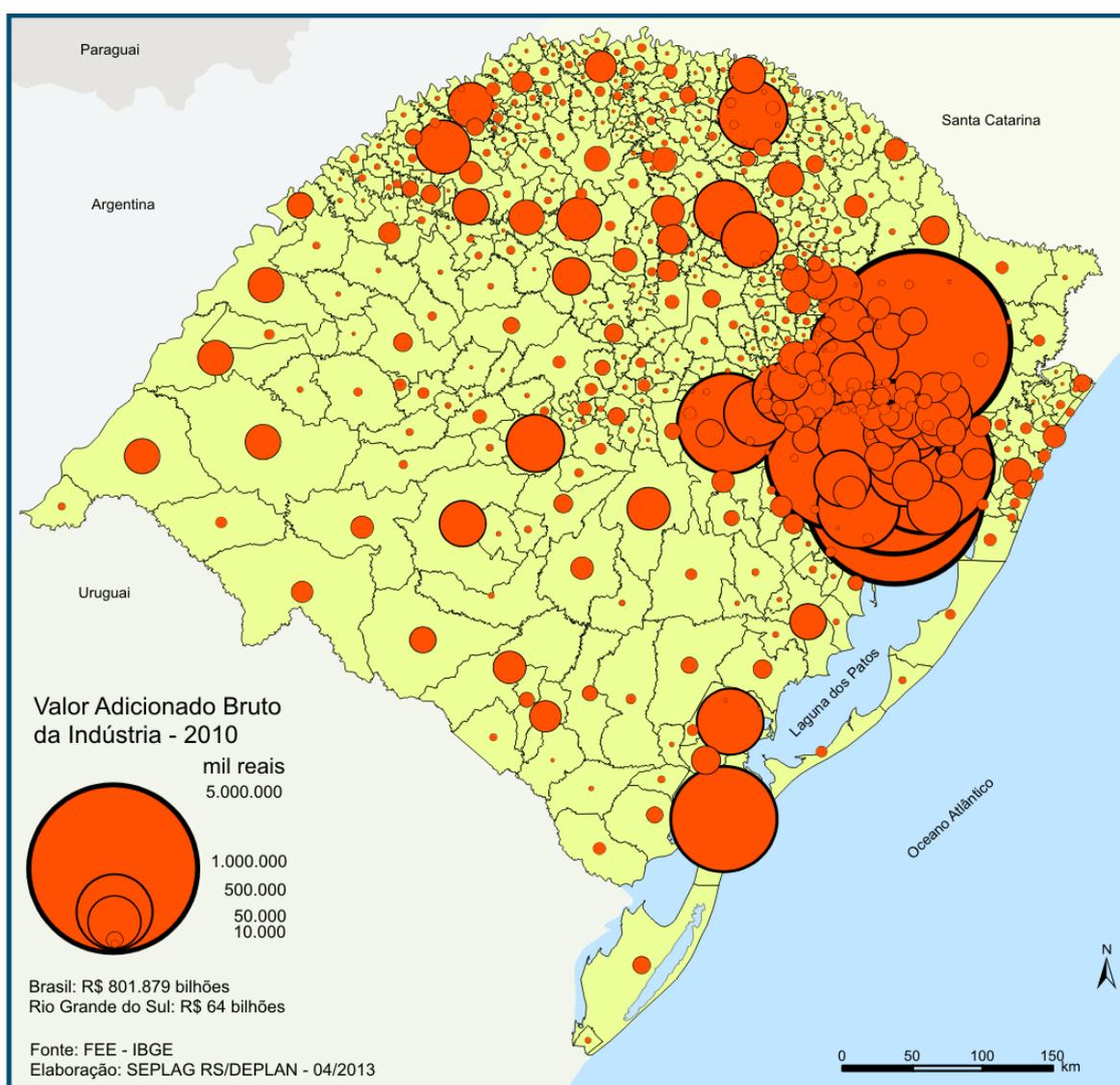
Ratificando o que foi desenvolvido até o presente momento, Pelotas insere-se dentro da organização pecuarista-charqueadora, pautada no desenvolvimento da grande propriedade, voltada à criação de gado bovino na produção de charque e couros, para atenderem ao mercado nacional. A primeira D.T.T., vinculada às atividades agropastoris, repercute no papel a ser desempenhado pela mesma na Divisão Territorial do Trabalho no Rio Grande do Sul.

Em função das dificuldades relacionadas com a falta de inovação tecnológica, a dependência de mercados externos ao local e a baixa competitividade das indústrias pelotenses com corporações de capital nacional e externo, Pelotas apresenta uma perda na participação do Valor Adicionado Bruto (VAB) de sua

indústria, ao menos em comparação com a região Nordeste – eixo Porto Alegre-Caxias do Sul.

A figura sobre o Valor Adicional Bruto da Indústria de 2010 constata esta realidade. Enquanto que a maior parte desta riqueza advém do território mais industrializado, Pelotas vem perdendo posições inclusive para o vizinho Rio Grande e Triunfo, este município localizado na “Região Carbonífera”¹⁵ do Estado, destacando-se nos ramo petroquímico.

Figura 12 – Valor Adicionado Bruto da Indústria, por Município, no Rio Grande do Sul, ano 2010



¹⁵A denominada “Região Carbonífera” localiza-se na porção centro-oriental do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma área instalada em uma porção sedimentar de origem Paleozóica – denominada Depressão Central, conhecida historicamente pela existência de jazidas de carvão mineral, bastante exploradas ao longo do século XX. A “Região Carbonífera” engloba os municípios de Charqueadas, São Jerônimo, Butiá, General Câmara, Vale Verde, Arroio dos Ratos.

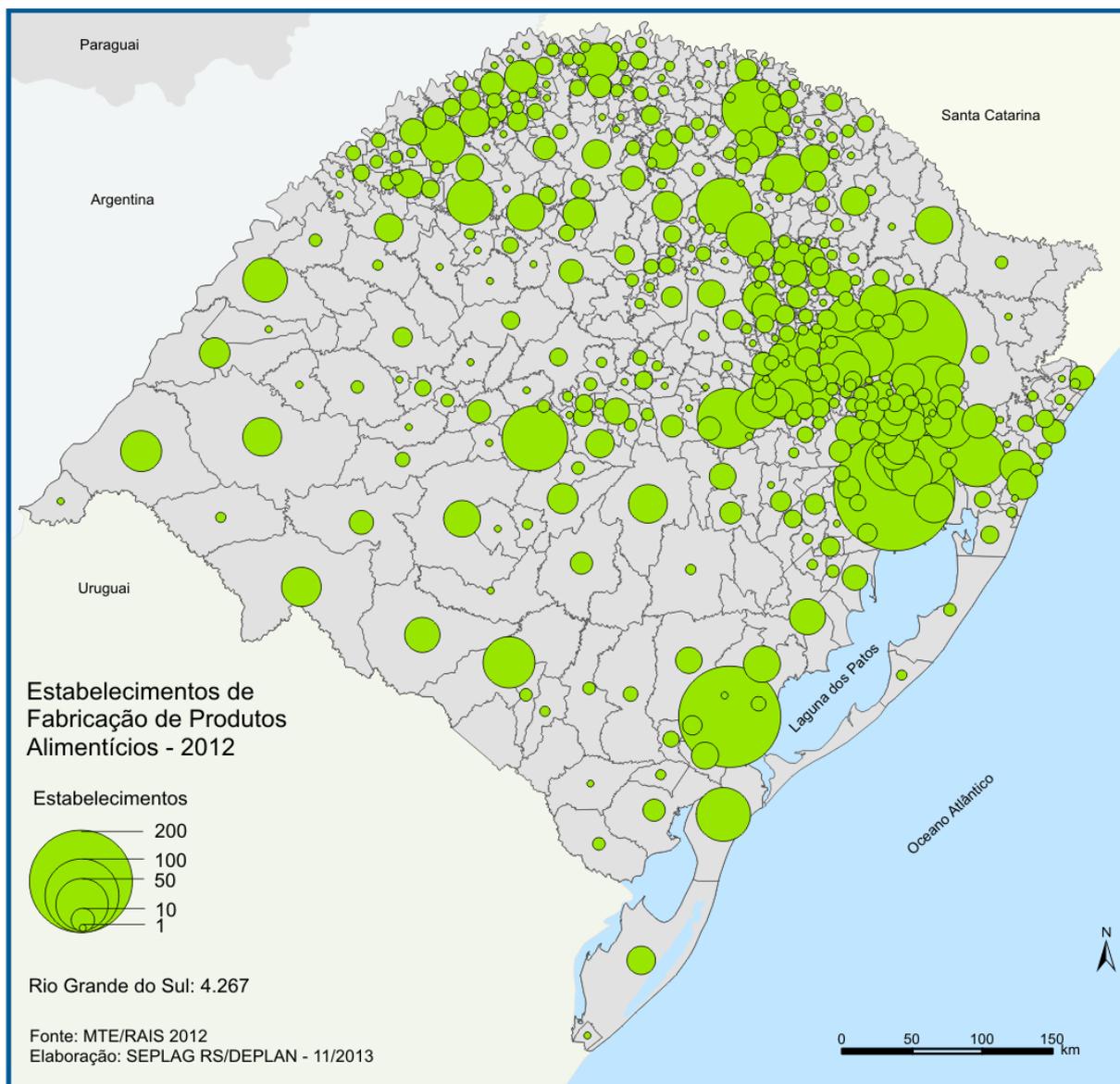
No que tange à localização industrial da indústria alimentícia do Rio Grande do Sul, entretanto, percebe-se uma distribuição territorial mais equilibrada. O Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul aponta que cerca de 400 dos 497 municípios gaúchos apresenta, ao menos, uma indústria alimentícia dentro de seus limites.

A primeira vista, isto permite concluir que ocorre uma desindustrialização no município. Não obstante, ao analisar a configuração territorial da indústria de produtos alimentícios, nota-se que a tendência não é exatamente esta. Ao contrário, Pelotas se demonstra como um polo importante no ramo, acontecendo uma especialização produtiva dentro desta indústria de transformação.

A figura seguinte demonstra a distribuição do número de estabelecimentos industriais de produtos alimentícios do Rio Grande do Sul. Nota-se que a participação de Pelotas é bastante significativa, sendo então considerada como um dos polos principais, ao lado do eixo Porto Alegre – Caxias do Sul, totalizando cerca de 15% da quantidade de unidades fabris totais no Estado.

Apesar das mudanças no perfil tecnológico da industrialização gaúcha nas últimas décadas, algumas das características da Formação Econômica e Social permanecem visíveis. Quanto a Pelotas, se mantém como um dos principais polos de industrialização alimentícia do Estado, sendo o principal no sul do Estado, com um número de estabelecimentos superior a de determinados municípios, como Rio Grande, cujo PIB municipal é superior.

Figura 13 – Número de estabelecimentos de fabricação de produtos alimentícios, ano 2012

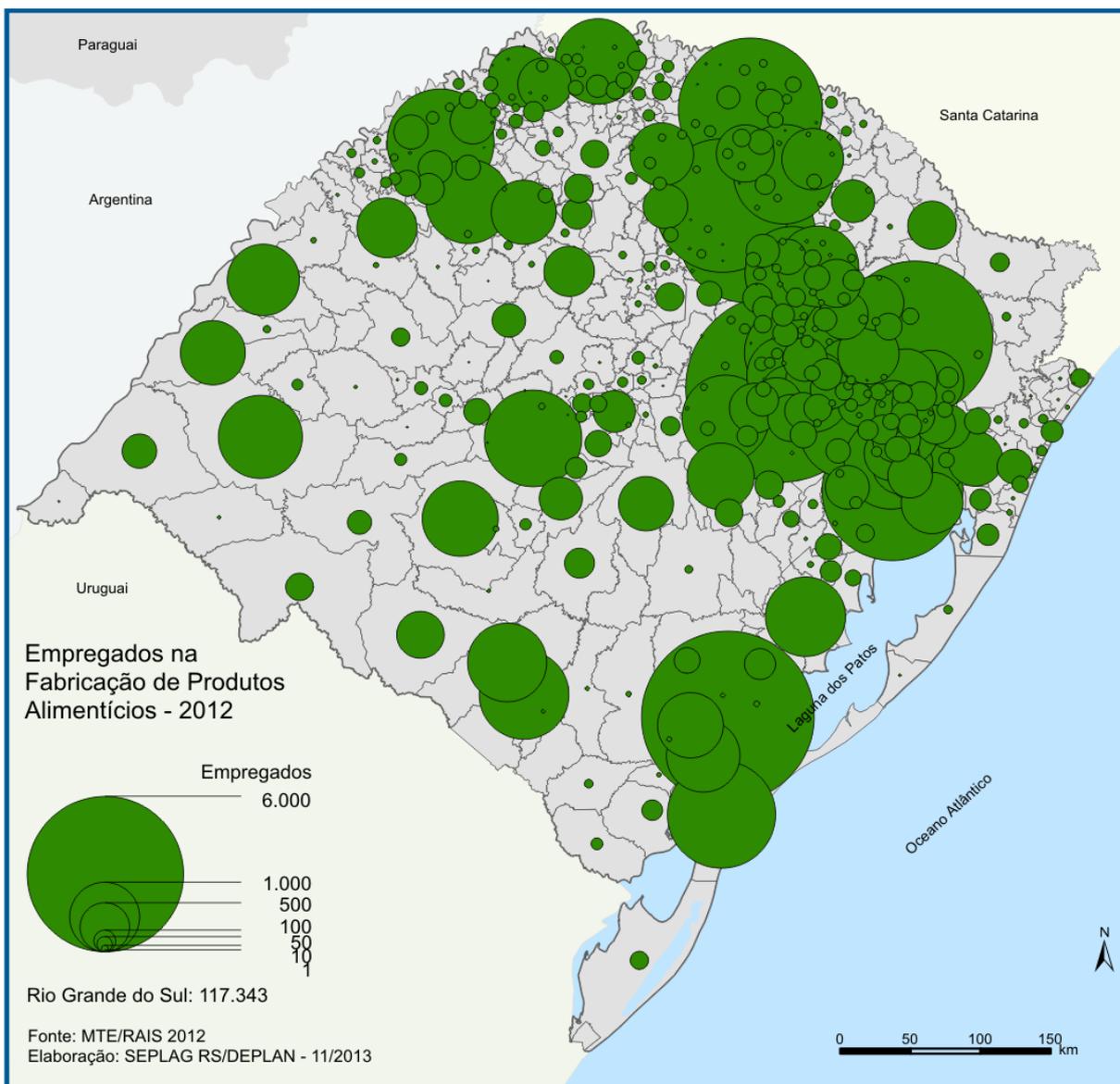


Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

Esta situação demonstra que Pelotas, quanto à participação industrial, mantém-se em uma especialização produtiva dentro da divisão territorial do trabalho desenhada no Rio Grande do Sul, voltada para o beneficiamento da matéria-prima de origem agropecuária.

Na análise quanto ao número de empregados na indústria alimentícia, os dados são mais pertinentes: por apresentar uma cadeia produtiva com maior emprego de mão-de-obra, em relação às outras matrizes, observamos o uso maciço de trabalhadores nas empresas. Conforme constatado na figura seguinte.

Figura 14 – Número de empregados na fabricação de produtos alimentícios, ano 2012



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

Conforme o Cadastro das Indústrias da FIERGS, ano 2014, Pelotas conta com 95 (noventa e cinco) empreendimentos industriais instalados, inseridos como “Indústria de Transformação” pela metodologia do CNAE. Deste total de indústrias cadastradas, 41 (quarenta e uma) delas trabalham com o processamento de produtos alimentícios, sendo o maior ramo industrial estruturado no município, representando cerca de 43% (quarenta e três por cento) do total das indústrias existentes. A tabela 04 traz uma síntese das indústrias de transformação em Pelotas, em conformidade com a estrutura estabelecida pela CNAE.

Tabela 13 – Número de estabelecimentos cadastrados em Pelotas pela FIERGS, por Divisão da Seção “C” Indústria de Transformação – CNAE/IBGE

Divisões da Indústria de Transformação	Número de estabelecimentos	%
10 Fabricação de produtos alimentícios	41	43,16
14 Confecção de artigos do vestuário e acessórios	3	3,16
15 Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	3	3,16
16 Fabricação de produtos de madeira	2	2,11
18 Impressão e reprodução de gravações	5	5,26
20 Fabricação de produtos químicos	1	1,05
21 Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	1	1,05
22 Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	2	2,11
23 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	8	8,42
24 Metalurgia	2	2,11
25 Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	5	5,26
26 Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	3	3,16
27 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2	2,11
28 Fabricação de máquinas e equipamentos	10	10,53
29 Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	3	3,16
32 Fabricação de produtos diversos	2	2,11
33 Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	2	2,11
Total de estabelecimentos	95	100,00

Fonte: Cadastro das Indústrias FIERGS (2014)

O quadro abaixo apresenta a relação das empresas do setor alimentício existentes hoje em Pelotas, bem sua classificação dentro da estrutura padronizada pela CNAE.

Quadro 15 – Relação de indústrias alimentícias em Pelotas e sua respectiva inserção na divisão “Fabricação de Produtos Alimentícios” – CNAE/IBGE

Empresa	Classificação CNAE
Angelo Auricchio Companhia Ltda.	1031700 Fabricação de conservas de frutas
Barz & Cia. Ltda.	1061901 Beneficiamento de arroz
Bonsul Ind e Com de Carnes e Derivados Ltda.	1012103 Frigorífico, abate de suínos
Cerealle Ind e Com de Cereais	1061902 Fabricação de produtos do arroz

Cerealle Tecnologia em Alimentos Ltda.	1061902 Fabricação de produtos do arroz
Conservas Oderich S/A.	1031700 Fabricação de conservas de frutas
Coop Arrozeira Extremo Sul Ltda.	1061901 Beneficiamento de arroz
Coop Sul Riograndense de Laticínios Ltda.	1052000 Fabricação de laticínios
Delta Com e Ind Ltda.	1061901 Beneficiamento de arroz
Edemar Bohm Norenberg	1099699 Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
Efegê Armazenamento Transp de Cargas e Admin de Bens Ltda.	1061902 Fabricação de produtos do arroz
Ehlert Ind Com Ltda.	1061901 Beneficiamento de arroz
Engenho São Joaquim Ind e Com Ltda.	1061901 Beneficiamento de arroz
Fragole Produtos Alimentícios Ltda.	1031700 Fabricação de conservas de frutas
Frigorífico Bonna Carne Ltda.	1011201 Frigorífico – abate de bovinos
Frigorífico Castro Ltda.	1012103 Frigorífico – abate de suínos
Frigorífico do Salso Ltda.	1011201 Frigorífico – abate de bovinos
Frigorífico Famile Ltda.	1011201 Frigorífico – abate de bovinos
Frigorífico Miramar Ltda.	1011202 Frigorífico – abate de equinos
Frigorífico Roloff Ltda.	1011201 Frigorífico – abate de bovinos
Golden Peach Ind. Com. de Produtos Alimentícios Ltda. EPP	1031700 Fabricação de conservas de frutas
Icalda Indústria de Conservas Alimentícias Leon Ltda.	1031700 Fabricação de conservas de frutas
Indústria de Alimentos Prolazer Ltda. ME	1091101 Fabricação de produtos de panificação industrial
Indústria de Conservas Schramm Ltda.	1031700 Fabricação de conservas de frutas
Irgovel Indústria Riograndense de Óleos Vegetais Ltda.	1042200 Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho
Irmãos Ruivo Ltda.	1091101 Fabricação de produtos de panificação industrial
Josapar Joaquim Oliveira S/A. Participações ¹⁶	1061901 Beneficiamento de arroz
Krolow e Cia. Ltda.	1061901 Beneficiamento de arroz
Luiz Antonio Vieira Coelho EPP	1053800 Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis
Nelson Wendt Cia. Ltda.	1061901 Beneficiamento de arroz
Produtos Alimentícios Orlândia S/A. Com. Ind.	1061901 Beneficiamento de arroz
Rubens Perleberg & Cia. Ltda.	1061901 Beneficiamento de arroz
Valdir Behling Bergmann	1013901 Fabricação de produtos de carne

Fonte: Cadastro das Indústrias FIERGS (2014)

Dentre as indústrias alimentícias levantadas pela FIERGS, predomina o processamento e beneficiamento do arroz, com o total de treze empresas montadas, seguidas pelos frigorífico (sete estabelecimentos), indústrias de conservas (seis) e empresas de panificação industrial e de produtos de padaria e confeitaria (sete unidades).

¹⁶As empresas Josapar Joaquim Oliveira S/A. Participações e Nelson Wendt Cia. Ltda. apresentam duas unidades produtivas em Pelotas, sendo ambas especializadas no beneficiamento de arroz. Em função disto, e considerando o procedimento metodológico adotado na dissertação, contamos

Ao avaliar estes dados referentes ao número de estabelecimentos, percebe-se que a especialização pelotense como uma “cidade dos alimentos” é significativa, sendo sua organização industrial é um reflexo de toda a formação econômica e social, levando Pelotas a assumir o seu papel na Divisão Territorial do Trabalho. Embora a maior parte de seu PIB venha do setor terciário, a industrialização alimentícia em Pelotas ainda vem a destacar-se como um elemento importante em escala local, especialmente naqueles ramos tradicionais que caracterizaram a industrialização pelotense a partir de sua origem, como o beneficiamento de carnes e conservas.

Tal cadeia produtiva apresenta uma inovação e valor tecnológico considerados “baixos”, com rendimentos inferiores aos obtidos em territórios industriais mais dinâmicos no Estado, principalmente o Nordeste. Mas, os índices demonstrados apontam que não há necessariamente uma desindustrialização em Pelotas, apesar do fechamento de várias unidades a partir da década de 1980. Defende-se, sim, uma reestruturação produtiva na indústria pelotense, com o ramo alimentício despontando como um agente propulsor da especialização produtiva desta cidade, em relação ao Estado.

4.4 A industrialização de arroz em Pelotas na D.T.T. do Rio Grande do Sul

Desenvolvida desde o início do século XX, o beneficiamento de arroz será um setor que não somente “sobreviverá” à reestruturação produtiva enfrentada em Pelotas a partir da década de 1980, como assumirá um papel bastante relevante na economia local e regional.

Um dos dados que demonstram a importância territorial da indústria arrozeira é quanto ao número de estabelecimentos que Pelotas apresenta. De acordo com a RAIS 2013, a cidade apresenta o maior número de unidades produtivas, não somente do Brasil, como também de todo o território nacional. De um total de 947 (novecentos e quarenta e sete) estabelecimentos encontrados neste sistema, 44 (quarenta e quatro) encontram-se em Pelotas.

A seguinte tabela apresenta os maiores municípios brasileiros com estabelecimentos de beneficiamento e fabricação do arroz tendo, ao menos, 10 (dez) unidades instaladas dentro de seus limites territoriais:

Tabela 14 – Relação de municípios brasileiros com maior número de estabelecimentos de beneficiamento e fabricação de arroz

Município	UF	Nº estabelecimentos
1. Pelotas	RS	44
2. São Borja	RS	21
3. Santa Maria	RS	16
4. Santo Antônio da Patrulha	RS	16
5. Ji-Paraná	RO	15
6. Várzea Grande	MT	14
7. Boa Vista	RR	11
8. Itaqui	RS	11
9. Uruguaiana	RS	11
10. Uberlândia	MG	10
11. Jacinto Machado	SC	10
Demais municípios brasileiros	-	768
Total	-	947

Fonte: RAIS 2013

O estado do Rio Grande do Sul ocupa as primeiras posições em relação ao número de estabelecimentos arroseiros. Chama a atenção para o fato de que, destes 11 (onze) municípios com maior número de estabelecimentos, 06 (seis) estão localizados no Rio Grande do Sul, sendo que os 04 (quatro) primeiros colocados da lista estão neste estado. A tabela a seguir, também montada nas informações coletadas na RAIS, nos dão a relação no total das UF's:

Tabela 15 – Distribuição dos estabelecimentos de beneficiamento e fabricação de arroz, por UF

UF	Nº estabelecimentos	%
1. Rio Grande do Sul	311	32,84
2. Mato Grosso	95	10,03
3. Santa Catarina	81	8,55
4. São Paulo	79	8,34
5. Paraná	66	6,97
6. Minas Gerais	42	4,44

7. Goiás	39	4,12
8. Rondônia	31	3,27
9. Maranhão	31	3,27
10. Tocantins	29	3,06
11. Mato Grosso do Sul	25	2,64
12. Piauí	20	2,11
13. Ceará	19	2,01
14. Pará	18	1,90
15. Pernambuco	15	1,58
16. Roraima	11	1,16
17. Bahia	10	1,06
18. Rio de Janeiro	7	0,74
19. Acre	3	0,32
20. Paraíba	3	0,32
21. Sergipe	3	0,32
22. Distrito Federal	3	0,32
23. Amazonas	2	0,21
24. Alagoas	2	0,21
25. Rio Grande do Norte	1	0,11
26. Espírito Santo	1	0,11
Total	947	100,00

Fonte: RAIS 2013

Sem embargo, trazemos a tabela a seguir, que mostra a relação das 50 maiores indústrias beneficiadoras de arroz no estado do Rio Grande do Sul no ano de 2013, em conformidade com o IRGA. A empresa Camil Alimentos S. A. desponta como líder na produção, com cerca de 15,5 milhões (quinze milhões e quinhentos mil) de sacos de 50 kg beneficiados, o que corresponde a quase 13% (treze por cento) do total gerado:

Tabela 16 – 50 maiores indústrias de arroz no Rio Grande do Sul – ranking de beneficiamento

Indústrias	Un.	Cidades	Sacos 50 kg	Ton.	%.
1. Camil Alimentos S. A.	04	Camaquã, Itaqui, Rio Grande, Cachoeirinha	15.576.128	778.806	12,98
2. Josapar – Joaquim Oliveira S. A. Participações	02	Pelotas, Itaqui	11.268.956	563.448	9,39
3. Pirahy Alimentos Ltda.	02	São Borja	6.962.875	348.144	5,80

4. Urbano Agroindustrial Ltda.	01	São Gabriel	3.969.681	198.484	3,31
5. SLC Alimentos S. A.	01	Capão do Leão	3.890.597	194.530	3,24
6. Coop Arrozeira Extremo Sul Ltda.	02	Pelotas, Camaquã	3.580.299	175.415	2,92
7. Nelson Wendt & Cia. Ltda.	01	Pelotas	3.365.235	168.262	2,81
8. Pileco & Cia. Ltda.	01	Alegrete	3.075.277	153.764	2,56
9. Cooperativa Agroindustrial Alegrete Ltda.	01	Alegrete	2.790.031	139.502	2,33
10. Cooperativa Tritícola Sepeense Ltda.	04	São Sepé, Restinga Seca, Formigueiro, São Pedro do Sul	2.686.744	134.337	2,24
11. Santa Lucia S. A.	03	Camaquã	2.351.280	117.564	1,96
12. Dickow & Cia. Ltda.	01	Agudo	2.329.983	116.499	1,94
13. Engenho A. M. Ltda.	01	Eldorado do Sul	2.205.860	110.293	1,84
14. Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado	01	Santo Antônio da Patrulha	2.143.956	107.198	1,79
15. Arrozeira Pelotas Ind. e Com. de Cereais Ltda.	01	Pelotas	2.091.208	104.560	1,74
16. Coradini Alimentos Ltda.	02	Dom Pedrito, Bagé	1.886.494	94.325	1,57
17. CDA – Comp. de Distribuição Araguaia	02	Tapes	1.611.693	80.585	1,34
18. Engenho Coradini Ltda.	02	Dom Pedrito	1.586.740	79.337	1,32
19. Lineu Pinzon	01	Sertão Santana	1.551.744	77.587	1,29
20. Marzari Alimentos Ltda.	01	Santa Maria	1.493.572	74.679	1,24
21. Cotrijuí – Cooperativa Agropecuária & Industrial	01	Ijuí	1.335.997	66.800	1,11
22. Camera Agroalimentos S. A.	01	São Borja	1.328.892	66.445	1,11
23. Guacira Alimentos Ltda.	01	Uruguaiana	1.122.079	56.104	0,94
24. Arrozeira Sepeense S. A.	02	São Sepé, Formigueiro	1.007.587	50.379	0,84
25. Cereais Peger Ltda.	01	Mata	1.001.117	50.056	0,83
26. Cooperativa Arrozeira Palmares Ltda.	01	Palmares do Sul	976.135	48.807	0,81
27. Rosina Indústria, Transporte e Comércio de Cereais	01	Sertão Santana	924.673	46.234	0,77
28. Cooperativa dos Agricultores de Plantio Direto Ltda.	02	Eldorado do Sul	909.602	45.480	0,76
29. Importadora e Exportadora de Cereais S. A.	01	Lajeado	895.079	44.765	0,75

30. Arroz Demello Ltda.	01	Santo Antonio da Patrulha	844.679	44.734	0,75
31. Arrozeira Bom Jesus Ltda.	01	Camaquã	840.374	42.019	0,70
32. Cooperativa Triticola Caçapavana Ltda.	01	Caçapava do Sul	806.411	40.321	0,67
33. Coarroz – Cooperativa Agroindustrial Rosarlense	01	Rosário do Sul	802.806	40.140	0,67
34. Arrozeira Adib Peixoto Ltda.	01	Capão do Leão	797.598	39.880	0,66
35. Cerealista Coradini Ltda.	01	Bagé	779.945	38.997	0,65
36. Cerealista Polisul Ltda.	01	Pelotas	777.185	38.859	0,65
37. Produtos Alimentícios Orlândia S. A. Comércio Indústria	01	Pelotas	730.659	36.533	0,61
38. Cerealista Albaruska Ltda.	01	São Borja	700.616	35.031	0,58
39. Codil Alimentos Ltda.	01	Capivari do Sul	686.589	34.329	0,57
40. Coparroz – Cooperativa Agroindustrial Rio Pardo	01	Rio Pardo	678.821	33.941	0,57
41. Genesio Ceolin & Cia. Ltda.	01	Bagé	678.406	33.920	0,57
42. Agrocuri Ind. e Com. de Cereais Ltda.	01	Pelotas	665.950	33.298	0,56
43. Ceolin & Cia. Ltda.	01	Bagé	662.418	33.121	0,55
44. Cooperativa Agrícola Imembuy Ltda.	01	São Borja	652.471	32.624	0,54
45. Cerealista Obelisco Ltda.	01	Pelotas	637.180	31.859	0,53
46. J. Figuera & Cia. Ltda.	01	Santa Maria	612.072	30.604	0,51
47. Alfredo A. Treichel & Cia. Ltda.	01	Cachoeira do Sul	589.578	29.479	0,49
48. ADB Alimentos Ltda.	01	São Lourenço do Sul	574.907	28.745	0,48
49. Cooperativa Triticola de Espumoso Ltda.	02	Espumoso	538.785	26.919	0,45
50. Raroz Agroindustrial do Sul Ltda.	01	Itaqui	529.807	26.490	0,44
Total beneficiado no ranking das 50 maiores	67	-	100.484.771	5.024.239	83,76
Demais indústrias	158	-	19.483.338	974.166	16,24
Total	225	-	119.968.109	5.998.405	100

Fonte: Divisão Financeira e Contábil/Taxa CDO. Elaboração: Seção de Política Setorial – IRGA.
<http://www.irga.rs.gov.br/upload/20140604150639ranking_benf_2013_versao_final.pdf>. Acesso em:
06 dez. 2014.

Assim, destas 67 (sessenta e sete) maiores unidades registradas pelo IRGA, Pelotas aparece com 08 (oito) estabelecimentos, seguido por outros municípios. Segue-se a tendência da modernização e monopolização no beneficiamento do arroz. Ainda que tenha acontecido um crescimento lento na participação destas 50 maiores empresas em relação a 2012, nota-se que estas tratam 83,76% (oitenta e três por cento e setenta e seis centésimos) do total de arroz colhido no estado.

Outro dado relevante é a diminuição no número de estabelecimentos observada neste período, indo-se de 230 (duzentas e trinta) em 2012, para 225 (duzentas e vinte e quatro) empresas atualmente. Isto indica uma tendência à centralização e monopólio de determinadas empresas no mercado de arroz beneficiado, assim como nos territórios onde estas se localizam. Sob este ângulo, Pelotas é considerado um dos principais polos beneficiadores de arroz do Rio Grande do Sul, tanto em quantidade de estabelecimentos, quanto no VTI gerado. E outro dado que reforça a divisão territorial do trabalho que possui no estado é quanto ao total de beneficiamento de arroz por município. No somatório, a cidade é líder estadual, contribuindo com cerca de 14,5% da produção (pouco superior a 17,4 milhões de sacos de 50 kg em casca), seguida de perto por Itaqui (12,4%), Camaquã (9,8%), São Borja (9,7%) e Alegrete (5,1%). Estas cidades, em conjunto, foram responsáveis por 51,4% do montante beneficiado no Rio Grande do Sul. A tabela a seguir mostra a relação do beneficiamento de arroz por município gaúcho, com dados coletados pelo IRGA:

Tabela 17 – Ranking dos 25 maiores municípios por beneficiamento de arroz do Rio Grande do Sul:
sacos de 50 kg

Cidade	Saco 50 kg em casca	Part. %
1. Pelotas	17.433.387	14,53
2. Itaqui	14.902.533	12,42
3. Camaquã	11.755.652	9,80
4. São Borja	11.596.000	9,67
5. Alegrete	6.160.586	5,14
6. Santo Antônio da Patrulha	4.920.240	4,10
7. Dom Pedrito	4.725.911	3,94
8. Capão do Leão	4.689.105	3,91
9. São Gabriel	3.973.046	3,31
10. Sertão Santana	2.858.925	2,38

11. Uruguaiana	2.812.681	2,34
12. Agudo	2.752.441	2,29
13. Santa Maria	2.685.036	2,24
14. Bagé	2.613.492	2,18
15. São Sepé	2.331.464	1,94
16. Eldorado do Sul	2.205.860	1,84
17. Rio Pardo	1.573.900	1,31
18. Rio Grande	1.540.955	1,28
19. Cachoeira do Sul	1.519.472	1,27
20. Tapes	1.410.514	1,18
21. Capivari do Sul	1.079.718	0,90
22. Restinga Seca	1.042.847	0,87
23. São Pedro do Sul	1.038.603	0,87
24. Palmares do Sul	1.030.013	0,86
25. Mata	1.001.117	0,83
26. Demais municípios	10.314.611	8,60
27. Total	119.968.109	100,00

Fonte: IRGA

A atuação de Pelotas como polo de beneficiamento de arroz em escala regional mostra-se relevante. Mas, em relação à indústria pelotense como um todo, as empresas arroseiras apresentam este destaque? Devemos apresentar que, com a reestruturação apresentada em Pelotas pós-1980, enfatizamos que os seus estabelecimentos tradicionais sofreram uma decadência que culminou o seu fechamento. Contudo, observa-se que não ocorre o mesmo na indústria arroseira, tendo-se em vista o seu peso significativo na geração de empregos feita no setor industrial.

Dentro da indústria da transformação, chegamos a geração de 8.795 (oito mil, setecentos e noventa e cinco) postos de trabalho no setor. Com base nas informações levantadas pela RAIS, a tabela 18 aponta para o número de empregos gerados por estas empresas, distribuídas de acordo com as divisões implantadas pelo CNAE-IBGE.

Tabela 18 – Número de empregados gerados nas indústrias de transformação em Pelotas, conforme as divisões estabelecida pelo CNAE-IBGE

Divisão CNAE	Quantidade	%
Fabricação de produtos alimentícios	5.104	58,03

Fabricação de bebidas	107	1,22
Fabricação de produtos têxteis	19	0,22
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	236	2,68
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	73	0,83
Fabricação de produtos de madeira	99	1,13
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	3	0,03
Impressão e reprodução de gravações	96	1,09
Fabricação de produtos químicos	42	0,48
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	34	0,39
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	110	1,25
Fabricação de produtos minerais não-metálicos	584	6,64
Metalurgia	48	0,55
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	340	3,87
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	148	1,68
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	106	1,21
Fabricação de máquinas e equipamentos	296	3,37
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	102	1,16
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	164	1,86
Fabricação de móveis	136	1,55
Fabricação de produtos diversos	597	6,79
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	351	3,99
Total	8.795	100,00

Fonte: RAIS 2013

A maior parte dos empregos gerados pelos estabelecimentos industriais em Pelotas vem do setor de fabricação de produtos alimentícios, no qual encontramos pouco mais de 05 (cinco) mil trabalhadores em atividade no presente período, correspondendo a 58% (cinquenta e oito por cento) do total de empregados. A tabela seguinte, coletada no RAIS, demonstra que a indústria de beneficiamento de

arroz é a que apresenta o maior índice, com aproximadamente 43% (quarenta e três por cento) desta divisão seguida pela fabricação de conservas de frutas.

Tabela 19 – Número de empregos gerados nas indústrias de fabricação de produtos alimentícios em Pelotas, conforme as subclasses estabelecidas pelo CNAE-IBGE

Subclasse CNAE	Quantidade	%
Abate de reses, exceto suínos	299	5,86
Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	213	4,17
Fabricação de produtos de carne	6	0,12
Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado	8	0,16
Fabricação de conservas de frutas	1.198	23,47
Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes	3	0,06
Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	220	4,31
Fabricação de laticínios	1	0,05
Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	98	1,92
Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz	2.198	43,06
Fabricação de alimentos para animais	26	0,51
Torrefação e moagem de café	4	0,08
Fabricação de produtos de panificação	274	5,37
Fabricação de biscoitos e bolachas	305	5,98
Fabricação de produtos derivados do cacau, de chocolates e confeitos	53	1,04
Fabricação de massas alimentícias	12	0,24
Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	23	0,45
Fabricação de alimentos e pratos prontos	44	0,86
Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente	119	2,33
Total	5.104	100,00

Fonte: RAIS 2013

Observamos que a indústria alimentícia em Pelotas emprega a maior parte da mão-de-obra local, sendo um reflexo da estrutura territorial que coloca o município

como “cidade de alimentos”. E, em relação aos empregados nas indústrias de beneficiamento de arroz no Rio Grande do Sul, os dados corroboram a linha de análise desenvolvida até aqui. Conforme a mesma RAIS, dos cerca de 10 (dez) mil vínculos empregatícios apresentados, pouco mais de 20% (vinte por cento) estão em Pelotas. A tabela 17 esmiúça estas informações:

Tabela 20 – Número de empregados nos estabelecimentos de beneficiamento de arroz no Rio Grande do Sul, ano 2013

Município	Nº empregados	%
Pelotas	2.198	22,10
São Borja	944	9,49
Itaqui	929	9,34
Camaquã	826	8,31
Alegrete	480	4,83
Capão do Leão	366	3,68
São Sepé	350	3,52
Dom Pedrito	300	3,02
Rio Grande	213	2,14
São Gabriel	212	2,13
Bagé	210	2,11
Santa Maria	210	2,11
Santo Antônio da Patrulha	184	1,85
Agudo	166	1,67
Sertão Santana	155	1,56
Cachoeira do Sul	144	1,45
Uruguiana	140	1,41
Porto Alegre	139	1,40
São Pedro do Sul	119	1,20
Barra do Ribeiro	101	1,02
Outros municípios gaúchos	1.559	15,68
Total	9.945	100,00

Fonte: RAIS

Chama a atenção para o fato de que a segunda cidade com maior número de trabalhadores nas indústrias de arroz, que é São Borja, que possui menos da metade do contingente apresentado por Pelotas, apresentando 944 (novecentos e quarenta e quatro) trabalhadores, ou cerca de 9,5% (nove por cento e cinco décimos). Destaca-se, ainda, que Pelotas tem um índice superior aos somatório dos

municípios gaúchos com índice inferior a 100 (cem) indivíduos, que gira em 1.559 (um mil, quinhentos e cinquenta e nove) trabalhadores ocupados.

Assim como no caso da quantidade de estabelecimentos, observamos uma tendência à uma concentração dos maior número de empregos em um número restrito de polos produtivos de arroz no estado. Somente os quatro municípios com maior quantidade de empregos gerados nos estabelecimentos que beneficiam o arroz – Pelotas, São Borja, Itaqui e Camaquã (cada qual com, no mínimo, quinhentos empregos) –, contribuem com quase a metade deste índice, tendo mais do que o triplo do total das demais cidades com menos de 100 (cem) empregados.

Mediantes as informações apresentadas até o presente momento, apontamos para o fato de que Pelotas vem apresentando nas últimas três décadas, uma estruturação de suas atividades industriais, por meio da especialização em dado segmento, com a constituição da cadeia produtiva arrozeira. Posto isto, pretendemos defender que o município não atravessa, necessariamente, por um processo de desindustrialização, a despeito do fechamento de várias empresas e estabelecimentos nos últimos anos. Ocorre, na verdade, é um processo de especialização produtiva em determinado setor, conforme constatamos nos índices levantados por esta pesquisa, tanto nos postos de trabalho gerados, quanto na produção total do arroz beneficiado. Com base nos dados de Tejada & Baggio (2013), podemos fazer uma análise com os índices aproximados do valor bruto do PIB setorial industrial em Pelotas, entre os anos de 1939 e 2009.

Tabela 21 – Valor bruto do PIB setorial industrial em Pelotas, entre os anos de 1939 e 2009 – R\$ de 2000 (em milhões)

Dados/Ano	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1996	2000	2009
PIB total municipal	259,7	304,2	679,0	856,3	1.689,7	1.666,8	1.731,0	1.682,8	1.858,2
PIB industrial	45,5	89,3	202,4	268,0	756,8	722,7	428,4	383,4	334,5
% PIB municipal	17,52	29,36	29,81	31,30	44,79	43,36	24,75	19,17	18,00

Fonte: TEJADA & BAGGIO (2013)

Assim posto, é questionável a afirmação de que Pelotas sofreu uma perda de suas atividades industriais. Observa-se que o PIB industrial terá um crescimento constante de 1939 até a década de 1980, sendo bem mais acentuado no período de 1970 a 1980, quando do “Milagre Econômico”, conforme abordado no início deste capítulo. Mas, a partir de 1980, nota-se um período de estagnação e declínio da atividade industrial, tanto relativa, quanto absoluta, chegando em 2009 a contribuir com cerca de 18% (dezoito por cento) do PIB municipal, com um valor absoluto inferior à metade do que seria alcançado em 1980.

Em verdade, o município perdeu importância na participação econômica do Rio Grande do Sul, indo do segundo lugar em 1939, para a nona colocação em 2009. Mas, ao analisar o conjunto do PIB de Pelotas, observamos que também há uma retração absoluta no índice, especialmente entre os períodos 1980-1985 e 1996-2000, quando veremos o aprofundamento das modificações estruturais que culminam no fechamento das empresas industriais e na especialização produtiva territorial do município.

O debate sobre uma possível “desindustrialização” em um território deve passar pelas análises conjecturais e estruturais envolvidas. Devemos considerar o fato de que a reestruturação “neoliberal” nas décadas de 1980 e 1990 envolve não somente a cidade de Pelotas, mas também a outros territórios industriais, como o exemplo do polo pesqueiro do Rio Grande. As medidas adotadas pelo Governo Federal ocasionaram uma profunda reestruturação produtiva neste setor. De acordo com Martins (2010), o ajuste fiscal empreendido na década de 1990 – através da extinção do Anexo C do Banco Central, a privatização de empresas estatais e a modificação nas relações de trabalho na orla portuária levam ao aumento do desemprego na cidade, com o fechamento das indústrias locais de pescado.

Em realidade, Pelotas tem uma transformação dentro de suas matrizes produtivas que aprofundam o papel que exercita dentro da Divisão Territorial do Trabalho, tornando-se um território com atuação das empresas de beneficiamento e fabricação de arroz, dentro de uma especialização produtiva no ramo da indústria alimentícia no estado. Esta especialização leva a uma afirmação de Pelotas dentro da D.T.T. no Rio Grande do Sul como polo de beneficiamento de arroz, ao mesmo tempo em que predomina uma cadeia produtiva voltada para o beneficiamento de gêneros alimentícios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com o encerramento da presente dissertação, tudo o que já foi abordado neste trabalho ainda está em fase de questionamentos, (re)construções, assim como o esclarecimento às quaisquer informações inconclusas. O(a) leitor(a) pode ter percebido que, infelizmente, há carência de dados mais específicos, que possibilitariam uma maior consistência nos argumentos lançados pelo autor. Não obstante o esforço empreendido por este em seu trabalho, a falta de tempo necessário na ida às instituições onde encontram-se as fontes diretas; e as dificuldades na conciliação entre a dedicação ao Mestrado e às atividades docentes no Instituto Federal Sul-rio-grandense complicaram o processo de produção da obra escrita, evidente em algumas lacunas presentes no material na versão final, que serão posteriormente corrigidas na continuidade da pesquisa.

Entretanto, mesmo com todos estes obstáculos, muitas questões foram esclarecidas ao longo da pesquisa, bem como certas afirmações tidas como “inquestionáveis” sofreram algum tipo de indagação, na medida em que avançava-se nos estudos e análises. Sem querer o despropósito de trazer um novo dogma a ser obedecido, nem expor uma visão única da verdade, pretendemos, desde o começo desta jornada, apresentar ao presente público os agentes – públicos e privados – que configuram o território em um Arranjo Produtivo de beneficiamento de arroz em Pelotas, e quais os reflexos desta dinâmica na divisão territorial do trabalho desempenhada no Rio Grande do Sul.

A escolha do território e da divisão territorial do trabalho, enquanto conceitos a darem as diretrizes fundamentais no andamento da pesquisa, é um procedimento que se mostrou adequado, por estes propiciarem uma clareza teórica de como os agentes econômicos concretizam o uso e a transformação do espaço, contribuindo para a eclosão da Divisão Territorial do Trabalho. Como também está devidamente montado as periodizações da organização industrial em Pelotas, desde a transição do sistema charqueador à industrialização, a partir da segunda metade do século XIX, até a perda da importância deste setor nas últimas décadas (dos anos 1970 até a atualidade).

Quanto às perspectivas futuras no andamento do projeto, cabe dar continuidade ao aprofundamento das ideias sobre a organização industrial no território gaúcho, podendo-se chamar outros autores que contribuirão para este debate. Paralelamente, deverá ser feito o aprofundamento na compreensão dos processos em diferentes escalas que permitiram a fundação e o fechamento de empresas em Pelotas, bem como traçar um apontamento a respeito de sua situação atual na Divisão Territorial do Trabalho no Rio Grande do Sul.

Em relação a especialização produtiva da cidade em escala regional, algumas considerações já estão previamente lançadas na dissertação, mas que são ratificadas ou refutadas ao longo da pesquisa, na medida em que os dados quantitativos forem sendo obtidos nos órgãos estaduais e federais. O levantamento e análise das informações sobre número de estabelecimentos industriais e o Valor da Transformação Industrial (VTI) possibilitaram uma leitura detalhada das articulações feitas entre a estruturação produtiva de Pelotas na atualidade em relação ao conjunto da industrialização gaúcha.

Ao contrário do que se julga à primeira vista, defendemos a versão que Pelotas não vem enfrentando, exatamente, um processo de desindustrialização, embora houvesse o fechamento de fábricas e empresas ao longo do tempo, ora por arcaísmo de sua estrutura produtiva, ora por conjunto de fatores socioeconômicos em escalas geográficas maiores. Na realidade, acontece uma mudança na estrutura produtiva industrial dentro de seu território que culmina na sua especialização produtiva no setor de beneficiamento do arroz.

Considerando os dados levantados nesta pesquisa, reafirmamos a defesa de que o município de Pelotas vem se destacando como um importante polo de industrialização do cereal, tanto em nível regional, quanto em escala nacional, tendo-se em vista que os índices abordados – VTI, número de estabelecimentos, empregos gerados e produção por sacos de 50 kg – demonstram a relevância de Pelotas neste ramo industrial. Isto ajuda a desmistificar a afirmação de que este município teria se desindustrializado com o passar dos últimos anos, conforme se destaca tanto o senso comum, quanto até a comunidade científica e acadêmica, restringindo-se às funções terciárias.

Não se quer, absolutamente, estabelecer uma verdade definitiva sobre as possíveis perspectivas no desenvolvimento desta atividade em Pelotas, bem como

refutar completamente o argumento da desindustrialização. Até porque a realidade comporta-se dialeticamente, na qual vários desdobramentos outrora implantados vêm à tona, bem como outros diferentes, “estranhos” à realidade local são possíveis de acontecer, mudando o curso da história. Pretendemos, isto sim, dar uma contribuição ao debate sobre a questão industrial pelotense, ao esclarecer alguns pontos que, em nosso entender, devem ser trazidos à luz e repassados à sociedade.

O debate sobre a industrialização pelotense não pode ser esgotado em apenas uma simples publicação acadêmica, mas sim estimulado por geógrafos, economistas, historiadores, entre outros profissionais interessados no assunto. Os questionamentos sobre o futuro do processo industrial ainda estão em abertos, em conjunto com a dinâmica que encontramos nas demais escalas geográficas de análise. Caso tenhamos, ao menos, despertado o anseio do público em participar destas discussões, certamente nossas expectativas foram alcançadas.

6 REFERÊNCIAS

ABUCHAIM, V. R. **O tropeiro que se fez rei**. Porto Alegre: Gráfica Mosca Ltda., 2013.

AL-ALAM, T. C. **De Operário a Universitário: transformações na paisagem do Bairro Porto em Pelotas**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Rio Grande: FURG, 2011.

ALONSO, J. A. F. “O cenário regional gaúcho nos anos 90: convergência ou mais desigualdade?”. In: *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 31, n. 3, nov. 2003. p. 97-118.

ANTAS JR., R. M. **Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito**. São Paulo: Fapesp, 2005.

ARRIADA, E. **Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1760-1835)**. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

BAER, W. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2009.

BEAUD, M. **História do Capitalismo: de 1500 até nossos dias**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BECATTINI, G. “Italian industrial districts: problems and perspectives”. In: **International Studies of Management and Organization**. v. 21, n. 1, 1991. p. 83-90.

BESKOW, P. R. **A formação da economia arroeira no Rio Grande do Sul**. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, 1984. p. 55-84.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no Século XX**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BREITBACH, A. C. M. “Novas Tecnologias e Organização do Espaço: Considerações Preliminares”. In: *Ensaio FEE*. V. 13. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1992. p. 693-698.

Cadastro das Indústrias, Fornecedores e Serviços do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FIERGS, 2014.

Cadastro Industrial do IBGE 1959. Extraído de: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7960>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

_____. **A desindustrialização no Brasil**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 200, jan. 2012. p. 1-20.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quartel do século XX.** São Paulo/Campinas: EDUNESP/EDUNICAMP, 2002.

CORAGGIO, J. L. “Sobre la espacialidade social y el concepto de región”. In: _____. **Territorios em Transición: Crítica a la planificación regional en América Latina.** Quito: CIUDAD, 1987.

CORREA, R. L. **Trajetórias Geográficas.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, A. B. da. **Algumas características da Industrialização Gaúcha.** Ensaio FEE, Porto Alegre, 10 (1), 1989. p. 24-46.

_____. da. **A Concentração Industrial no Rio Grande do Sul.** Série Estudos e Trabalhos Mimeografados, nº 34. Porto Alegre: UFRGS, 1979.

CUNHA, A. C. **Notícia Descritiva das Fábricas de Pelotas.** Pelotas: 1911. (Documento Manuscrito).

DINIZ FILHO, L. L. “Para onde irão as indústrias? A nova geografia da industrialização brasileira”. In: ALBUQUERQUE, E. S. de. **Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo.** São Paulo: Globo, 2005. p. 63-97.

ESTALL, R. C. & BUCHANAN, R. O. **Atividade Industrial e Geografia Econômica.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. “Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização”. In: **Revista do Departamento de Geografia.** Volume 1. São Paulo: FFLCH-USP, 1982. p. 21-47.

GOMES, P. C. da C.. “Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário”. In: MENDONÇA, F. et al. (orgs.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e fazer geográfico.** Curitiba, ADEMADAN, 2009. p. 13-30.

GONÇALVES, R. **Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica.** Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro: 45 (4), out./dez. 1991. p. 491-518.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEIDRICH, Á. **Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho.** Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2000.

JOHNSTON, R. J. et al. **Dicionario Akal de geografía humana.** Madrid: Ediciones Akal, 2000.

KOCHER, B. (org.). **Globalização: atores, ideias e instituições.** Rio de Janeiro: Mauad X Contra Capa, 2011.

KREMER, F. A. **As Indústrias de Pelotas**. Série do Jornal Diário da Manhã, Pelotas, set. 1992.

LIPIETZ, A. **O Capital e seu Espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

MAMIGONIAN, A. "Teorias sobre a industrialização brasileira". In: Cadernos Geográficos. Florianópolis: UFSC/CFH/GCN, n. 2. Mai. 2000.

MANZAGOL, C. **Lógica do Espaço Industrial**. São Paulo: DIFEL, 1985.

MEDEIROS, M. C. **A Geografia Econômica do Setor Agroalimentar Brasileiro: Investimentos, Recursos Ociosos e Dinâmica Cíclica**. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 2009.

_____. **Formação, Evolução e Dinâmica do Complexo Agroindustrial do Arroz de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 2002.

MARTINS, C. A. A. **Indústria da Pesca no Brasil: o uso do território por empresas de enlatamento de pescado**. Tese (Doutorado em Geografia). Florianópolis: UFSC, 2006.

_____. Disponível em: "Morar e Habitar em Áreas Portuárias na Cidade do Rio Grande-RS, Brasil". In: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XIV, nº 331 (30), Ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-30.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MARTINS, S. F. **Cidade do Rio Grande: Industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Rio Grande: Editora da Furg, 2006.

MARX, K. **O Capital**. Coleção Universidade de Bolso. Rio de Janeiro: Ediouro, S/D.

_____. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MENDEZ, R. **Geografía económica: La lógica espacial del capitalismo global**. 2ª. ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2004.

MENDEZ, R.; CARAVACA, I. **Organización Industrial y Territorio**. Madrid: Editorial Síntesis, 1999.

_____. **Elegia para uma re (li) gião**. Sudene, Nordeste e conflito de classe. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PASSOS, M. C. & LIMA, R. S. de. "Tendências estruturais da indústria gaúcha nos anos 90: sintonias e assimetrias. FLIGENSPAN, F. B. **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000. p. 117-158.

PESAVENTO, S. J. **República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: Movimento/IEL 1980.

POSSAS, M. L. **Os conceitos de mercado relevante e de poder de mercado no âmbito da defesa da concorrência**. Revista do IBRAC,3(5), maio/1996. p. 1-19. Extraído de: <http://www.ie.ufrj.br/grc/pdfs/os_conceitos_de_mercado_relevante_e_de_poder_de_mercado.pdf>. Acesso em 23 nov. 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. “O Solo, a Sociedade e o Estado”. In: **Revista do Departamento de Geografia**. Volume 2. São Paulo: FFLCH-USP, 1983. p. 93-101.

SÁ BRITTO, N. D. S. **Industrialização e Desindustrialização do Espaço Urbano na Cidade de Pelotas (RS)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Rio Grande: FURG, 2011.

SACCO, A. G. et. al. **Assembleia de aves na área urbana do município de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil**. Biota Neotrop. vol.13 no.2 Campinas Apr./June 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-06032013000200153&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 22 jun. 2015.

SALABERRY, J. D. **A Agroindústria no bairro do Porto: Pelotas-RS (1911-1912)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Pelotas: UFPel, 2012.

SANTOS, J. R. dos. **A Dinâmica Territorial das Indústrias de Celulose e Papel: a Expansão no Brasil e a Incorporação do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia). Florianópolis: UFSC, 2012a.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4ª. ed. 7ª. reimpr. São Paulo: Ed. USP, 2012b.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, R. M. M. da. **Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul (1920-1980)**. Dissertação (Mestrado em Economia). Porto Alegre: PUCRS, 2006.

SOARES, P. R. R. **Del Proyecto Urbano a la Producción del Espacio: Morfología Urbana de la Ciudad de Pelotas, Brasil (1812-2000)**. Tesis (Doctorado em Geografía Humana). Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000.

SOUZA, M. J. L. de. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

TEJADA, C. A. O. & BAGGIO, G. **O desempenho econômico de Pelotas desde 1939: uma análise comparativa com os principais municípios do interior do RS**.

Teoria e Evidência Econômica (UPF), v. 19, p. 118-149, 2013. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rtee/article/view/3736/2466>>. Acesso em 01 mar. 2015.

VIEIRA, S. G. **A Cidade Fragmentada**: o planejamento e a segregação social do espaço urbano em Pelotas. Pelotas: Ed. UFPel, 2005.

ZANIN, V; COSTA, R. M. da; FEIX, R. D. **As aglomerações industriais do Rio Grande do Sul**: identificação e seleção. Porto Alegre: FEE, 2013. Estudo de Aglomerações Industriais e Agroindustriais no RS.

7 SITES PESQUISADOS

AGOSTINI, Cíntia. Os COREDES como Articuladores do Desenvolvimento Regional: O caso do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=837cffb9-e1fc-4220-8ed0-88b38ea93cda&groupId=10157>. Acesso em 19 abr. 2014.

Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

Associação Brasileira da Indústria da Alimentação. <<http://www.abia.org.br>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

Associação Brasileira das Indústrias de Arroz Parboilizado. <<http://www.abiap.com.br>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

Associação Brasileira da Indústria do Arroz. <<http://www.abiarroz.com.br>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

Banco Central do Brasil. <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

Biblioteca Virtual IBGE. <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

Cadastro das Empresas do Brasil. <<http://www.empresasdobrasil.com>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

Comissão Nacional de Atividades Econômicas. <<http://www.cnae.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

Cooperativa Arrozeira Extremo Sul. <<http://www.extremosul.com.br>>. Acesso em 15 abr. 2015.

Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul. <<http://www.federarroz.com.br>>. Acesso em 17 nov. 2014.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. <<http://www.fee.rs.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

IRGA: Instituto Rio-Grandense do Arroz. <<http://www.irga.rs.gov.br>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

IPEADATA: Banco de Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

JUCERGS: Junta Comercial do Rio Grande do Sul. <<http://www.jucergs.rs.gov.br>>. Acesso em 17 nov. 2014.

Krolow & Cia. Ltda. <<http://www.pratogaicho.com.br>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

Polo Petroquímico do Sul. <<http://www.falecomopolo.com.br/>>. Acesso em: 04 jun. 2015.

Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande. <<http://www.posgeografia.furg.br>>. Acesso em: 27 mai. 2014.

Relação Anual de Informações Sociais, Ministério do Trabalho e do Emprego. <<http://www.rais.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática. <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

SINTEGRA: Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços. <<http://www.sintegra.gov.br>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

Subcomissão Técnica CNAE do Ministério da Fazenda. <<http://subcomissaocnae.pr.gov.br>>. Acesso em 08: jun. 2014.

VEGA Industrial e Mercantil de Produtos Alimentícios. <<http://www.frutosdaterra.ind.br>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

8 APENDICES

Quadro 01 – Estrutura geral da CNAE

Seção	Divisões	Estrutura CNAE
A	01 .. 03	Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura
B	05 .. 09	Indústrias Extrativas
C	10 .. 33	Indústrias de Transformação
D	35 .. 35	Eletricidade e Gás
E	36 .. 39	Água, Esgoto, Atividades de Gestão e Resíduos e Descontaminação
F	41 .. 43	Construção
G	45 .. 47	Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas
H	49 .. 53	Transporte, Armazenagem e Correio
I	55 .. 56	Alojamento e Alimentação
J	58 .. 63	Informação e Comunicação
K	64 .. 66	Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados
L	68 .. 68	Atividades Imobiliárias
M	69 .. 75	Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas
N	77 .. 82	Atividades Administrativas e Serviços Complementares
O	84 .. 84	Administração Pública, Defesa e Seguridade Social
P	85 .. 85	Educação
Q	86 .. 88	Saúde Humana e Serviços Sociais
R	90 .. 93	Artes, Cultura, Esporte e Recreação
S	94 .. 96	Outras Atividades de Serviços
T	97 .. 97	Serviços Domésticos
U	99 .. 99	Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais

Fonte: CNAE/IBGE

Quadro 02 – Divisões da Seção “C” – Indústria de Transformação da CNAE

Divisão	Descrição
10	Fabricação de produtos alimentícios
11	Fabricação de bebidas
12	Fabricação de produtos do fumo
13	Fabricação de produtos têxteis
14	Confecção de artigos do vestuário e acessórios
15	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados
16	Fabricação de produtos de madeira
17	Fabricação de celulose, papel e produto de papel
18	Impressão e reprodução de gravações
19	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis
20	Fabricação de produtos químicos
21	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos
22	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico
23	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos
24	Metalurgia
25	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos
26	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos
27	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos
28	Fabricação de máquinas e equipamentos
29	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias
30	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores
31	Fabricação de móveis
32	Fabricação de produtos diversos
33	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos

Fonte: CNAE/IBGE

Quadro 03 – Descrição de atividades econômicas no Brasil, em conformidade com a CNAE-IBGE 2.1.
 – Indústria de Transformação, e suas divisões e grupos

Seção	Divisão	Grupo	DENOMINAÇÃO
C	-	-	Indústria de Transformação
C	10	-	Fabricação de Produtos Alimentícios
C	10	101	Abate e fabricação de produtos de carne
C		102	Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado
C		103	Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais
C		104	Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais
C		105	Laticínios
C		106	Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais
C		107	Fabricação e refino de açúcar
C		108	Torrefação e moagem de café
C		109	Fabricação de outros produtos alimentícios

Quadro 04 – Descrição das subclasses presentes na classe 1061-9 – “Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz”

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Subclasse	DENOMINAÇÃO
C					Indústria de Transformação
C	10				Fabricação de Produtos Alimentícios
C		106			Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais
C			1061-9		Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz
C				1061-9/01	Beneficiamento de arroz
C				1061-9/02	Fabricação de produtos do arroz

Quadro 05 – Lista de atividades das subclasses 1061-9/01 – “Beneficiamento do arroz”, e 1061-9/02 – “Fabricação de produtos do arroz” de acordo com a CNAE/IBGE

Subclasse	Descrição
1061-9/01	Arroz (descascado, moído, branqueado, polido, etc.); Beneficiamento de
1061-9/01	Arroz parbolizado; Produção de
1061-9/01	Arroz quebrado (quirera, cuim); Produção de
1061-9/01	Grumos ou sêmolos de arroz; Produção de
1061-9/02	Alimentos a base de arroz ou de flocos de arroz; Produção de
1061-9/02	Farinha de arroz; Fabricação de
1061-9/02	Flocos de arroz e outros produtos do arroz; Produção de
1061-9/02	Sêmeas, farelos e outros resíduos de arroz; Obtenção de

Fonte: CNAE/IBGE

9 ANEXOS

ANEXO A – LEI DE CRIAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL EM PELOTAS-RS

LEI Nº 2.096

Cria o DISTRITO INDUSTRIAL e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PELOTAS, Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art.1º - Fica criado o DISTRITO INDUSTRIAL destinado à instalação de estabelecimentos fabris, obedecidas as normas aplicáveis à espécie.

Art.2º - O Distrito Industrial é formado por uma área de terras, com 575 (quinhentos e setenta e cinco) hectares, aproximadamente, situada ao longo da BR-392/471, sub-trecho em comum, Pelotas/Cangussú, antiga Estrada da Produção, tronco sul, margem sudeste, atravessada pela BR-116, no Bairro Fragata e destinada à localização do Distrito Industrial de Pelotas, apresentando as seguintes confrontações: nordeste, com a BR-392/471, sub-trecho em comum Pelotas/Cangussú, antiga Estrada da Produção, tronco sul; sul, por uma linha paralela à Av. 1, o distante, em média, 220 metros; sudoeste, por uma linha paralela à Av. 1 atual Av. Cidade de Lisboa, e distante, em média 200 metros; e noroeste, por uma linha paralela à AV.3, e distante, em média, 200 metros, tudo de acordo com a planta anexa, que fica fazendo parte integrante desta lei.

§ 1º - Integram, também, a área do Distrito Industrial as frações que venham a ser destinadas às residências de industriários.

§ 2º - A Prefeitura poderá declarar a integração no Distrito Industrial do outras frações, ainda que descontínuas preenchidos os requisitos legais.

Art.3º - A Prefeitura dotará o Distrito Industrial das condições de infraestrutura, necessárias à implantação e expansão fabril.

Art.4º - A Prefeitura levando em conta o interesse público e a política de desenvolvimento, disciplinará as formas da concessão de assistência e estímulo à expansão industrial, estabelecendo os oratórios e requisitos ao seu uso e gozo, mediante decreto.

Art.5º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE PREFEITO DE PELOTAS, EM 6 DE DEZEMBRO DE 1973.

Ary Alcântara
Prefeito

Registra-se e Publique-se
Chefe do Gabinete
Confere com o original
Chefe do serviço de Expediente

ANEXO B – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS COREDES NO RIO GRANDE DO SUL

